

MARTA MANSO CATARINO NEUPARTH VIEIRA

**RESTAURO E REABILITAÇÃO: CENTRO EXPOSITIVO
NO EDIFÍCIO DA RUA DOS ANJOS Nº 2, LISBOA**

Dissertação apresentada a provas públicas para obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura

**ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR ALBERTO FLÁVIO MONTEIRO LOPES
COORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MARIA LUÍSA PAIVA MENEZES DE
SEQUEIRA**

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARQUITETURA ARTES E TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO

LISBOA

2024

MARTA MANSO CATARINO NEUPARTH VIEIRA

RESTAURO E REABILITAÇÃO: CENTRO EXPOSITIVO NO EDIFÍCIO DA RUA DOS ANJOS Nº 2, LISBOA

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura no curso de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo, conferida pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 08/05/2024, perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 702/2024, de 24 de março composto por:

Presidente: Professor Doutor Pedro Filipe Coutinho Cabral D'Oliveira Quaresma;

Arguente: Professora Doutora Filipa Alexandra Gomes da Silva Oliveira Antunes;

Orientador: Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes;

Vogal: Professor Doutor Hugo Philipe Herrenschmidt Nazareth Fernandes Cerqueira

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARQUITETURA ARTES E TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO

LISBOA

2024

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais e avós,

AGRADECIMENTOS

Expresso o meu sincero agradecimento aos meus orientadores Prof. Doutor Alberto Flávio Lopes e Prof. Doutora Luísa Sequeira, por todo o apoio, conhecimento e disponibilidade que me prestaram ao longo do curso.

A toda a minha família que sempre me apoiou neste percurso de vida.

Aos meus avós, Maria de Lourdes, Maria do Rosário, António e Raúl.

Aos meus padrinhos, António João e Maria Natália.

Aos meus pais, Pedro e Isabel.

À minha família de coração, Carlos, Cristina e Joana.

Às minhas primas, Rita, Beatriz e Leonor.

Aos meus amigos da faculdade.

RESUMO

A presente dissertação aborda o tema da reabilitação de edifícios antigos com valor histórico e cultural, com alteração de programa funcional.

A perceção do valor do património arquitetónico, mais precisamente em relação às edificações antigas, tem aumentado nos últimos anos, levando a uma crescente preocupação no que respeita à preservação e recuperação. Tal facto tem desencadeado várias medidas de carácter legislativo e novas atitudes e metodologias de projeto arquitetónico.

O objeto de estudo é um edifício antigo com valor histórico e cultural, situado na Rua dos Anjos nº 2, que faz gaveto com a Travessa do Maldonado, em Lisboa. O imóvel foi estudado e analisado nas suas diversas vertentes (histórica, arquitetónica, funcional, etc.) de forma a ser concretizada uma proposta de reabilitação que permita um novo programa funcional, mais concretamente um centro expositivo dedicado às arquitetas portuguesas.

Após a definição do objetivo pretendido, e tendo por base os conceitos atuais de Conservação, Reabilitação e Restauro, analisaram-se algumas edificações localizadas no centro de Lisboa, que constituem exemplos, quer de reabilitação de edifícios de génese pombalina, quer de propostas de adaptação funcional de edifícios históricos para centros expositivos. No respeitante ao objeto de estudo – o prédio da Rua dos Anjos, nº2 – foram estudados e analisados diversos fatores a ele associados, tais como a zona de implantação, a história, a caracterização arquitetónica e estrutural e a sua situação atual, identificando-se diversas patologias e vários elementos de valor patrimonial. O estudo da legislação aplicável e a identificação dos valores de uso, serviram de base à identificação dos elementos a preservar e à escolha das metodologias a utilizar no projeto arquitetónico, sendo realizada uma proposta que teve como princípio a preservação dos elementos que testemunham a história do edifício, e apresentam valor cultural. No âmbito do projeto propôs-se a realização de diversos trabalhos de recuperação, restauro e reabilitação, para que o edifício possa, com segurança, responder adequadamente às novas funções.

Palavras-Chave

Reabilitação arquitetónica, Valor cultural, Património pombalino, Espaços expositivos

ABSTRACT

This dissertation addresses the topic of rehabilitation of old buildings with historical and cultural value, with changes to the functional program.

The perception of the value of architectural heritage, more precisely in relation to old buildings, has increased in recent years, leading to a growing concern regarding preservation and recovery. This fact has triggered several legislative measures and new attitudes and architectural design methodologies. The object of study is an old building with historical and cultural value, located at Rua dos Anjos nº 2, which forms a corner of Travessa do Maldonado, in Lisbon. The property was studied and analyzed in its various aspects (historical, architectural, functional, etc.) in order to implement a rehabilitation proposal that allows for a new functional program, more specifically an exhibition center dedicated to Portuguese architects.

After defining the intended objective, and based on the current concepts of Conservation, Rehabilitation and Restoration, some buildings located in the center of Lisbon were analyzed, which constitute examples of the rehabilitation of buildings with a Pombaline origin. Cases of rehabilitation of historic buildings adapted into exhibition centers were also investigated. Regarding the object of study – the building at Rua dos Anjos, nº2 – several factors associated with it were studied and analyzed, such as the area of implantation, history, architectural and structural characterization and its current situation, identifying various pathologies and various elements of heritage value. The study of applicable legislation and the identification of use values served as a basis for identifying the elements to preserve and choosing the methodologies to be used in the architectural project. A rehabilitation proposal was carried out with the principle of preserving the elements that testify to the building's history and have cultural value. As part of the project, it was proposed to carry out various recovery, restoration and rehabilitation works, so that the building can safely respond adequately to its new functions.

Keywords

Architectural Rehabilitation, Cultural value, Pombaline heritage, Exhibition spaces

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

- AML – Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa.
- DGEMN (Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais).
- ICOMOS - International Council on Monuments and Sites.
- IST – Instituto Superior Técnico.
- PPSBP – Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	10
2. OBJETIVO, ÂMBITO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	10
3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	12
4. METODOLOGIA.....	14
5. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	14
CAPÍTULO I - REABILITAÇÃO E CENTROS EXPOSITIVOS: CASOS DE ESTUDO	16
1. EDIFÍCIO DE GÉNESE POMBALINA – REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA RUA DE SANTA JUSTA, Nº 10 – 16 COM A RUA DOS DOURADORES, Nº 186 – 196.....	16
1.1 CRONOLOGIA DO EDIFÍCIO.....	17
1.2 CARATERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO.....	18
1.3 PROJETO.....	19
2. CENTROS EXPOSITIVOS.....	27
2.1 <i>MUSEU DO ALJUBE – EDIFÍCIO POMBALINO</i>	27
2.1.1 LOCALIZAÇÃO	28
2.1.2 CRONOLOGIA DO EDIFÍCIO	29
2.1.3 PROJETO	32
2.2 <i>ATELIER-MUSEU JÚLIO POMAR</i>	42
2.2.1 LOCALIZAÇÃO	43
2.2.2 PROJETO	43
CAPÍTULO II - PATRIMÓNIO, CONSERVAÇÃO, RESTAURO E REABILITAÇÃO	54
CAPÍTULO III - O CASO DO EDIFÍCIO NA RUA DOS ANJOS	59
1. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO URBANO	59
1.1 <i>TIPO DE TERRENO E EVOLUÇÃO GEOGRÁFICA</i>	59
1.2 <i>CONTEXTO HISTÓRICO DA ZONA ENVOLVENTE</i>	61
2. O EDIFÍCIO	62
4.1 <i>CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE IMPLANTAÇÃO</i>	62
4.2 <i>CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO EDIFÍCIO, EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA</i>	62
4.3 <i>DESCRIÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL</i>	70
4.4 <i>CARATERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA E ESTRUTURAL</i>	70
4.5 <i>VERIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E ANÁLISE DE PATOLOGIAS</i>	73
4.6 <i>ELEMENTOS DE VALOR PATRIMONIAL</i>	79
4.7 <i>VALORES DE USO: VANTAGENS E DESVANTAGENS</i>	80
5. LEGISLAÇÃO	82
5.1 <i>NORMAS URBANÍSTICAS</i>	82
5.2 <i>PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA</i>	82
3.3 <i>PLANO DE URBANIZAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DA MOURARIA</i>	87
3.4 <i>LEI DO PATRIMÓNIO CULTURAL</i>	89
CAPÍTULO IV - PROPOSTA DE REABILITAÇÃO FÍSICA E FUNCIONAL – EDIFÍCIO NA RUA DOS ANJOS	91
1. ALTERAÇÕES - FACHADAS E EMPENAS	91
2. ALTERAÇÕES - ESTRUTURAIS E ESPACIAIS POR PISOS.....	91
3. AÇÕES PREVISTAS – RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO	92
A. INSTALAÇÕES TÉCNICAS	94
4. PLANTAS, CORTES E ALÇADOS	96
CONCLUSÃO	97
BIBLIOGRAFIA	99
ANEXOS	102

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1- EDIFÍCIO DOS DOURADORES (HTTPS://ULTIMASREPORTAGENS.COM/REPORTAGEM/1400-JOSE-ADRIAO-ARQUITECTOS-EDIFICIO-HABITACIONAL-DOURADORES-LISBOA-PT/ , 2022).	17
FIGURA 2 – VISTA DA RUA DE SANTA JUSTA (JOSÉ ADRIÃO ARQUITETOS, 2015).	18
FIGURA 3 – IMAGEM DE UMA COZINHA E DE UM APARTAMENTO DO 5º PISO (HTTPS://ULTIMASREPORTAGENS.COM/REPORTAGEM/1400-JOSE-ADRIAO-ARQUITECTOS-EDIFICIO-HABITACIONAL-DOURADORES-LISBOA-PT/ , 2022).	21
FIGURA 4 – PLANTAS DO PISO DA LOJA E DA SOBRELLOJA DO EDIFÍCIO DA RUA DOS DOURADORES, 186-196 E RUA DE STA. JUSTA 10-16 (JOSÉ ADRIÃO ARQUITETOS, 2015).	23
FIGURA 5 – PLANTAS DO PISO 1 E 2 DO EDIFÍCIO DA RUA DOS DOURADORES, 186-196 E RUA DE STA. JUSTA 10-16 (JOSÉ ADRIÃO ARQUITETOS, 2015).	23
FIGURA 6 – PLANTAS DO PISO 3 E 4 DO EDIFÍCIO DA RUA DOS DOURADORES, 186-196 E RUA DE STA. JUSTA 10-16 (JOSÉ ADRIÃO ARQUITETOS, 2015).	24
FIGURA 7 – PLANTAS DO PISO 5 E COBERTURA DO EDIFÍCIO DA RUA DOS DOURADORES, 186-196 E RUA DE STA. JUSTA 10-16 (JOSÉ ADRIÃO ARQUITETOS, 2015).	24
FIGURA 8 – CORTE 1 DO EDIFÍCIO DA RUA DOS DOURADORES, 186-196 E RUA DE STA. JUSTA 10-16 (JOSÉ ADRIÃO ARQUITETOS, 2015).	25
FIGURA 9 – CORTE 2 DO EDIFÍCIO DA RUA DOS DOURADORES, 186-196 E RUA DE STA. JUSTA 10-16 (JOSÉ ADRIÃO ARQUITETOS, 2015).	25
FIGURA 10 – CORTE 3 DO EDIFÍCIO DA RUA DOS DOURADORES, 186-196 E RUA DE STA. JUSTA 10-16 (JOSÉ ADRIÃO ARQUITETOS, 2015).	26
FIGURA 11 – ALÇADO DA RUA DOS DOURADORES - POENTE (JOSÉ ADRIÃO ARQUITETOS, 2015).	26
FIGURA 12 – ALÇADO DA RUA DE SANTA JUSTA – SUL (JOSÉ ADRIÃO ARQUITETOS, 2015).	27
FIGURA 13 - RECEÇÃO DO MUSEU ALJUBE (HTTPS://WWW.MUSEUDOALJUBE.PT , 2023).	28
FIGURA 14 - MUSEU DO ALJUBE. (HTTPS://EARTH.GOOGLE.COM , 2023)	29
FIGURA 15 - MUSEU DO ALJUBE (HTTPS://WWW.TRIPADVISOR.PT/ATTRACTION_REVIEW-G189158-D8378896-REVIEWS-MUSEU_DO_ALJUBE-LISBON_LISBON_DISTRICT_CENTRAL_PORTUGAL.HTML , 2018).	29
FIGURA 16 - CADEIA DO ALJUBE POR JOSHUA BENOLIEL (ARQUIVO FOTOGRÁFICO MUNICIPAL DE LISBOA, INÍCIO DO SÉC. XX).....	31
FIGURA 17 - CADEIA DO ALJUBE E O CELEIRO DA MITRA (AML, 1971).	31
FIGURA 18 - EDIFÍCIO DO MUSEU DO ALJUBE (WWW.MONUMENTOS.GOV.PT , 2008).	34
FIGURA 19 - FOTOGRAFIAS DO MUSEU DO ALJUBE (AUTORIA PRÓPRIA, 2023).....	35
FIGURA 20 - PLANTAS DOS PISOS -1, 0, 1, 2, 3 E 4 DO MUSEU DO ALJUBE (CONTEMPORÂNEA, LDA., 2012).....	39
FIGURA 21 – CORTE TRANSVERSAL E LONGITUDINAL DO MUSEU DO ALJUBE (CONTEMPORÂNEA, LDA., 2012).	40
FIGURA 22 – ALÇADO PRINCIPAL DO MUSEU DO ALJUBE (CONTEMPORÂNEA, LDA., 2012).....	41
FIGURA 23 – FOTOGRAFIA DO ALÇADO VIRADO A SUL E A NASCENTE DO MUSEU DO ALJUBE (CONTEMPORÂNEA, LDA., 2012).	41
FIGURA 24 - ATELIER-MUSEU JÚLIO POMAR – FACHADA PRINCIPAL (HTTPS://WWW.PORTUGUESEMATTERS.COM/BLOG/2016/6/28/JULIO-POMAR).....	42
FIGURA 25 – ATELIER - MUSEU JÚLIO POMAR – ESCADA VISTA DO EXTERIOR (HTTPS://WWW.PORTUGUESEMATTERS.COM/BLOG/2016/6/28/JULIO-POMAR)	43
FIGURA 26 - ATELIER - MUSEU JÚLIO POMAR – PÁTEO E ENTRADA - FACHADA TARDOZ (HTTPS://WWW.PORTUGUESEMATTERS.COM/BLOG/2016/6/28/JULIO-POMAR).	44
FIGURA 27 - ATELIER - MUSEU JÚLIO POMAR – INTERIOR DO MUSEU. (HTTPS://WWW.PORTUGUESEMATTERS.COM/BLOG/2016/6/28/JULIO-POMAR).....	45
FIGURA 28 - COBERTURA (AUTORIA PRÓPRIA, 2023).....	46
FIGURA 29 – FOTOGRAFIAS DAS ESCADAS – VISTA INTERIOR (AUTORIA PRÓPRIA, 2023).	47
FIGURA 30 – FOTOS DO PISO ZERO E DO PISO 1 (FONTE: AUTORIA PRÓPRIA, 2023).....	48
FIGURA 31 – PLANTA DO PISO TÉRREO (HTTPS://HICARQUITECTURA.COM/2014/02/ALVARO-SIZA-ATELIER-MUSEU-JULIO-POMAR/ , 2014).....	48
FIGURA 32 – PLANTA DO PISO 1 (HTTPS://HICARQUITECTURA.COM/2014/02/ALVARO-SIZA-ATELIER-MUSEU-JULIO-POMAR/ , 2014).	49

FIGURA 33 – PLANTA DA COBERTURA (HTTPS://HICARQUITECTURA.COM/2014/02/ALVARO-SIZA-ATELIER-MUSEU-JULIO-POMAR/ , 2014).....	49
FIGURA 34 – CORTE 1 (HTTPS://HICARQUITECTURA.COM/2014/02/ALVARO-SIZA-ATELIER-MUSEU-JULIO-POMAR/ , 2014).....	50
FIGURA 35 – CORTE 2 (HTTPS://HICARQUITECTURA.COM/2014/02/ALVARO-SIZA-ATELIER-MUSEU-JULIO-POMAR/ , 2014).....	50
FIGURA 36 – CORTE 3 (HTTPS://HICARQUITECTURA.COM/2014/02/ALVARO-SIZA-ATELIER-MUSEU-JULIO-POMAR/ , 2014).....	50
FIGURA 37 - CORTE 4 (HTTPS://HICARQUITECTURA.COM/2014/02/ALVARO-SIZA-ATELIER-MUSEU-JULIO-POMAR/ , 2014).....	51
FIGURA 38 – CORTE 5 (HTTPS://HICARQUITECTURA.COM/2014/02/ALVARO-SIZA-ATELIER-MUSEU-JULIO-POMAR/ , 2014).....	51
FIGURA 39 – CORTE 6 (HTTPS://HICARQUITECTURA.COM/2014/02/ALVARO-SIZA-ATELIER-MUSEU-JULIO-POMAR/ , 2014).....	51
FIGURA 40 - CORTE 7 (HTTPS://HICARQUITECTURA.COM/2014/02/ALVARO-SIZA-ATELIER-MUSEU-JULIO-POMAR/ , 2014).....	52
FIGURA 41 - CORTE 8 (HTTPS://HICARQUITECTURA.COM/2014/02/ALVARO-SIZA-ATELIER-MUSEU-JULIO-POMAR/ , 2014).....	52
FIGURA 42 - CORTE 9 (HTTPS://HICARQUITECTURA.COM/2014/02/ALVARO-SIZA-ATELIER-MUSEU-JULIO-POMAR/ , 2014).....	52
FIGURA 43 – ALÇADO PRINCIPAL A NASCENTE (ATELIER-MUSEU JÚLIO POMAR, 2023).....	53
FIGURA 44 - EXTRATO DA CARTA DE LISBOA NA ZONA DO EDIFÍCIO DA RUA DOS ANJOS 2. O IMÓVEL ENCONTRA-SE DELIMITADO PELAS LINHAS VERDES (A2P, 2019).....	59
FIGURA 45 - CARTA DOS TIPOS DE SOLOS. (SITE DE LISBOA INTERATIVA, 2019).....	60
FIGURA 46 - CARTA DE PERMEABILIDADE RELATIVA DO SUBSTRATO GEOLÓGICO E PLANTA DE CARATERIZAÇÃO EM TERMOS ECOLÓGICOS. (SITE DE LISBOA INTERATIVA, 2019).....	60
FIGURA 47 - PLANTA TOPOGRÁFICA - CARTOGRAFIA HISTÓRICA 1812, DUQUE DE WELLINGTON (SITE DE LISBOA INTERATIVA, CONSULTADO EM 2023).....	63
FIGURA 48 - PLANTA TOPOGRÁFICA - CARTOGRAFIA HISTÓRICA 1856 - 1858, FILIPE FOLQUE (SITE DE LISBOA INTERATIVA, CONSULTADO EM 2023).....	63
FIGURA 49 - FACHADA PRINCIPAL – A EXISTENTE VERSUS A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PLATIBANDA (ARQUIVO CML, 1883).....	66
FIGURA 50 - FACHADA LATERAL EXISTENTE (ARQUIVO CML, 1883).....	66
FIGURA 51 - FACHADA LATERAL - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PLATIBANDA (ARQUIVO CML, 1883).....	66
FIGURA 52 - FACHADA PRINCIPAL EXISTENTE ANTES DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO (ARQUIVO CML, 1887).....	67
FIGURA 53 - FACHADAS PRINCIPAL E POSTERIOR APÓS PROJETO DE AMPLIAÇÃO (ARQUIVO CML, 1887).....	67
FIGURA 54 - FACHADA LATERAL ANTES DA ALTERAÇÃO (ARQUIVO CML, 1887).....	67
FIGURA 55 – FACHADA LATERAL EXISTENTE ANTES DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO (ARQUIVO CML, 1887).....	67
FIGURA 56 - FACHADA LATERAL APÓS PROJETO DE AMPLIAÇÃO (ARQUIVO CML, 1887).....	68
FIGURA 57 - PLANTA ANTES DA MODIFICAÇÃO (ARQUIVO CML, 1887).....	68
FIGURA 58 – PLANTA MODIFICADA (ARQUIVO CML, 1887).....	68
FIGURA 59 - PLANTA DOS DOIS PAVIMENTOS EXISTENTES (ARQUIVO CML, 1887).....	68
FIGURA 60 - CORTE A-B (ARQUIVO CML, 1887).....	68
FIGURA 61 - CORTE A-B (ARQUIVO CML, 1887).....	69
FIGURA 62 - PLANTA DO 1º ANDAR DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO PISO COMO EXTERNATO (ARQUIVO CML, 1957).....	69
FIGURA 63 - CORTE A-B (ARQUIVO CML, 1957).....	70
FIGURA 64 – PISO 2. CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL COM BASE EM SONDAGENS REALIZADAS. AS PAREDES DE FRONTAL ENCONTRAM-SE A VERDE; AS PAREDES DE TABIQUE A AZUL; AS PAREDES DE ALVENARIA DE PEDRA, A CASTANHO. ORIENTAÇÃO DOS VIGAMENTOS SONDADOS :V1 E V2 (A2P, 2019).....	72
FIGURA 65 – PISO 3. CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL COM BASE EM SONDAGENS REALIZADAS. AS PAREDES DE FRONTAL, A VERDE E AS PAREDES DE TABIQUE A AZUL. ORIENTAÇÃO DOS VIGAMENTOS SONDADOS:V3 E V4 (A2P, 2019).....	72
FIGURA 66 – PISO 2. SONDAGEM ESTRUTURAL NUMA PAREDE DE FRONTAL E NUMA PAREDE DE TABIQUE (A2P, 2019).....	72
FIGURA 67 – PISO 2. SONDAGEM ESTRUTURAL NUMA PAREDE DE ALVENARIA DE PEDRA E NO PAVIMENTO (A2P, 2019).....	73
FIGURA 68 – IMAGENS DA FACHADA PRINCIPAL VIRADA A POENTE E DO PISO TÉRREO, FENDILHAÇÃO NA PAREDE DA ESCADA DO PISO TÉRREO E ENTRADA PRINCIPAL (AUTORIA PRÓPRIA, 2023).....	74
FIGURA 69 - IMAGEM DO PISO 1 (PATRÍCIA MESTRE, 2020).....	74
FIGURA 70 - IMAGENS DO PISO 1(PATRÍCIA MESTRE, 2020).....	75
FIGURA 71 – IMAGENS DO PISO 2: PAREDE DA ESCADA, TETO FENDILHADO E JANELA DE SACADA COM PORTADAS DO PISO 2 (AUTORIA PRÓPRIA, 2023).....	75

FIGURA 72 – IMAGENS DO PISO 3: PAVIMENTO DEGRADADO COM ESTRUTURA DE APOIO À VISTA (BARROTES), FENDILHAÇÃO NA PAREDE DO PISO 3 E REFORÇO DO TETO COM PROBLEMAS ESTRUTURAIIS (AUTORIA PRÓPRIA, 2023).....	76
FIGURA 73 - TETO TRABALHADO EM ESTUQUE. EDIFÍCIO DA RUA DOS ANJOS Nº2 COM VISUALIZAÇÃO DA PLATIBANDA, CUNHAL, GUARDAS DE VARANDAS, CARANTONHAS EM FAIANÇA NAS GOTEIRAS, CORNIJAS, PILASTRAS E PLATIBANDA COM FLORÕES EM CERÂMICA VIDRADA. AZULEJO DA FACHADA DO SÉC. XIX (PATRÍCIA MESTRE, 2020).	80
FIGURA 74- PLANTA DE SÍNTESE DE ZONAMENTO - PLANO DE URBANIZAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DA MOURARIA (REGULAMENTO PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 239, 2ª SÉRIE DE 15 DE OUTUBRO DE 1997 SOB A DECLARAÇÃO N.º 265/97 (2.ª SÉRIE)).	87
FIGURA 75 - PDM EM VIGOR - PLANTA DE CONDICIONANTES. SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA (CÂMARA MUNICIPAL - LISBOA INTERATIVA, 2023).	90

INTRODUÇÃO

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Atualmente, numa era em que a comunicação desempenha um papel bastante ativo e relevante na transmissão de informação, em que a formação académica abrange um maior universo populacional e em que se verifica uma crescente interligação económica, política e social, quer ao nível da União Europeia, quer ao nível mundial, tem-se verificado um aumento de consciencialização no que se refere à importância dos recursos naturais e do património cultural de cada país. Tem-se assistido, por parte dos cidadãos e das diversas entidades políticas e administrativas, a uma maior compreensão do valor histórico e cultural do património arquitetónico nacional. Para tal, têm-se desenvolvido quer a nível nacional, quer internacional, diversas ações que visam a preservação e a recuperação do património, bem como a sua promoção dentro e fora do país.

A tomada de consciência no que se refere ao valor cultural do património arquitetónico, mais precisamente em relação às edificações antigas, por vezes localizadas em núcleos históricos, tem originado uma maior preocupação no que se refere à sua preservação e reabilitação. Tal interesse, tem levado à publicação de um conjunto normativo regulador das obras de construção e de reabilitação. Ao longo do tempo, tem-se assistido a um crescente número de projetos com vista à preservação e à reabilitação de imóveis, onde se tem verificado alterações das respetivas funcionalidades, tornando-os mais contemporâneos e adaptados à vida atual. Estes investimentos têm vindo a crescer, apesar de muito lentamente e com grandes desafios. No entanto as edificações têm-se tornado mais saudáveis, mais funcionais e mais seguras.

2. OBJETIVO, ÂMBITO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Como tema principal da dissertação elegeu-se a reflexão sobre as metodologias de um projeto arquitetónico de restauro e reabilitação de edifícios antigos com valor cultural. O caso de estudo é um edifício situado na rua dos Anjos, Nº 2, em Lisboa, tendo sido proposto um novo programa funcional que irá incluir um centro expositivo dedicado às arquitetas portuguesas.

O estudo terá dois objetivos que irão funcionar de forma articulada. Por um lado, testar as metodologias atuais relacionadas com um projeto de restauro de património urbano e por outro, aprofundar um programa arquitetónico não residencial como forma de justificar a reabilitação funcional de um edifício antigo. Assim, pretende-se estudar um edifício com valor cultural em acentuado estado de degradação e desenvolver uma estratégia para preservá-lo, reabilitá-lo e adaptá-lo a um centro expositivo de projetos de arquitetura.

No projeto de restauro e reabilitação terão de estar presentes diversos tipos de preocupações: a manutenção do caráter e da autenticidade do edifício preservando os elementos com valor histórico-cultural; a continuidade do seu enquadramento no espaço geográfico próximo, nomeadamente no bairro onde se situa; o aumento da segurança do mesmo e das pessoas que o irão visitar e o respeito pelas normas vigentes em termos de segurança e conforto. Outro objetivo deste estudo foi o de analisar e compreender o funcionamento de centros expositivos, quer em termos de espaço, quer em termos de funcionalidade, procurando a melhor forma de apresentação dos respetivos trabalhos.

O tema escolhido para a dissertação enquadra-se nas atuais discussões sobre as metodologias do projeto arquitetónico adaptado ao património urbano. O caso de estudo permitirá testar uma forma de reabilitar um edifício antigo com valor cultural, tendo como propósito a preservação, a renovação e a adaptação para um centro expositivo. O mesmo será destinado a um espaço de homenagem às arquitetas portuguesas, onde poderão ser expostas as suas obras e respetivos projetos, local esse, que oferece um ambiente em que a arquitetura e a história se interligam mutuamente.

A escolha deste tema teve por base o gosto pelos projetos de restauro e de reabilitação arquitetónica, associado à vontade de dignificar e de valorizar as arquitetas do nosso país. Através deste projeto pretende-se também promover a igualdade de género e evidenciar o papel das mulheres no desenvolvimento da arquitetura.

A democratização e o desenvolvimento da arquitetura levam a que deva existir um espaço para apresentação dos projetos desenvolvidos por arquitetas portuguesas, de modo que as mesmas se sintam devidamente valorizadas e que possam promover junto de outras mulheres a vontade de conquista dos seus objetivos.

A escolha da edificação e do tema deveu-se essencialmente a razões estéticas, culturais e históricas. A localização numa zona central de Lisboa, o fácil acesso através dos meios de transporte urbanos, o incremento do turismo e a necessidade de novos tipos de resposta refletiu-se na escolha deste edifício para a criação de um centro cultural expositivo.

O edifício, de gaveto, encontra-se localizado numa zona histórica de Lisboa junto ao Largo do Intendente, na Rua dos Anjos, N° 2 a 2D e na Travessa do Maldonado, do N° 22 ao 22B. Esta construção tem um grande valor cultural, quer em termos históricos, quer em termos estéticos e de representatividade de uma forma de edificação em Lisboa, pois ainda mantêm vários elementos arquitetónicos e decorativos íntegros, a serem considerados na reabilitação proposta.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Tendo como base o caso de estudo e a reflexão sobre as metodologias a utilizar no projeto arquitetónico de restauro e de reabilitação do edifício com valor cultural, realizou-se uma pesquisa e análise de bibliografia onde se obtiveram diversas informações relacionadas com as diferentes temáticas abordadas.

A Reabilitação é um tema abordado por diversos autores em diversas obras e mais concretamente, quanto à reabilitação de edifícios pombalinos, poder-se-á referir:

- Do Professor João Appleton, a obra *Biografia de um Pombalino*, com a 1ª edição em 2009, aborda o processo de reabilitação de um edifício pombalino na Baixa de Lisboa. Constitui um documento descritivo de todo o processo de intervenção sobre um edifício de habitação, mais especificamente o Edifício na rua Nova do Carvalho, 43 a 51, Lisboa.
- Do Professor Jorge Mascarenhas, assinala-se a sua contribuição para a divulgação dos processos evolutivos dos edifícios, as técnicas, os sistemas construtivos dos edifícios pombalinos, nas suas publicações: *Sistemas de construção - V, XIII e XVI*.

No respeitante ao edifício da Rua dos Anjos, verificou-se que o mesmo foi objeto de estudos específicos, nomeadamente:

- Os historiadores Jorge Ferreira Paulo e de Ricardo Lucas Branco realizaram o *Estudo histórico e patrimonial das Casas Nobres na Rua dos Anjos – As Casas da Chancelaria*, realizado em 2019. É uma investigação que se debruça sobre a componente histórica da edificação pertencente à família Maldonado. Os autores, após descrição do sítio, descrevem a evolução da propriedade em termos de espaço, funções e proprietários, contextualizando-a na época e na zona envolvente. Descrevem a evolução histórica do edificado, as respetivas alterações após determinada data, com desenhos das fachadas, plantas e cortes.
- A conservadora-restauradora Patrícia Mestre Marques de Carvalho foi autora do *Relatório de Estudo Prévio, Rua dos Anjos, 2, Lisboa*, realizado em 2020, onde apresenta uma visão

do edifício do ponto de vista de valor cultural, caindo no âmbito da especialidade da autora, conservação e restauro. Descreve os diversos elementos constituintes do edifício, nomeadamente os decorativos e ornamentais, apresenta o estado de conservação do edifício e dos seus materiais e sugere procedimentos de tratamento dos materiais.

- O Engenheiro Vasco Appleton é o autor do o *Estudo de diagnóstico do Edifício sito na Rua dos Anjos N.º2 em Lisboa*, desenvolvido em 2019. Após a descrição do enquadramento do edifício, caracteriza a edificação, descreve o estado de conservação e propõe um conjunto de medidas de intervenção.

Também existem várias publicações que abordam as metodologias de intervenção em património urbano.

- Do Professor Flávio Lopes, o livro *Lisboa – Arquitetura contemporânea e cidade antiga*, editado em 2020, tem como principal objetivo a reflexão sobre a transformação do património urbano em Lisboa. É uma publicação que para além de estruturar conceitos atuais sobre a matéria referida, apresenta casos práticos que evidenciam diversas formas de pensar e de atuar para solucionar os desafios relacionados com a integração arquitetónica do novo no antigo.
- Do Professor João Seixas, o livro *Projeções de Lisboa – Utopias e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo*, editado em 2018, é uma publicação que abrange os diversos espaços de Lisboa em períodos diferentes. É uma visão que se estende sobre as projeções, utopias e estratégias sobre a cidade de Lisboa.
- Do Engenheiro João Appleton, evidenciamos a publicação *Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e tecnologias de intervenção*, editada em 2003, que aborda de forma generalista os problemas relacionados com a reabilitação, de uma forma teórico-prática, utilizando para o efeito, uma série de exemplos ilustrados, fruto do trabalho e da experiência do investigador. Nesta publicação o autor descreve textualmente soluções construtivas que foram utilizadas em edifícios antigos, apresentando simultaneamente possíveis soluções de intervenção para fazer face às anomalias de que os mesmos padeciam. Nos anexos apresenta um caso de estudo de forma detalhada, onde realiza a identificação construtiva e terminológica da construção pombalina. Reproduz também, as principais cartas e convenções internacionais que orientam as intervenções a realizar no património arquitetónico.

4. METODOLOGIA

O projeto de dissertação foi desenvolvido em diversas fases, de acordo com os temas a abordar. A primeira fase do estudo serviu para sistematizar o conhecimento sobre o edifício, nomeadamente a razão da escolha e a respetiva localização geográfica, a contextualização histórica, a tipologia construtiva, as patologias mais importantes e a capacidade do imóvel para acolher novas funções. Numa segunda fase, foi estudado o tipo de centro expositivo a implementar e os objetivos a atingir quer em termos sociais, quer em termos culturais.

O estado de conservação da edificação e o seu grau de autenticidade foram alvo de levantamento e análise, para que as propostas de obras de restauro e de reabilitação funcional fossem adequadas ao seu valor cultural. O estudo arquitetónico realizado tentou compatibilizar o valor cultural do imóvel com uma boa adequação às necessidades contemporâneas incluindo diversos fatores, tais como, segurança, conforto e qualidade estética.

A norma adotada para a realização da dissertação foi a APA.

5. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O presente trabalho, apresenta-se distribuído em cinco partes, incluindo a introdução e quatro capítulos:

- Na primeira parte, respeitante à introdução, a dissertação inicia-se com as considerações gerais onde se menciona a crescente consciencialização do valor do património arquitetónico e respetiva necessidade de preservação. É nesta parte, que se refere o objetivo, o âmbito e a justificação do tema do trabalho. As referências bibliográficas, a metodologia utilizada e a organização do trabalho também são aqui apresentados.
- Na segunda parte, apresentam-se alguns casos de estudo relacionados com projetos de reabilitação realizados em edifícios pombalinos e em centros expositivos.
- Na terceira parte apresentam-se os conceitos atuais de conservação, restauro e de reabilitação.
- Na quarta parte, é apresentado o estudo realizado sobre o edifício da Rua dos Anjos, n.º 2, onde se caracteriza o contexto urbano e o local de implantação. No mesmo capítulo, realiza-se a contextualização histórica do edifício, a descrição do mesmo e a apresentação do seu estado atual, analisando-se o estado de conservação e as respetivas patologias. Faz-se o levantamento dos elementos a recuperar e a análise aos valores de uso com o levantamento

das respetivas vantagens e desvantagens. Nesta parte, também são referidas as normas legais aplicáveis ao imóvel tendo em vista a sua reabilitação.

- Na quinta parte, é apresentada a proposta de reabilitação física e funcional do edifício da rua dos Anjos.

CAPÍTULO I - REABILITAÇÃO E CENTROS EXPOSITIVOS: CASOS DE ESTUDO

Os casos de estudo escolhidos tiveram como base critérios de relevância para o desenvolvimento do projeto alvo da dissertação. A escolha dos mesmos permitiu o estudo e análise da situação pré-existente, seguida do desenvolvimento do projeto e posteriormente, da verificação do produto final, tudo isto suportado pela bibliografia disponível e visitas aos locais. Para o estudo, selecionaram-se edifícios antigos, alguns pombalinos que sofreram reabilitação. Uns independentemente da sua fase construtiva transformaram-se em centros expositivos e um outro, na Baixa Pombalina, em edifício de apartamentos para arrendamento de curta duração, todos localizados no centro de Lisboa.

Na escolha dos casos de estudo dos centros expositivos, teve-se em consideração a escolha de edifícios que sofreram uma mudança de funcionalidade e que, apesar das obras de reabilitação de que foram alvo, mantiveram grande parte dos elementos que expressam o seu valor cultural, no contexto da cidade de Lisboa. A escolha de uma edificação na Baixa lisboeta teve como objetivo analisar um projeto de reabilitação de um edifício de génese pombalina, que permite compreender quais as debilidades do edifício e quais as soluções propostas para o mesmo.

1. EDIFÍCIO DE GÉNESE POMBALINA – REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA RUA DE SANTA JUSTA, Nº 10 – 16 COM A RUA DOS DOURADORES, Nº 186 – 196

Este edifício, de génese pombalina, situa-se na Baixa Pombalina, na rua dos Douradores nº 186-196, também com frente para a rua de Santa Justa nº 10-16. Este imóvel, antigo prédio de habitação, foi sujeito a um projeto de reabilitação para criação de um conjunto de apartamentos para arrendamento de curta duração, ao mesmo tempo que foi criado um espaço de restauração ao nível do rés-do-chão. O local está incluído no conjunto arquitetónico denominado Lisboa Pombalina, classificado como de Interesse Público.

A escolha deste imóvel teve em conta o facto de ser um edifício de génese pombalina, de se situar no centro de Lisboa e de apresentar valor histórico e patrimonial, permitindo assim uma reflexão sobre as diversas ações a tomar no decorrer do projeto.



Figura 1- Edifício dos Douradores (<https://ultimasreportagens.com/reportagem/1400-jose-adriao-arquitectos-edificio-habitacional-douradores-lisboa-pt/>, 2022).

1.1 CRONOLOGIA DO EDIFÍCIO

No que se refere à construção e às alterações do imóvel, José Adrião Arquitetos (2015) referem:

- 1808 a 1834 – A edificação foi realizada no último período da construção da Baixa Pombalina, atestado por documentos elaborados pela antiga DGEMN (Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). O projeto, tal como outras edificações na Baixa, contemplou a construção dos pisos até à cornija.
- 1846 – Construção de um quarto piso imediatamente acima da linha de cornija, com uma varanda a toda a largura da frente do lote. Autenticação do desenho pelo arquiteto Malaquias Ferreira Leal, onde se verifica uma grande obra no edifício.
- Data desconhecida – Construção do quinto piso acima da cornija.

- 1954 – Intervenções ao nível da loja e sobreloja. Verificou-se a eliminação de duas paredes estruturais que foram substituídas por pilares e vigas metálicas.
- Data desconhecida – Intervenção para eliminação de dois arcos ao nível do teto da loja, com os números de polícia 194-196 da rua dos Douradores, com a respetiva substituição por vigas metálicas e pavimentos em vigotas e abobadilhas cerâmicas.



Figura 2 – Vista da rua de Santa Justa (José Adrião Arquitetos, 2015).

1.2 CARATERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

O imóvel, caracteriza-se como sendo de gaveto, com duas fachadas principais e duas de tardoz virados para um saguão que serve outros edifícios do quarteirão. A edificação dispõe de sete pisos contando com as lojas e as sobrelojas, sendo os dois últimos pisos construídos acima da cornija, como acrescentos posteriores à data de construção.

1.3 PROJETO

LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO EXISTENTE

Quando se realizou a análise do edifício com vista à sua reabilitação, verificou-se que os desenhos das fachadas principais do edifício, apesar de similares eram distintos, identificando-se também as seguintes características:

- Primeiro piso – Existência de janelas de sacada com caixilharia de madeira e com varandas individuais. Verificação de um soco de cantaria (faixa de pedra).
- Segundo piso - Existência de janelas de sacada com caixilharia de madeira e com varandas individuais. Verificação de um soco de cantaria (faixa de pedra).
- Terceiro piso - Existência de janelas de guilhotina.
- Quarto piso - Existência de janelas de sacada com caixilharia em perfil de alumínio.
- Quinto piso (águas-furtadas) - Existência de janelas de sacada com caixilharia em perfil de alumínio.
- Lojas e sobrelojas – Existência de dois tipos de caixilharias, caixilharia metálica e em madeira maciça. A este nível apresenta-se um revestimento a azulejos estampados de verde, azul e preto. Verifica-se um soco de cantaria (faixa de pedra).
- Ombreiras – Lisas na rua dos Douradores e recortadas na rua de Santa Justa. Ao nível do terceiro andar, as ombreiras ultrapassam os peitoris.
- Fachadas – Existência de cunhais com pilastras em pedra.
- Fachadas a tardoz – Existência de vãos com cantarias lisas, dois de sacada e dois de peito. As varandas são corridas e suportadas por cachorros em quarto de círculo. Contêm gaiutas de madeira cobertas por chapas de zinco, que continham instalações sanitárias. Dada a tipologia pombalina, o edifício apresenta em termos estruturais um conjunto de características próprias deste tipo de arquitetura:
- Fachadas e empenas – Existência de paredes em alvenaria de pedra.
- Paredes interiores – Existência de paredes de frontal e de tabique.
- Cobertura – Existência de uma estrutura de madeira composta por asnas, madres e varas.
- Pavimentos – Ao nível do piso são constituídos por vigamentos de madeira e soalho e ao nível do teto são de estafe.

Após análise do estado do edifício verificou-se que o mesmo se encontrava num grande mau estado de conservação, tendo-se identificado diversos tipos de patologias.

ENQUADRAMENTO LEGAL

O projeto de reabilitação teve em consideração o enquadramento legal a que o edifício se encontrava sujeito, que no caso em questão era o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina (PPSBP), que foi elaborado ao abrigo do Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro e do Decreto-Lei nº309/2009, de 23 de outubro.

PROPOSTA

A proposta apresentada teve como objetivo a reabilitação do edifício, com o intuito de criar apartamentos para arrendamento, ajustando-o às exigências contemporâneas de segurança e de conforto, tendo como princípio a manutenção da identidade e estrutura pombalina. A mesma incidiu sobre o imóvel no seu todo, excetuando a loja com os números de polícia de 194 ao 196 da rua dos Douradores, sujeita apenas a obras de carácter estrutural. O plano de reabilitação contendo diversas alterações ao desenho existente, abrangeu quer as frações habitacionais, quer a loja e a sobreloja dos números de polícia de 186 a 190, da rua dos Douradores.

Assim, a loja (antigo restaurante Pessoa) foi reformulada a diversos níveis:

- Escadas – Foram retiradas as escadas existentes, de ligação da loja à sobreloja, tendo o restaurante um piso térreo de acesso público;
- Cozinha – Este espaço foi deslocado para o fundo da loja, sendo ligado a uma parte da sobreloja;
- Instalações sanitárias – Foram construídas quer para utilização do público, quer dos funcionários;
- Sobreloja – Uma parcela desta área foi afeta ao restaurante, e outra para armazém e zona com armários para os funcionários. Este espaço, ficou ligado à zona da cozinha através de umas escadas.

No que respeita aos acessos verticais, foi instalado um elevador numa zona central, junto à caixa das escadas.

Em termos gerais, a maior alteração que se propôs na edificação, foi a alteração do número de fogos por piso. De forma a rentabilizar o espaço, passaria de duas para três frações por piso, situação possível devido ao prédio apresentar duas frentes, uma para a rua dos Douradores e outra para a rua de Santa Justa. A tipologia escolhida para os apartamentos foi

maioritariamente T1, verificando-se, no entanto, um apartamento T2 no piso 1 e um duplex T5 que no piso 1 e sobreloja. Assim o edifício passou a ter um total de 14 apartamentos.

Os apartamentos do quinto piso distinguem-se dos existentes nos pisos inferiores pelo facto de se terem de adaptar às inclinações das águas dos telhados. De modo a aumentar a volumetria dos apartamentos, foram retirados os tetos estucados existentes deixando a estrutura à vista com o acabamento em branco.



Figura 3 – Imagem de uma cozinha e de um apartamento do 5º piso (<https://ultimasreportagens.com/reportagem/1400-jose-adriao-arquitectos-edificio-habitacional-douradores-lisboa-pt/>, 2022).

Outra transformação realizada foi a remoção de todas as gaiutas das varandas do saguão, mantendo e restaurando as respetivas varandas.

Em termos construtivos, privilegiaram-se os processos construtivos leves e semelhantes aos que tinham sido realizados anteriormente. As paredes em alvenaria de pedra foram reforçadas através de betão armado e as paredes de tabique mantiveram-se preferencialmente em madeira.

Nos pavimentos mantiveram-se os vigamentos de madeira originais, apesar de haver a possibilidade de existirem reforços estruturais metálicos.

Dentro do possível, foi realizada a recuperação das portas e das guarnições em madeira originais, bem como dos vãos e das portadas. As janelas e respetivas portadas foram recuperadas com réplicas em madeira e utilizando vidro simples. Ao nível do quarto e quinto piso as caixilharias metálicas das janelas de sacada foram substituídas por madeira. Na fachada tardoz os vãos também são em madeira com um desenho simples.

A escada também foi alvo de trabalhos de recuperação, nomeadamente no que respeita aos seus elementos.

A cobertura foi recuperada, nomeadamente a sua estrutura, sendo as telhas substituídas por um modelo idêntico e sendo realizados procedimentos para o melhoramento das condições térmicas, tais como a colocação de um isolamento térmico no telhado e instalação de uma subtelha. Para permitir a melhoria das condições térmicas e de habitabilidade, foi subida a cota da cumeeira no estritamente necessário (obra ao abrigo da alínea d) do nº 2 do artigo 22 do Regulamento PPSBP).

PROJETO DE EXECUÇÃO - PLANTAS, CORTES E ALÇADOS

Plantas

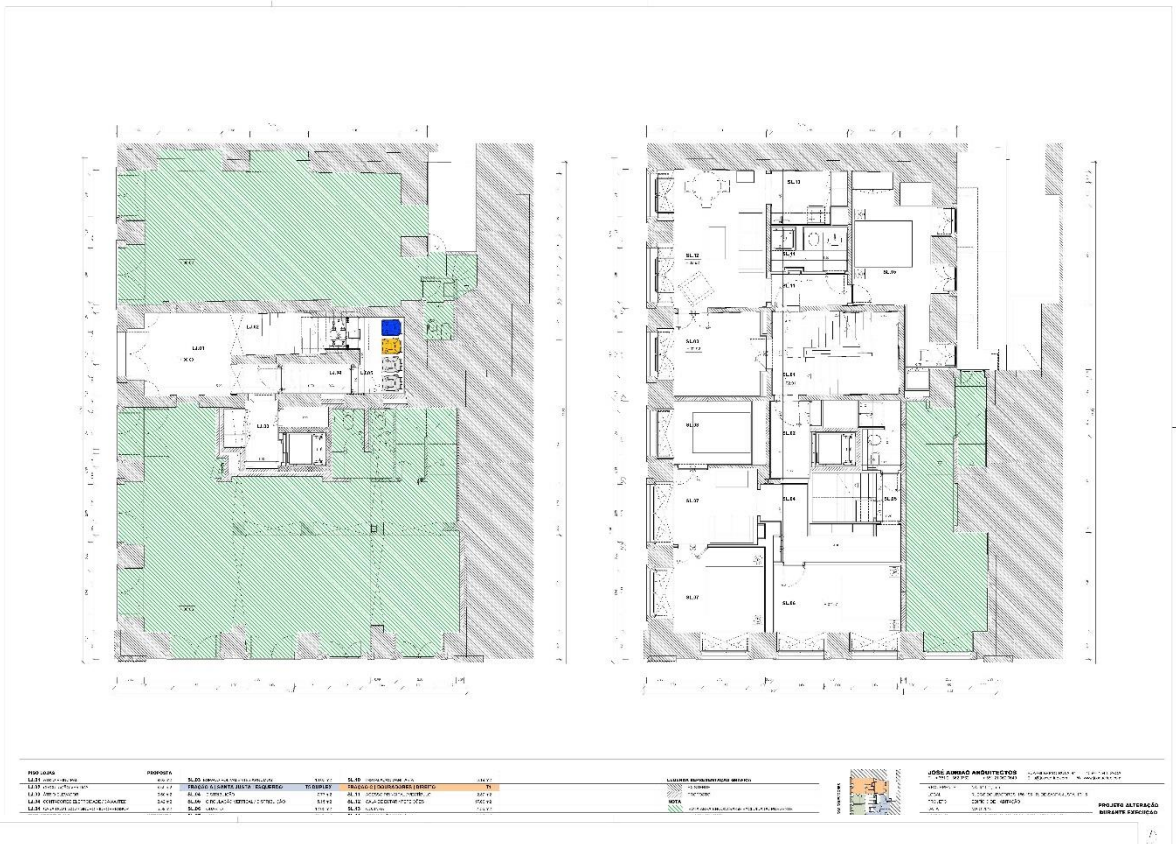


Figura 4 – Plantas do piso da loja e da sobreloja do edifício da rua dos Douradores, 186-196 e rua de Sta. Justa 10-16 (José Adrião Arquitetos, 2015).

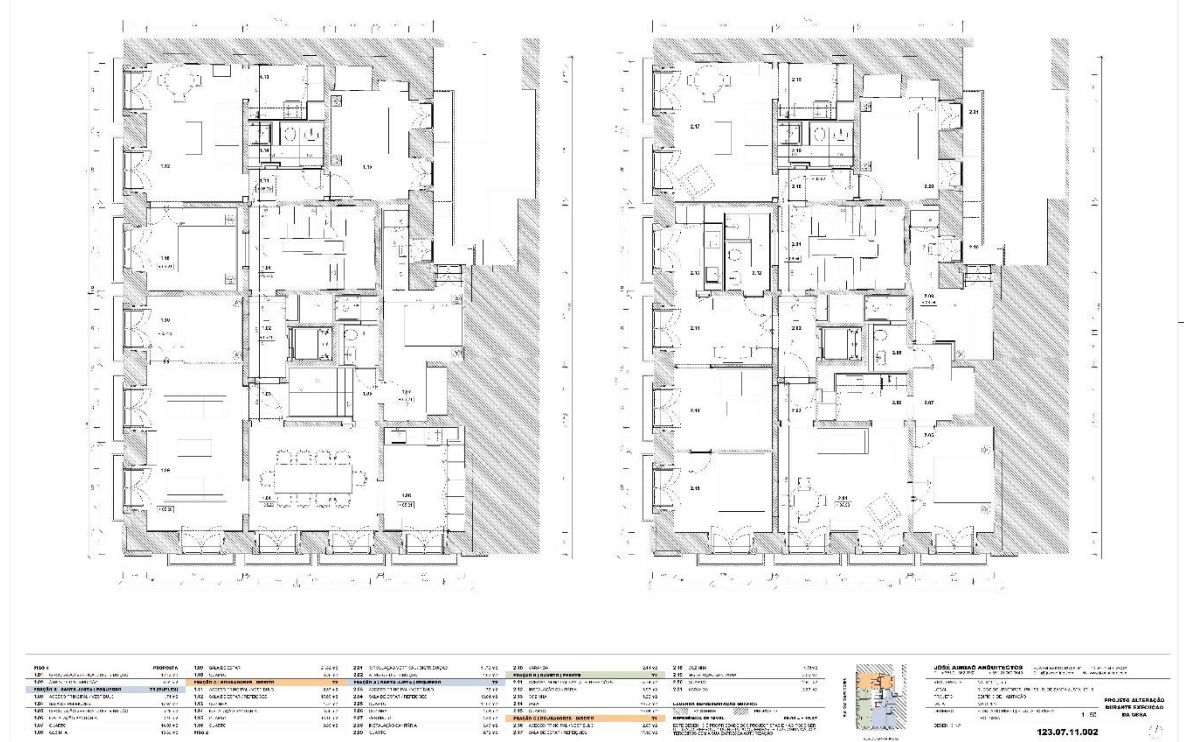


Figura 5 – Plantas do piso 1 e 2 do edifício da rua dos Douradores, 186-196 e rua de Sta. Justa 10-16 (José Adrião Arquitetos, 2015).

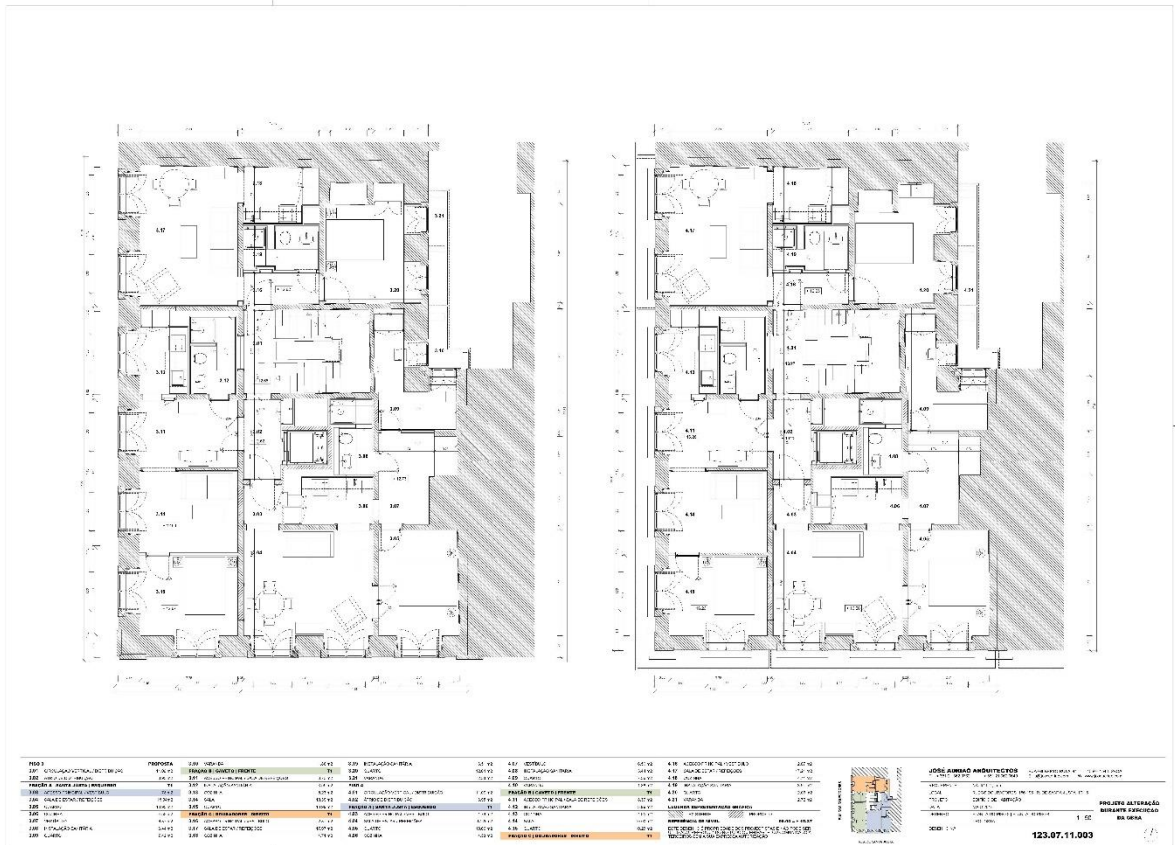


Figura 6 – Plantas do piso 3 e 4 do edifício da rua dos Douradores, 186-196 e rua de Sta. Justa 10-16 (José Adrião Arquitetos, 2015).

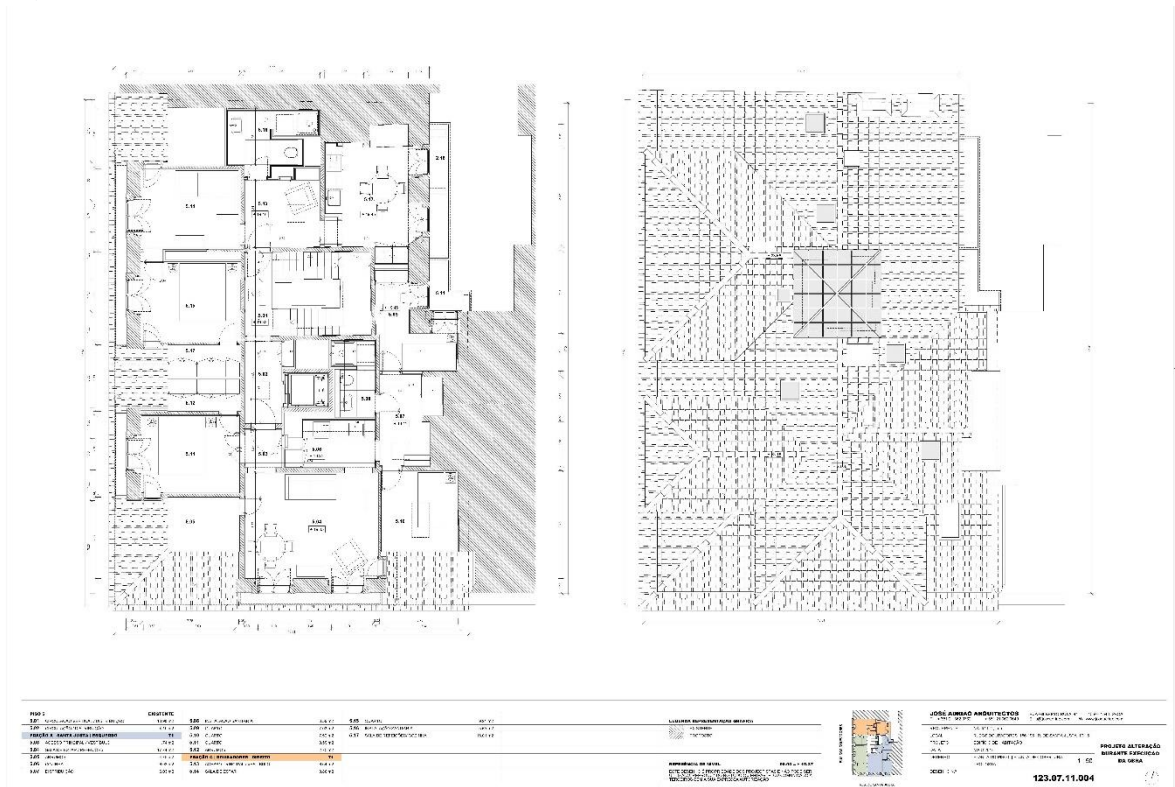


Figura 7 – Plantas do piso 5 e cobertura do edifício da rua dos Douradores, 186-196 e rua de Sta. Justa 10-16 (José Adrião Arquitetos, 2015).



Figura 12 – Alçado da rua de Santa Justa – sul (José Adrião Arquitectos, 2015).

2. CENTROS EXPOSITIVOS

2.1 MUSEU DO ALJUBE – EDIFÍCIO POMBALINO

No edifício do museu do Aljube Resistência e Liberdade funcionou uma antiga prisão. Atualmente é um espaço “dedicado à memória do combate à ditadura e à resistência em prol da liberdade e da democracia” (Sobre o Museu, s.d., p. 1). Este espaço foi criado para lembrar todos os presos políticos que estiveram detidos antes do 25 de abril de 1974, mais especificamente aqueles que passaram por esta prisão, homenageando todas as pessoas que lutaram pela democracia. Para satisfazer este objetivo o museu dispõe de duas valências, a de museu com exposições (permanentes e temporárias) e a de centro de documentação.

A escolha do Museu Aljube como caso de estudo justifica-se no facto do mesmo apresentar muitos pontos em comum com o edifício da rua dos Anjos. É um edifício antigo, de fachadas pombalinas, localizado no centro de Lisboa, com valor histórico, patrimonial e cultural. Esta edificação, ao longo da sua vida, foi sofrendo de diversas obras de recuperação e de adaptação face às necessidades com que se foi deparando. Por outro lado, também o antigo

Aljube foi alvo de uma alteração funcional, tendo sido destinado a ser um espaço expositivo. Este exemplo permitiu uma reflexão sobre a metodologia de projeto adaptada à reutilização de imóveis com valor cultural que foi pertinente para desenvolvimento da estratégia de reabilitação desenvolvida no âmbito desta dissertação.

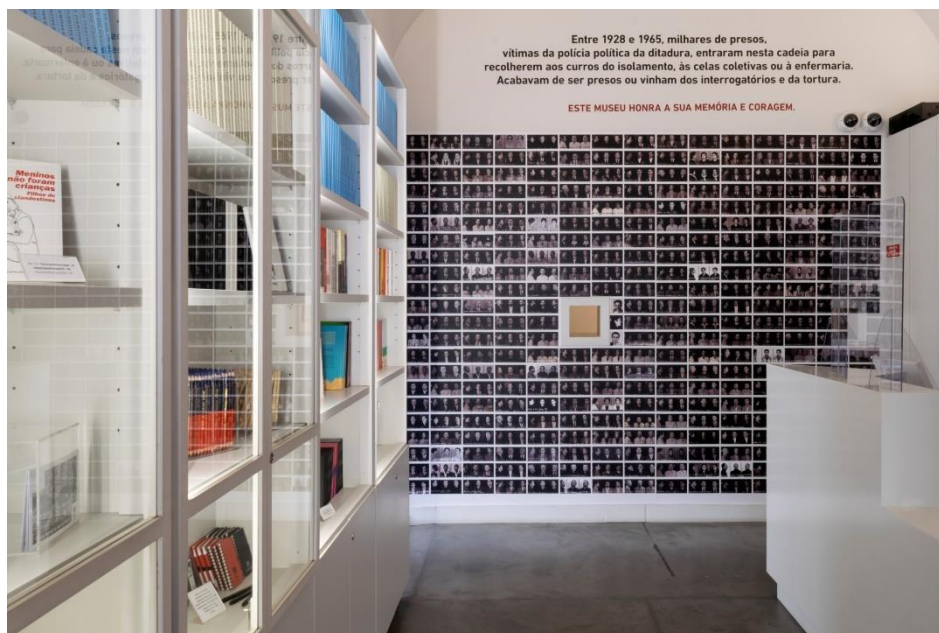


Figura 13 - Receção do Museu Aljube (<https://www.museudoaljube.pt>, 2023).

2.1.1. LOCALIZAÇÃO

O edifício localiza-se em Lisboa, na Rua Augusto Rosa, nº 42, em frente à fachada lateral norte da Sé de Lisboa. Está incluído na Zona Especial de Proteção da Sé de Lisboa. A fachada principal do imóvel encontra-se virada a sul para a Rua Augusto Rosa, a fachada nascente confronta com uma escadaria pública que por sua vez dá acesso ao Pátio do Aljube, que se situa nas traseiras e numa cota mais elevada, zona para onde está virada a fachada a tardoz. O alçado a poente, de disposição oblíqua, é uma empena de confrontação com outro edifício e com um logradouro vizinho.

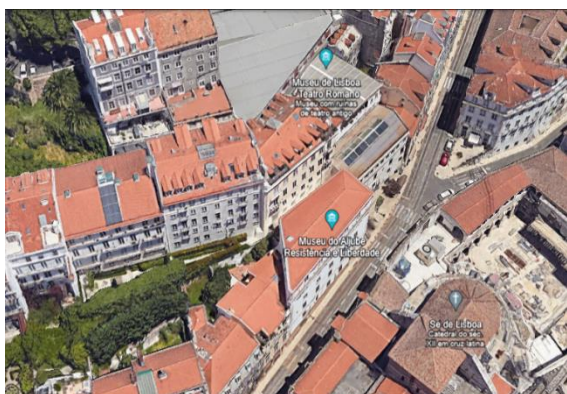


Figura 14 - Museu do Aljube. (<https://earth.google.com>, 2023)



Figura 15 - Museu do Aljube (https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g189158-d8378896-Reviews-Museu_Do_Aljube-Lisbon_Lisbon_District_Central_Portugal.html, 2018).

2.1.2 CRONOLOGIA DO EDIFÍCIO

O Aljube é um edifício seiscentista, com posterior reformulação pombalina, constituído por seis pisos, iniciando-se no -1 e terminando no piso 4. A designação Aljube remonta ao período romano, passando pelo islâmico, em cuja época foi dado o nome de “Al jubb”, poço sem água, “prisão”.

Após análise da estrutura do edifício, dos vestígios encontrados e da bibliografia disponível, constatou-se que o edifício do Aljube, e o local onde se implanta, passaram por diversas modificações, que se referem de forma sintética:

- Séc. I d.C. – Data a que remontam os vestígios estruturais mais antigos encontrados no local, posicionando-os no período romano.
- Período muçulmano – Nesta fase o edifício já funcionava como prisão, daí o topónimo “Al Jubb”, nome que se conservou ao longo dos tempos.
- Na Idade Média, mais concretamente no período após a conquista da cidade aos mouros – O edifício foi transformado em prisão eclesiástica, situação que se manteve até 1833.
- Do séc. XVI a XVIII – Por volta do ano 1590 o Arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, mandou realizar obras para adaptar o edifício a residência episcopal, ou, pelo menos, com o objetivo de ser uma dependência do Paço dos Arcebispos, que se encontrava localizado na alcáçova do Castelo de S. Jorge. A edificação foi transformada, mantendo-se as funções de prisão. (Contemporânea, Lda, 2012).
- Após o Terramoto de 1755 - Apesar do edifício ter sido pouco afetado pelo abalo sísmico, a política pombalina de alargamento dos arruamentos e de alinhamento das fachadas fez

com que o imóvel tivesse que sofrer obras de alteração das fachadas. As novas exigências de traçado da rua com o alargamento para norte da antiga Rua Direita da Porta Travessa da Sé, levaram a que houvesse um recuo da fachada sul com obras de reestruturação e de reconfiguração das paredes exteriores, dando à edificação uma cor cinzenta, própria da austeridade construtiva pombalina. D. José de Castro, bispo do Porto, mandou colocar sobre a porta principal o brasão dos Castros em forma de escudo, símbolo que marca a reconstrução do imóvel. (Câmara Municipal de Lisboa, s.d.)

- Em 1833 – Segundo o folheto distribuído no Museu do Aljube (s.d.), com a implantação do Liberalismo extinguiu-se a função de prisão eclesiástica e torna-se numa prisão de delito comum.
- Em 1845 - A função da edificação foi reajustada para prisão feminina de delito comum. Nesta altura considerou-se que esta prisão fazia parte do grupo dos cárceres com piores condições, isto numa época em que as condições das cadeias eram totalmente deploráveis.
- Em 1877 – O Aljube foi transformado em casa de correção.
- Durante a primeira República - O Aljube continuou como prisão feminina. Verificaram-se no início deste período importantes obras de beneficiação, com vista a melhorar as condições de segurança e de higiene das mulheres e dos menores. Datam-se presumivelmente desta época as obras de alteamento do edifício, com o acrescento do 3.º andar.
- No período do Estado Novo – Verificou-se uma alteração de funcionalidade do edifício, deixando de ser prisão feminina para passar a funcionar como prisão política, o que levou a obras de adaptação.
- Em 1930 – Foram executadas obras de beneficiação no Aljube com o objetivo de modificar o aspeto da prisão.
- Em 1935 – Foi construído o 4.º andar onde foi colocada a enfermaria da cadeia. O arranjo, tipo mansarda revestida a telha, deve ter sido realizado numa fase posterior. (Contemporânea, Lda, 2012).
- Em 1965 – O Aljube foi encerrado na sequência de sucessivos protestos nacionais e internacionais, onde a própria PIDE também defendeu o fecho por razões de segurança.
- Entre 1969 e 1970 - O Aljube passou por diversas obras para integrar a cadeia comarcã de Lisboa, traduzindo-se as mesmas numa remodelação ao nível de todos os pisos. Destruíram-se os curros, renovaram-se as celas e construiu-se um novo refeitório e um novo parlatório.

- Após o 25 de abril de 1974 – O Aljube foi reconvertido para a instalação do Instituto de Reinserção Social. Entretanto esse Instituto saiu do edifício para que o mesmo fosse entregue à Câmara Municipal de Lisboa, para se realizar a exposição sobre a repressão na época da ditadura.
- De 2004 a 2005 – Realizou-se uma campanha de trabalhos arqueológicos no Museu.
- A 14 de Abril de 2011 – Foi inaugurada no edifício do Aljube uma exposição promovida pela Fundação Mário Soares - “A voz das Vítimas” (Barata, 2011).
- A 25 de abril de 2015 – Realizou-se a inauguração do Museu do Aljube. A obra de recuperação e de adaptação do edifício à nova funcionalidade, que decorreu entre 2012 e 2015, foi da autoria dos arquitetos Manuel Graça Dias e de Egas José Vieira.

(Agarez, 2003; Contemporânea, Lda, 2012; Martins, 2015)



Figura 16 - Cadeia do Aljube por Joshua Benoiel (Arquivo fotográfico Municipal de Lisboa, início do Séc. XX).



Figura 17 - Cadeia do Aljube e o Celeiro da Mitra (AML, 1971).

2.1.3 PROJETO

O projeto teve por objetivo dotar o imóvel de condições para cumprir a sua função de museu. Foi mantida a identidade do edifício, tendo nos diversos pisos sido preservados os diversos elementos que testemunham a história do imóvel e permitem compreender o ambiente hostil da antiga prisão.

LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO EXISTENTE

Edificação

No início do projeto, a equipa envolvida descreveu o edifício como tendo seis pisos, uma única escada e estando dividida da seguinte forma:

- Piso -1 (cave) - Piso parcial, com entrada pela cota mais baixa da Rua Augusto Rosa.
- Piso 0 (térreo) - Ocupando a totalidade do lote, situa-se abaixo do Pátio do Aljube, estando este último junto à fachada de tardoz. Apresentava duas entradas, uma considerada como principal, no extremo nascente da fachada principal e outra a partir do pequeno "largo" a nascente, sob a escadaria pública.
- Do Piso 1 ao Piso 4 (1.º aos 4.º andares) – Estes pisos ocupam a totalidade do terreno, com janelas viradas para as três fachadas, havendo seteiras na empena poente.
- Cobertura – Com um telhado de três águas e aparentemente de um sótão baixo com aproveitamento na faixa central.

(Contemporânea, Lda, 2012)

Após a decisão da realização das obras de transformação da antiga cadeia em museu, foi feito um levantamento da situação existente, nomeadamente das patologias sofridas pelo edifício. Através desse estudo identificou-se um conjunto de problemas que levaram a uma proposta, quer em termos de recuperação dos elementos do edifício, quer em termos de conversão para a nova funcionalidade. Assim, na ótica da recuperação e da conversão, os principais problemas identificados incluíam-se em quatro grandes grupos: acessos, boa compreensão do espaço interior e aproveitamento das estruturas arquitetónicas existentes, organização do espaço expositivo e por fim a reconfiguração exterior do 4º piso. (Contemporânea, Lda, 2012)

Acessos

Os problemas de acesso identificados eram de três tipos e relacionavam-se: com a segurança de acordo com a regulamentação em vigor; com a existência de circulação universal e com a integração do piso -1 no circuito expositivo.

Boa compreensão do espaço interior e aproveitamento das estruturas arquitetónicas existentes

Ao se realizar a análise do edifício constatou-se que se encontrava num estado bastante decadente, situação que já se verificava desde o início da sua ocupação pela Direção Geral da Reinserção, do Ministério da Justiça, que aí permaneceu até 2009. Identificou-se também que existia um conjunto de potencialidades que levavam à instalação do museu, tais como:

- Conter um grande significado histórico e dispor de um espaço adequado para a realização de exposições sobre o tema em questão, dado já ter sido uma prisão política.
- Apresentar vários elementos pertencentes a várias épocas, tais como os vestígios da ocupação romana e árabe que acabam por formar um “puzzle” histórico, que foram postas a descoberto pelas campanhas arqueológicas. Neste edifício, detentor de fachadas austeras da época pombalina, foi-se observando que à medida que se ia subindo nos pisos ia-se alterando a herança histórica. Detetou-se assim:
 - Piso -1 e piso 0 – Existia um conjunto de elementos sobrepostos e misturados que revelavam um passado histórico com origem na época romana, passando pela islâmica, medieval, barroca e iluminista. Verificou-se a existência de colunas, abóbodas e paredes que apresentavam um conjunto de elementos misturados, nomeadamente conglomerados de pedra miúda e solta, remendos de tijolo e restos de tinta. Os vãos eram gradeados e de grande profundidade.
 - Pisos superiores – Apresentavam-se mais frágeis e testemunhavam o facto de terem sido ocupados por uma política repressiva. Quanto aos vãos das janelas, verificou-se que iam sendo cada vez menos profundos à medida que se ia subindo nos pisos, mantendo-se, no entanto, o respetivo gradeamento.

(Contemporânea, Lda, 2012)

Último piso – Configuração exterior

Ao se fazer o levantamento da situação do edifício verificou-se que, provavelmente no início dos anos de 1940, o quarto piso do Aljube, tinha sido modificado para uma geometria

tipo mansarda. Essa alteração colidia com o austero conjunto de estilo pombalino fixado no pós-terramoto. Verificou-se que nesse piso as paredes das fachadas sul e nascente, eram constituídas por panos de parede ligeiramente sotados, revestidos a telha "lusa" que alternavam com janelas de peitoril avançadas sobre esse plano inclinado. O piso 4 era rematado por um beiral, que por sua vez assentava numa cornija mais simples, igualmente moldada, de desenho "recortado". (Contemporânea, Lda, 2012)



Figura 18 - Edifício do Museu do Aljube (www.monumentos.gov.pt, 2008).

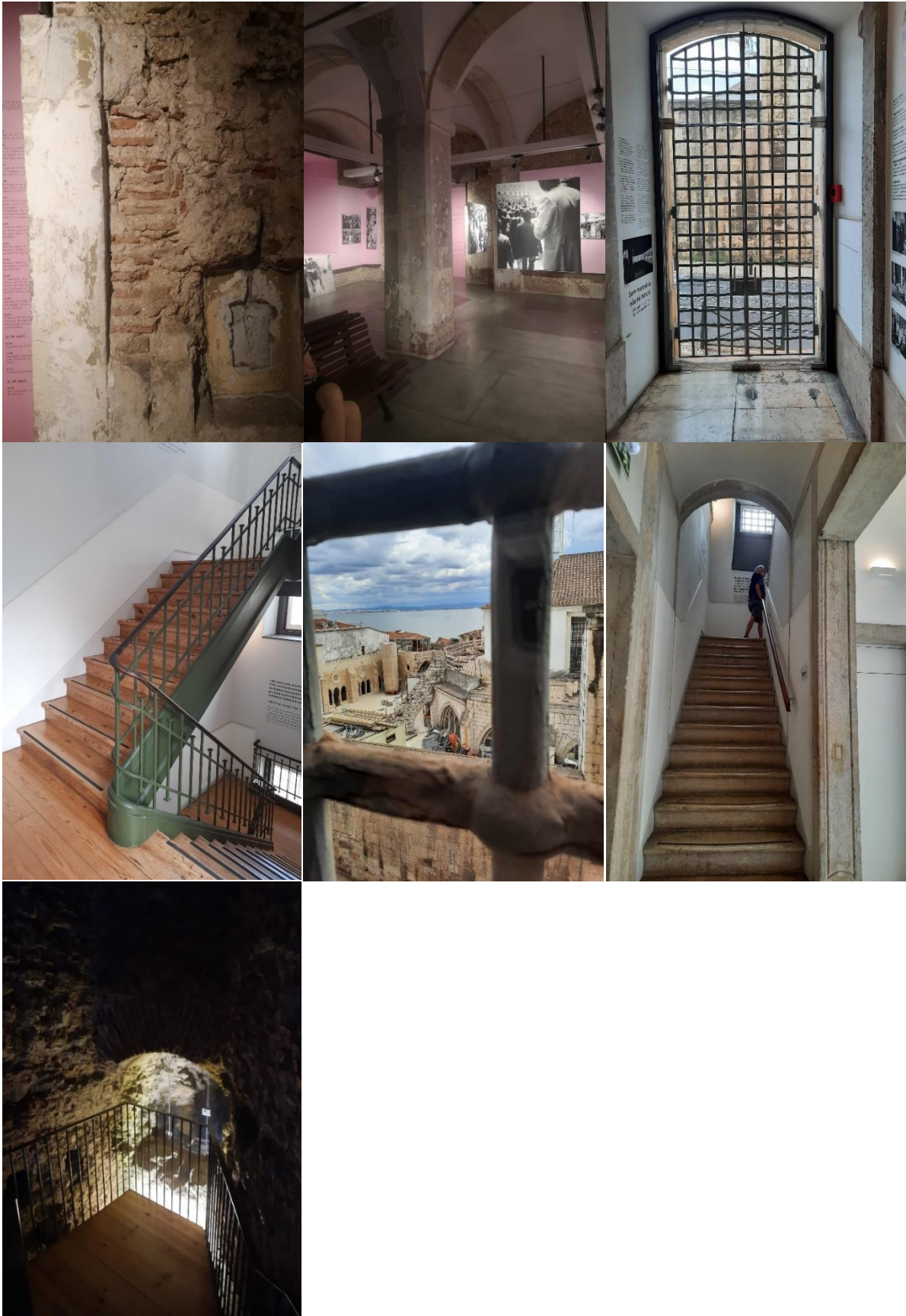


Figura 19 - Fotografias do Museu do Aljube (Autoria própria, 2023)

PROPOSTA

Acessos

Com base nos pressupostos de segurança, de acordo com a regulamentação em vigor, da existência de circulação universal e da integração do piso -1 no circuito expositivo, propôs-se o seguinte:

- A entrada principal escolhida seria a que dava para o pequeno largo a nascente, situada por baixo da escadaria pública. A mesma permitiria a circulação de nível pelo exterior.
- Foi instalado um elevador, colocado no topo poente do edifício, que vai do piso -1 até ao 4º piso, aproveitando o poço já praticamente aberto situado entre o piso -1 e o piso 1.
- Foi construída uma escada metálica no "vazio triangular", que por sua vez efetua a ligação entre o piso 0 e o piso 1. O acesso ao piso 0, a partir da referida escada metálica, é bloqueado por uma porta corta-fogo de correr, cuja abertura só é possível a partir do interior do piso 0. A existência de um patim a três quartos da altura da escada permite a observação da "sala" do piso -1, que tinha sido colocada a descoberto pela campanha arqueológica realizada entre 2004 e 2005.
- No que se refere à evacuação de segurança, foram criadas, ao nível do piso 0, duas saídas diferentes, nos dois topos do edifício: a porta a nascente, a dar para o pequeno largo e a porta mais a poente localizada na rua Augusto Rosa. Ao nível dos restantes pisos, para lá da existente escada principal, propôs-se a introdução a partir do piso 1, mais concretamente meio piso acima do piso 1, de uma escada, na zona poente do edificado, junto à sua fachada norte. Essa escada permite aceder ao Pátio do Aljube, situado nas traseiras do edifício.

(Contemporânea, Lda, 2012)

Boa compreensão do espaço interior e aproveitamento das estruturas arquitetónicas existentes

Tendo como preocupação a preservação dos elementos que contam a história do imóvel, realizou-se uma proposta de adaptação do edifício a um espaço museológico. Assim:

- Piso -1 - Propôs-se que as paredes fossem picadas, que as abóbadas dos tetos e os buracos postos a descoberto pelas campanhas arqueológicas fossem devidamente fixados por questões de segurança e que os elementos expostos fossem realçados através de uma iluminação estratégica.

- Piso 0 – Houve a preocupação da manutenção do ambiente existente.
 - Tetos e abóbodas sobre as salas – Foram estucados com vista a refletir a luz que sairia das calhas invertidas, de modo a poderem revelar o conteúdo de todo o espaço.
 - Paredes – Não sofreram qualquer tipo de reboco ou pintura, de modo a manter a apresentação de mistura dos materiais que as constituíam.
 - Vãos de grande profundidade – Os vãos das janelas foram estucados e pintados de branco, de forma a amplificar a luz natural, evidenciando assim o espaço expositivo.
 - Pavimento - O pavimento foi refeito com placas de contraplacado de madeira forrado a linóleo.
 - Outros trabalhos – Foi colocada uma faixa branca como suporte expositivo, que corre ao longo das paredes. Fora desta faixa, os pilares e as paredes apresentam os seus enxertos e acrescentos. Foram retirados alguns elementos, tais como, uma manilha de esgoto, que atravessava a parede virada a norte.
- Pisos superiores – Identificou-se um aumento de debilidade quanto às marcas a preservar e quanto à proposta sobre os diversos componentes. Poder-se-á referir:
 - Vãos - As diversas grades, caixilharias e portadas foram recuperadas ou substituídas por outras iguais.
 - Curros – Foram reproduzidos os que foram destruídos em 1960.
 - Grades separadoras de espaços e bloqueadoras de vãos – Foram conservados.
 - Paredes – Foram mantidas as espessuras originais.
 - Gradeamentos da escada - Foram pintados.
 - As divisórias ao nível do piso 3 e 4, - Foram projetadas de forma a lembrar tabiques de madeira.

De modo a ser retratado o ambiente de prisão, causando uma sensação de obscuridade, foi criado em todos os pisos um percurso labiríntico.

(Contemporânea, Lda, 2012)

Distribuição programática

Em termos de divisão de espaços dedicados à exposição propôs-se o seguinte:

- Piso -1 – Criação de um núcleo dedicado à história do próprio edifício.

- Piso 0 – Criação de uma loja de merchandising e de venda de livros no átrio de entrada a dar para o pequeno largo a nascente. Este piso dispõe também de uma zona de cacifos que fica situada debaixo da escada nascente.
- Pisos 1 e 2 – Foram englobados núcleos fixos do Museu, dedicados ao tema “Resistência e Liberdade”. Foi prevista, no canto noroeste, uma área dedicada ao audiovisual. No piso dois, foram recriados os curros e um corredor estreito para relembrar o passado da prisão política e as celas onde se encontravam presos os prisioneiros.
- Piso 3 – Este piso dispõe de mais funções:
 - Junto à fachada principal, localiza-se a conclusão da exposição permanente que consta de uma representação da enfermaria e da respetiva instalação sanitária.
 - Junto à fachada de tardoz, situam-se os gabinetes dedicados à administração do Museu, sala de reuniões e sala do Serviço Educativo.
 - No espaço triangular, no topo poente, localiza-se o Centro de Documentação.
 - Existem algumas salas para funções diversas, nomeadamente de investigação.
 - No canto noroeste disponibilizam-se instalações sanitárias para funcionários e para o público. Foi prevista uma pequena copa para café de apoio aos funcionários.
- Piso 4 – Dispõe de um auditório com cabine técnica, de uma cafetaria/ bar e de Instalações Sanitárias. A escolha deste piso para a cafetaria e para auditório está relacionada com o facto de ser o último piso após todo o circuito expositivo, o que permite descansar e refletir sobre o que foi visualizado. Outro motivo é o facto de já não ser um piso expositivo e permitir o usufruto da vista sobre a Sé, sobre o Tejo e sobre a Baixa de Lisboa. O peitoril das janelas foi rasgado até ao chão, de modo a permitir o acesso a uma longa varanda corrida sobre a cornija principal do edifício. No topo poente, foram abertos rasgos e seteiras. Existe uma pequena zona para o pessoal, arrumos e um alçapão com escada retráctil de acesso ao sótão sob a cobertura, pertencente à cafetaria/bar. Outro alçapão com escada retrátil dá acesso aos arrumos do Auditório.

(Contemporânea, Lda, 2012)

Último piso - Reconfiguração exterior

Para corrigir a situação de contradição estilística, propôs-se uma alteração de forma a fazer o respetivo acerto. Assim sendo, o quarto piso corre sobre a cornija e liga-se a uma varanda com um gradeamento de desenho simples de verguinhas metálicas encimadas por barra chata.

Os nembos verticais são rematados por cornija contínua, mais pequena, encimada por falso beirado idêntico. (Contemporânea, Lda, 2012)

PLANTAS, CORTES E ALÇADOS

Plantas



Figura 20 - Plantas dos pisos -1, 0, 1, 2, 3 e 4 do Museu do Aljube (Contemporânea, Lda., 2012).

Cortes



Figura 21 – Corte transversal e longitudinal do Museu do Aljube (Contemporânea, Lda., 2012).

Alçados



Figura 22 – Alçado principal do Museu do Aljube (Contemporânea, Lda., 2012).



Figura 23 – Fotografia do alçado virado a sul e a nascente do Museu do Aljube (Contemporânea, Lda., 2012).

2.2 ATELIER-MUSEU JÚLIO POMAR

O Atelier-Museu Júlio Pomar é um espaço cultural situado no centro de Lisboa, dedicado à preservação e à promoção da obra do renomeado artista plástico português, Júlio Pomar, um dos maiores nomes da arte contemporânea do último século. A criação do espaço, promovido pela Câmara de Lisboa e inaugurado a 5 de abril de 2013, teve como base dois pressupostos: servir de atelier numa primeira fase, enquanto o artista fosse vivo, situação essa que acabou por não se verificar e posteriormente, numa segunda fase, ser um museu para exposição das obras do artista. Ao longo do tempo, o museu tem tido o cuidado de fomentar a reflexão crítica e o debate em torno das artes e da cultura contemporâneas. Assim, neste âmbito, tem apostado no apoio a escolas e a artistas em início de vida artística, de modo que os mesmos tenham neste espaço, um meio que lhes permita a exposição dos seus trabalhos e da sua criatividade.

A escolha deste edifício como caso de estudo considerou o facto de se tratar de uma edificação antiga no centro da cidade de Lisboa que foi reabilitada com o objetivo de lhe atribuir uma mudança de funcionalidade, conversão em atelier-museu. Assim, o mesmo irá permitir uma reflexão sobre a criação de espaços expositivos e sobre o tipo de projeto a implementar.



Figura 24 - Atelier-Museu Júlio Pomar – Fachada principal (<https://www.portuguesematters.com/blog/2016/6/28/julio-pomar>).

2.2.1 LOCALIZAÇÃO

O museu encontra-se localizado em Lisboa, na rua do Vale n.º 7, implantado num espaço delimitado, que abrange a respetiva edificação e um pátio que tem início no portão e que dá acesso ao interior do edifício.

Quanto à sua disposição geográfica, verifica-se que a fachada principal do edifício se encontra virada a nascente, para a rua do Vale, as fachadas sul e a tardoz para o pátio interior e a empena norte fica adjacente a outra edificação de um conjunto de casas da mesma rua.

2.2.2 PROJETO

O projeto, de autoria do arquiteto Álvaro Siza Vieira, traduziu-se na reabilitação e ampliação de um antigo armazém do séc. XVII que terá pertencido anteriormente à Livraria Sá da Costa e ao qual lhe foi conferido uma nova funcionalidade. Sofreu obras de reabilitação e de conversão para a sua atual função, tendo sido construído um novo bloco onde se situam diversas áreas funcionais nomeadamente a da receção e um novo volume onde se localizam as comunicações verticais.



Figura 25 – Atelier - Museu Júlio Pomar – Escada vista do exterior (<https://www.portuguesematters.com/blog/2016/6/28/julio-pomar>)



Figura 26 - Atelier - Museu Júlio Pomar – Pátio e entrada - fachada tardoz (<https://www.portuguesematters.com/blog/2016/6/28/julio-pomar>).

A manutenção da identidade do antigo edifício foi uma preocupação que esteve presente no desenvolvimento do projeto, estando a mesma retratada nos caixilhos, cantarias, portadas, forro e vigas de madeira (Mateus, 2022). Segundo a arquiteta Margarida Pinto Alves (1990), o edifício atual mantém o volume e os traços da construção original.

O enquadramento do edifício no quarteirão foi também tido em conta, estando a estrutura do edifício inscrita no alinhamento da rua, de forma subtil, sem se evidenciar perante as outras edificações (Alves, 1990).



Figura 27 - Atelier - Museu Júlio Pomar – Interior do museu. (<https://www.portuguesematters.com/blog/2016/6/28/julio-pomar>).

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

Fachada principal

Fachada virada a nascente, branca onde se apresentam diversas janelas de distância regular entre si.

Interior

Interior do museu definido por planos de paredes brancas, cuja cor se propaga em todo o edifício, exceto nos pavimentos de régua de pinho e na dupla guarda em aço inox. Segundo Rebelo (2023) “tem-se verificado que o branco é a cor predominante dos diversos projetos de Siza Vieira”.

O projeto, além da ampliação da área construída constou dum esvaziamento do antigo edifício, criando um espaço amplo, luminoso e de pé-direito duplo. Foi instalado um mezanino parcial em torno de uma grande zona central, aumentando assim o espaço expositivo e dando origem a um segundo piso.

De acordo com a arquiteta Margarida Alves (2023), Siza Vieira reinventa a arquitetura modernista e “a sua herança modernista é reinventada através de variações, declinações, desvios e desdobramentos de formas” (Alves, 2023).

Janelas

Tanto ao nível do piso térreo como no primeiro andar verifica-se a existência de diversas janelas que permitem a entrada de luz no museu e que conjuntamente com a cor branca das paredes, conferem um tom claro e luminoso ao edifício. “Neste museu em concreto, onde o Siza reposiciona as janelas conforme sente necessidade, as aberturas deixam entrar luz, ver quem chega e quem passa na rua, estabelecendo a relação do interior com o exterior.” (Rebelo, 2023).

Cobertura

O edifício tem uma cobertura de duas águas, em telha marselha, onde a estrutura original foi mantida e recuperada, sofrendo alterações de ajuste ao conceito do novo edifício. As estruturas de suporte da cobertura, as fixações em aço, a madeira das asnas e o novo forro foram todas pintadas de branco. A cor escolhida, que não anula a materialidade, deve-se a um conceito de unidade e de continuidade face aos outros elementos constituintes do espaço. (Alves,2023)

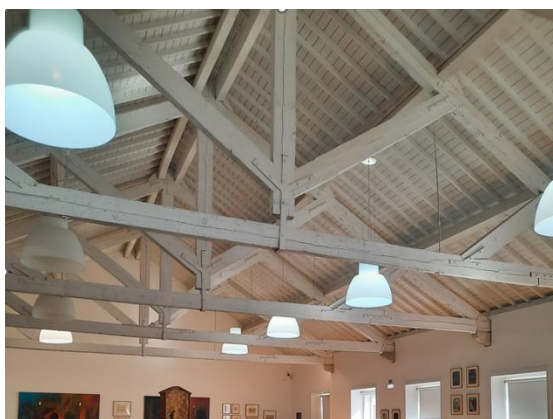


Figura 28 - Cobertura (autoria própria, 2023)

Escadas

As escadas são um elemento marcante no projeto do Atelier-Museu, em que apesar de se encontrarem no interior, a sua expressão formal se encontrar no exterior do edifício. Também existe outro elemento que sobressai e acrescenta valor ao projeto, mais concretamente uma janela que se encontra ao cimo da escada (Carvalho, 2023).

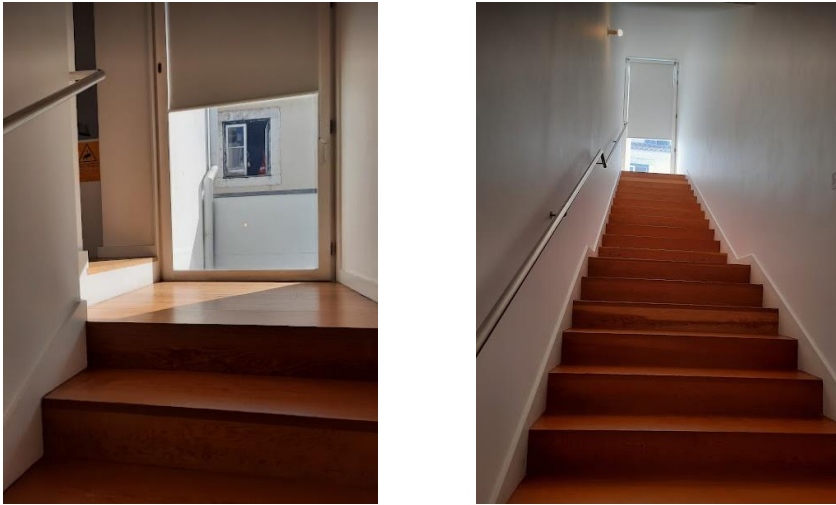


Figura 29 – Fotografias das escadas – Vista interior (autoria própria, 2023).

Acesso ao Museu

O acesso ao edifício é efetuado através de um pátio interior que se inicia no portão que dá para a rua do Vale e que termina na entrada do edifício. Este acesso já se poderá considerar como sendo um espaço expositivo, pois contém algumas obras expostas e permite inclusivamente apreciar o relevo da escada interior que dá acesso ao mezanino.

Organização espacial:

Piso térreo – A entrada no edifício que dá acesso à Receção, faz-se pelo bloco construído como extensão ao antigo armazém, contendo também as instalações sanitárias e serviços. Através deste bloco, completamente integrado com o edifício principal, tem-se acesso a um amplo espaço expositivo, de pé-direito duplo, onde se poderão contemplar as diversas obras de arte que se encontram expostas temporariamente. Neste piso, também se encontram as salas onde o acervo se encontra guardado. Através deste piso, há acesso às comunicações verticais, um elevador e uma escada cuja expressão formal se encontra no exterior. Ao cimo das escadas apresenta-se uma janela que deixa entrar a luz para o interior do museu.

Primeiro andar – Consta de um mezanino com desenho em U, à volta da nave principal, que tem como objetivo servir de espaço expositivo. A galeria, protegida por uma dupla guarda em aço inox permite uma observação desimpedida do piso zero, permitindo a vista da exposição por diversos ângulos.

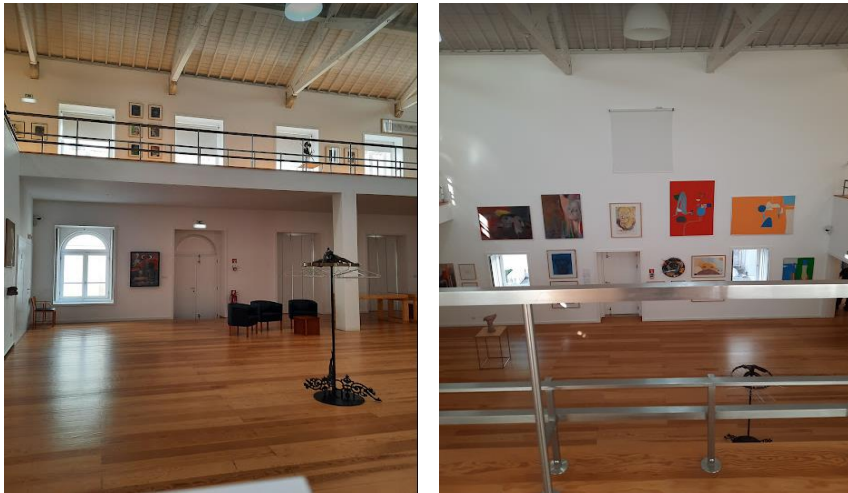


Figura 30 – Fotos do piso zero e do piso 1 (Fonte: Autoria própria, 2023)

PLANTAS, CORTES E ALÇADOS

Plantas



Figura 31 – Planta do piso térreo (<https://hicarquitectura.com/2014/02/alvaro-siza-atelier-museu-julio-pomar/>, 2014).

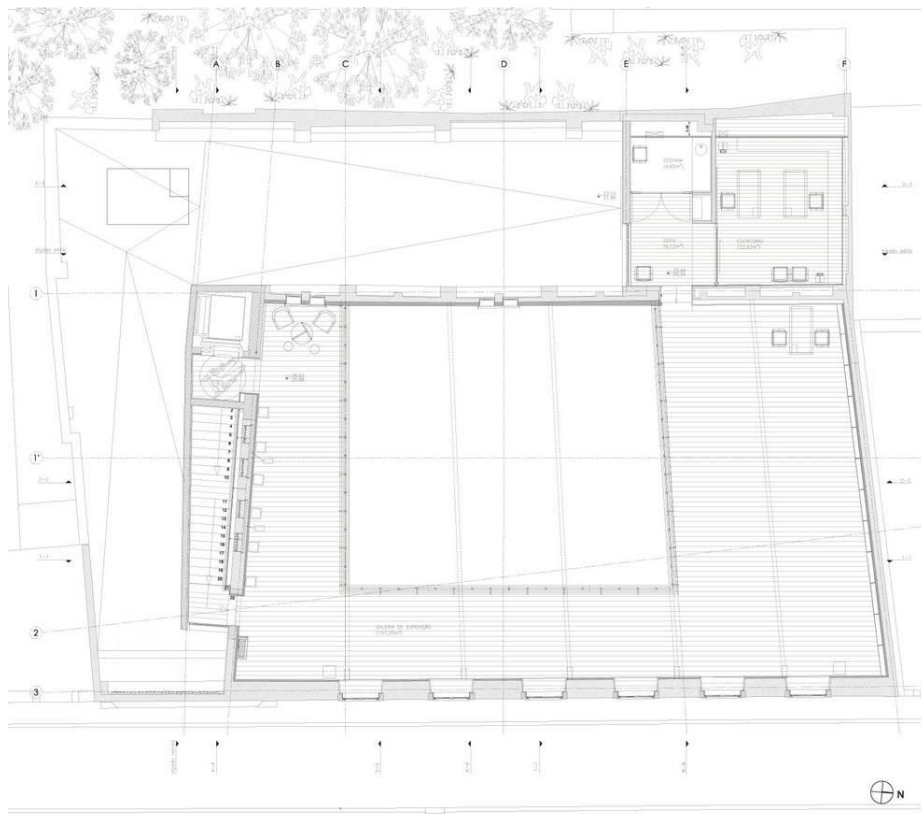


Figura 32 – Planta do piso 1 (<https://hicarquitectura.com/2014/02/alvaro-siza-atelier-museu-julio-pomar/>, 2014).

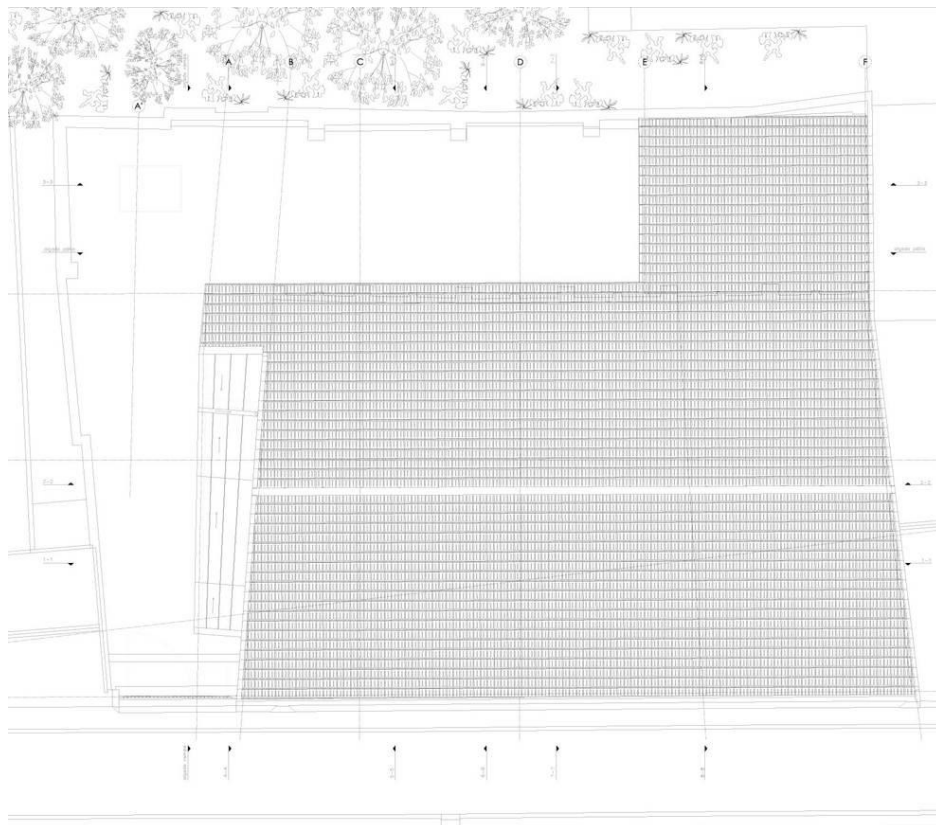


Figura 33 – Planta da cobertura (<https://hicarquitectura.com/2014/02/alvaro-siza-atelier-museu-julio-pomar/>, 2014).

Cortes

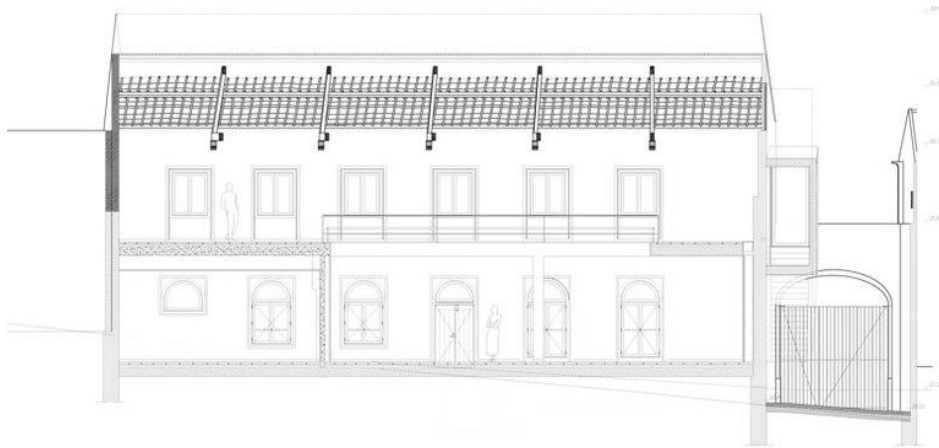


Figura 34 – Corte 1 (<https://hicarquitectura.com/2014/02/alvaro-siza-atelier-museu-julio-pomar/>, 2014).

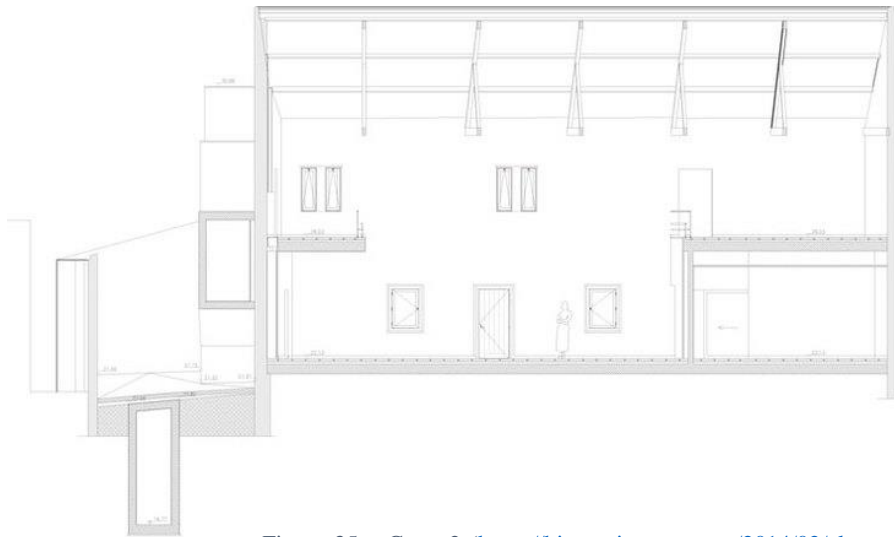


Figura 35 – Corte 2 (<https://hicarquitectura.com/2014/02/alvaro-siza-atelier-museu-julio-pomar/>, 2014).

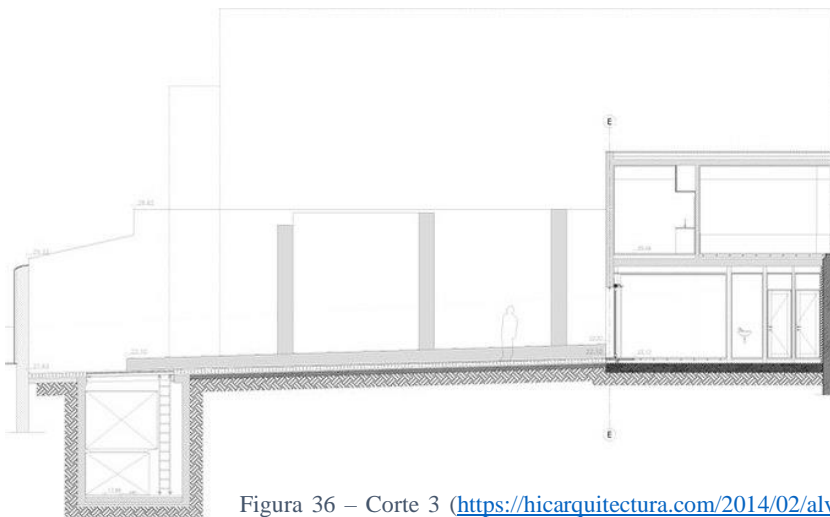


Figura 36 – Corte 3 (<https://hicarquitectura.com/2014/02/alvaro-siza-atelier-museu-julio-pomar/>, 2014).

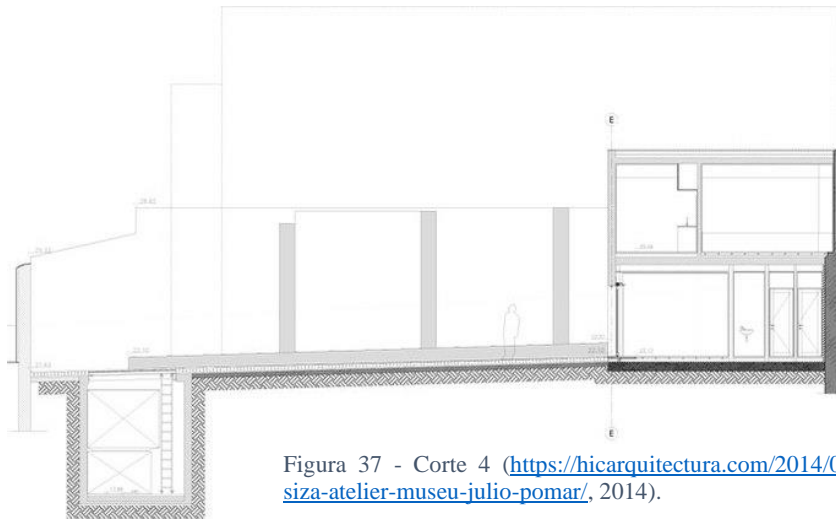


Figura 37 - Corte 4 (<https://hicarquitectura.com/2014/02/alvaro-siza-atelier-museu-julio-pomar/>, 2014).

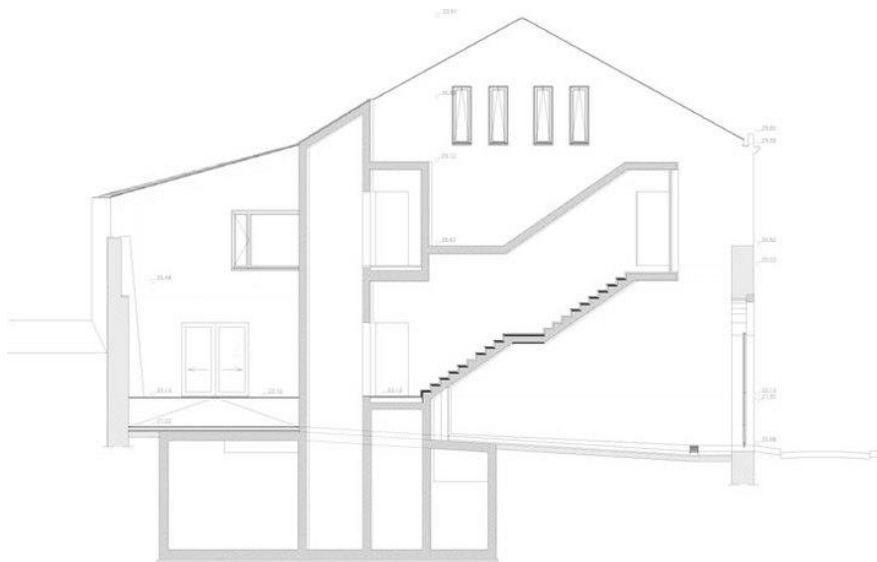


Figura 38 – Corte 5 (<https://hicarquitectura.com/2014/02/alvaro-siza-atelier-museu-julio-pomar/>, 2014).

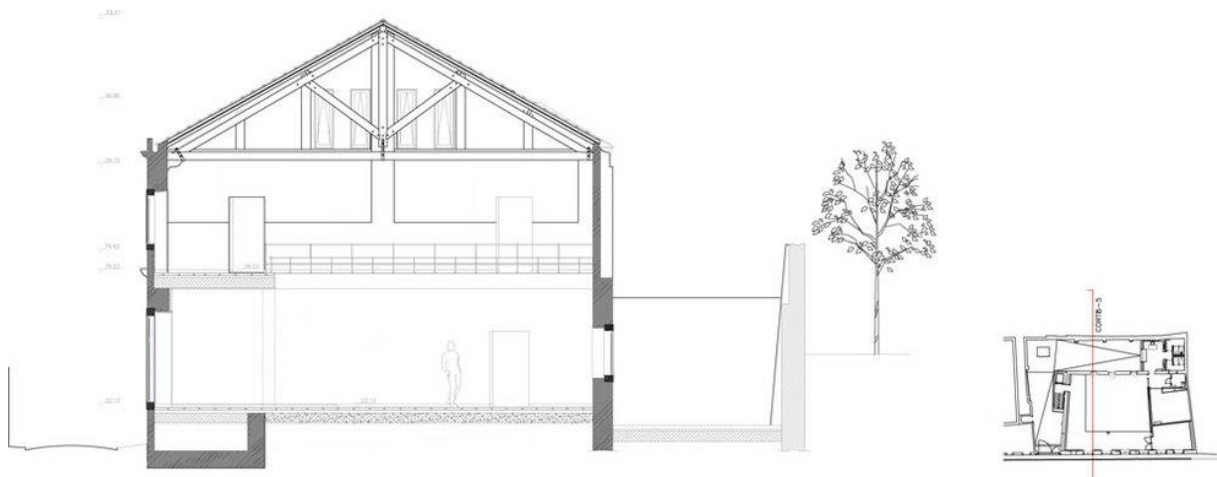


Figura 39 – Corte 6 (<https://hicarquitectura.com/2014/02/alvaro-siza-atelier-museu-julio-pomar/>, 2014).

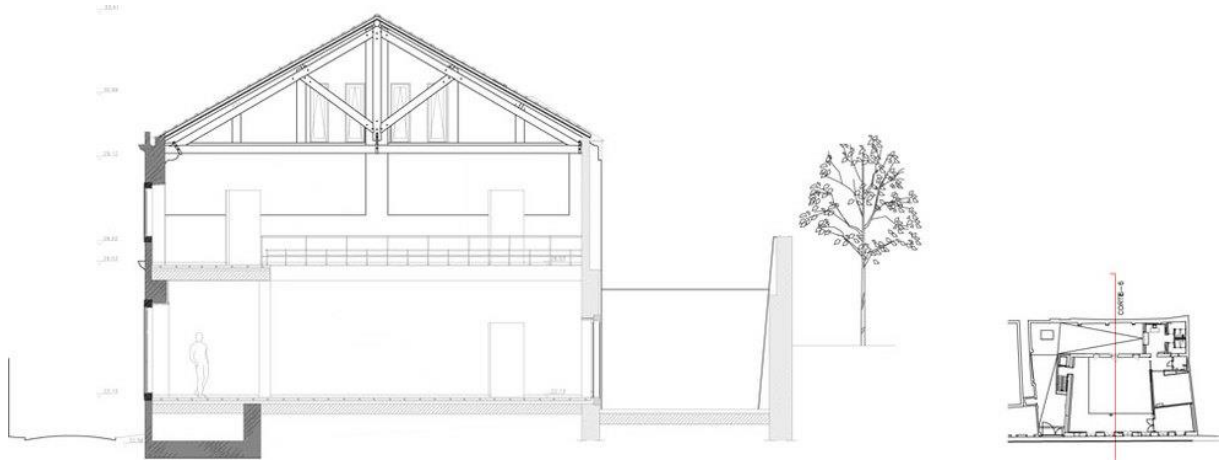


Figura 40 - Corte 7 (<https://hicarquitectura.com/2014/02/alvaro-siza-atelier-museu-julio-pomar/>, 2014).

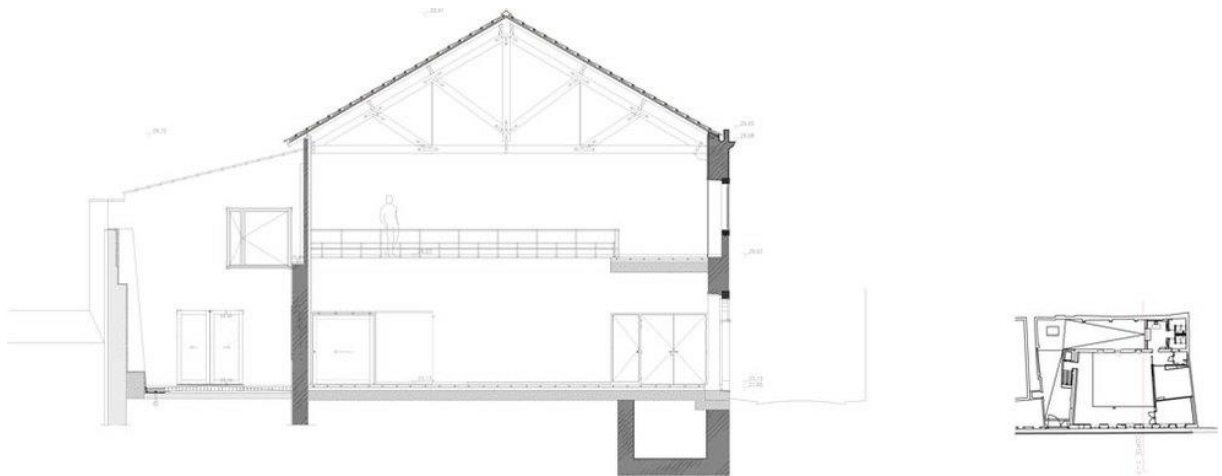


Figura 41 - Corte 8 (<https://hicarquitectura.com/2014/02/alvaro-siza-atelier-museu-julio-pomar/>, 2014).

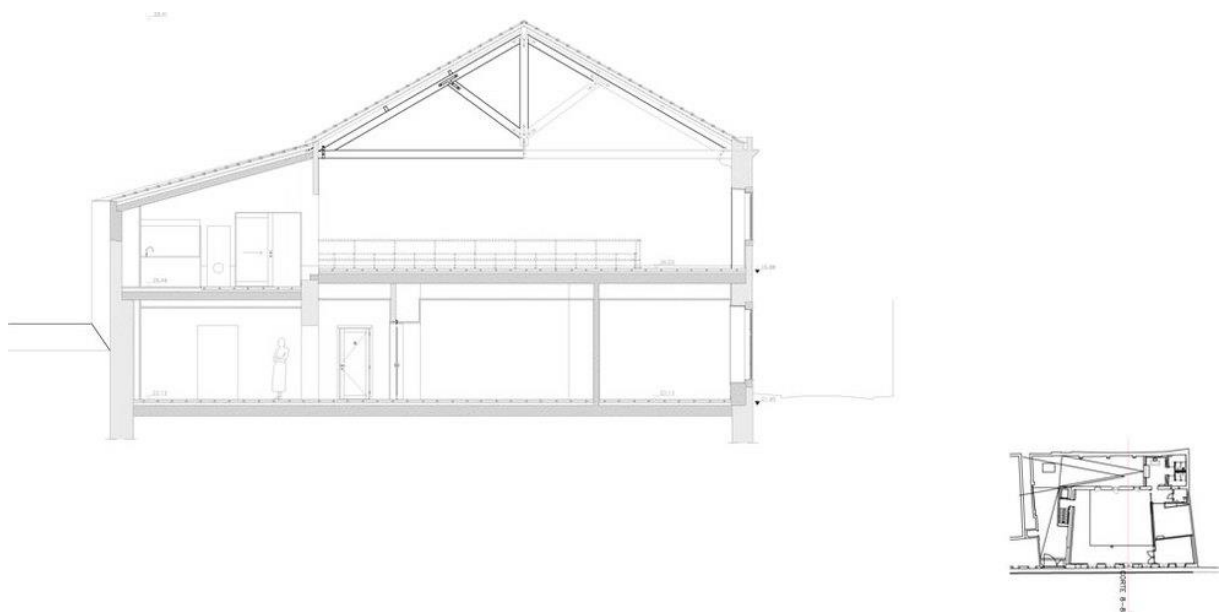


Figura 42 - Corte 9 (<https://hicarquitectura.com/2014/02/alvaro-siza-atelier-museu-julio-pomar/>, 2014).

Alçados

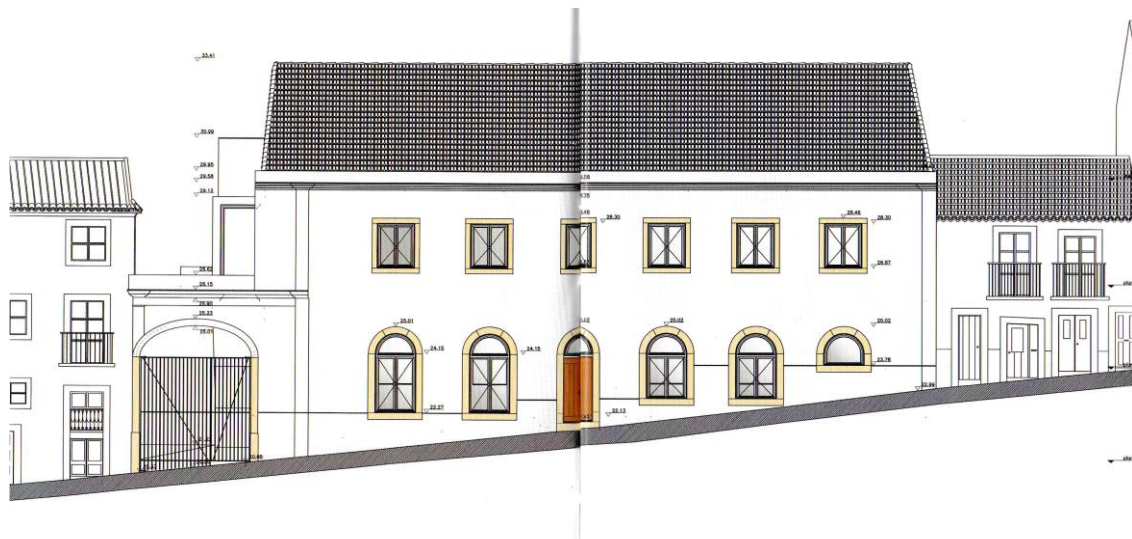


Figura 43 – Alçado principal a nascente (Atelier-Museu Júlio Pomar, 2023).

CAPÍTULO II - PATRIMÓNIO, CONSERVAÇÃO, RESTAURO E REABILITAÇÃO

Os diversos tipos de atuação sobre o património, tais como a conservação, o restauro e a reabilitação, têm sido objeto de análise por diversas entidades, nomeadamente de organizações nacionais e internacionais, resultando na produção de legislação com vista à normalização e criação de procedimentos de proteção do património existente. No respeitante a este tema, diversos autores apresentaram conceitos atualizados dos diferentes tipos de atuação. Antes de referir os mesmos, há, no entanto, que citar o conceito de património, mais concretamente de património arquitetónico.

1. PATRIMÓNIO

Em sentido lato, poderá ser descrito como o conjunto de bens culturais, históricos ou naturais que detêm um valor significativo para uma determinada sociedade ou comunidade.

Além de outras definições, conforme a Quebec Association for the Interpretation of the National Heritage - Committee on Terminology afirma, o património é um universo composto por produtos e por criações do Homem e da natureza que ao coexistirem de forma integrada no espaço e no tempo, definem o ambiente em que vivemos. (Barranha, 2016, p. 26)

Segundo o ICOMOS - Canada French-Speaking Committee 1 “O património não se limita a um tempo, nem passado nem futuro. Usamos o património de ontem para construirmos o património de amanhã, porque a cultura é, por natureza, dinâmica e está em constante renovação e enriquecimento.” (Barranha, 2016, p. 26)

Património cultural - Poderá entender-se como uma categoria que abarca todas as áreas que fazem parte da herança cultural de uma sociedade, tais como: tradições culturais, as artes, a língua, a música, a literatura, a religião, a arquitetura, os sítios e outros. Neste conceito incluem-se os monumentos, os edifícios históricos, as obras de arte, os objetos antigos, os documentos históricos e muitos mais, com valor artístico, histórico, arqueológico ou edifícios que albergam

¹ ICOMOS-Canada French-Speaking Committee (1982), *Charter for the Preservation of Quebec's Heritage* (Deschambault Declaration) – “Definition of Heritage and Preservation” [trad.].

bens móveis que são considerados como património cultural, como é o caso dos museus. Fazem parte deste universo sítios, bens materiais e imateriais, bens móveis e imóveis, bens religiosos e laicos considerados relevantes para a preservação da identidade cultural e histórica de uma determinada sociedade.

Segundo o Conselho da Europa² “O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução.” (Barranha, 2016, p. 29)

Em termos de conceito de património imóvel ou de património construído, Pereira³ refere que o mesmo abrange as estruturas criadas, construídas e instaladas pelo homem com valor histórico, artístico e técnico. Incluem estruturas isoladas ou em conjunto, que poderão ter uma finalidade mediata ou imediata, isto é, apresentar-se ligada à vida espiritual das comunidades ou à vida material do homem. (Barranha, 2016, p. 31).

Conforme a European Heritage Network referiu acerca do património imóvel:

“Este tipo de património compreende monumentos, conjuntos arquitectónicos e sítios construídos, abrangendo edifícios e estruturas, tanto em contextos urbanos como rurais. Incluem-se também no património construído os objectos móveis e os elementos decorativos que fazem parte integrante desses monumentos, conjuntos e sítios e, em certos casos, as respectivas envolventes, designadamente as zonas de protecção.”⁴ (Barranha, 2016, p. 31)

No que respeita ao património móvel poder-se-á afirmar, conforme citado pela European Heritage Network⁵, que o mesmo consiste no “Conjunto de bens culturais que podem ser transportados (objetos e obras de arte).” (Barranha, 2016, p. 32)

Património arquitetónico - É um subconjunto do património cultural imóvel que inclui os edifícios, as estruturas e os lugares com valor histórico e arquitetónico. Neste âmbito, fazem parte os monumentos, os edifícios históricos, os marcos arquitetónicos, as ruínas e outros

² Conselho da Europa (2005) *Convenção de Faro*, Artigo 2.º.

³ Pereira, P. (1997) Os conceitos operativos. In: *Intervenções no Património 1995-2000*, p. 29.

⁴ European Heritage Network (s.d.) *Cultural Heritage Thesaurus*, pp. 49, 70 e 154 [trad. e adaptado].

⁵ European Heritage Network (s.d.) *Cultural Heritage Thesaurus*, p. 50.

elementos arquitetónicos que têm um papel relevante na história e cultura de uma determinada zona geográfica.

Segundo o referido pelo Conselho da Europa⁶, o património arquitetónico integra os monumentos os conjuntos arquitetónicos e os sítios. (Barranha, 2016, p. 35)

2. CONSERVAÇÃO

A conservação, o restauro e a reabilitação são termos frequentemente usados no contexto da preservação e manutenção de edifícios e do património histórico, no entanto, cada um tem um propósito específico. Assim:

A conservação inclui um conjunto de procedimentos e de normas, cujo objetivo é o de manter o bem patrimonial no seu estado atual. Visa a manutenção e a preservação de um edifício ou objeto no seu estado existente, minimizando qualquer deterioração ou desgaste adicional.

Normalmente envolve um conjunto de procedimentos tais como: limpeza, aplicação de tratamentos de proteção contra agentes externos danosos e de estabilização, tudo isto sem provocar alterações na estrutura ou nos materiais originais. Estes tratamentos têm como finalidade cessar os danos causados por diversos agentes, tais como: as pragas, outros micro-organismos, a água, nas suas diversas formas, e diversos fatores químicos. A conservação preventiva tem assim como objetivo evitar que a deterioração se torne ativa, quer através de agentes naturais, quer humanos. Engloba medidas de controlo da humidade, de temperatura, de exposição à luz, de risco de incêndio, de roubo, de vandalismo, de redução de vibrações de tráfego, de poluição atmosférica e de uma limpeza eficaz.

De modo a evitar a deterioração dos bens patrimoniais, deverá existir uma monitorização constante e uma manutenção regular.

Sobre este tema existem vários autores que apresentam as suas definições. O ICOMOS⁷ descreve a conservação do seguinte modo:

“Conservação significa todos os processos ligados à compreensão e ao cuidado de um lugar, de modo a salvaguardar o seu valor cultural e

⁶ Conselho da Europa (1985) *Convenção de Granada - Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*, Artigo 1º.

⁷ ICOMOS (1993-2010) *New Zealand Charter for the Conservation of Places of Cultural Heritage Value*, Definitions [trad.].

patrimonial. A conservação é baseada no respeito pela materialidade, pelas associações, pelos significados e pelo uso do lugar. Exige uma abordagem cautelosa no sentido de se fazer todos os trabalhos necessários, mas tão poucos quanto possível, mantendo a autenticidade e a integridade e garantindo que o lugar e os seus valores são transmitidos às gerações futuras.” (Barranha, 2016, p. 76)

3. RESTAURO

O restauro envolve a reconstituição de um edifício ou de um objeto para uma determinada condição anterior, normalmente para um período da sua história em que foi considerado como relevante. Tem como objetivo preservar a autenticidade, mantendo a integridade histórica e cultural. O mesmo pode constar num tratamento que faça com que o objeto regresse ao seu estado original, ou então, que seja colocado num momento específico da sua história que se encontre devidamente documentado. Tal processo pode compreender diversos procedimentos, tais como: remoção de adições posteriores, substituição de elementos danificados por réplicas autênticas e também, a reconstrução das características originais do objeto.

O restauro deve basear-se em documentos autênticos, que respeitem os materiais e os projetos originais segundo as evidências arqueológicas. De modo a que o restauro não falsifique as provas arqueológicas ou históricas, deverá tornar as partes deterioradas e em falta distinguíveis das restantes, apesar das dever incluir de forma harmoniosa no todo.

Dada a relevância e complexidade dos elementos sujeitos a este tratamento, o restauro acaba por envolver diversas áreas, nomeadamente pesquisa, utilização de técnicas avançadas e ética. Muito frequentemente o restauro utiliza técnicas antigas para a replicação dos métodos de construção originais.

Existem vários autores que apresentam as suas definições de Restauro. O ICOMOS⁸ apresenta a seguinte definição:

“O **restauro** é uma operação altamente especializada que deve ter um carácter excecional. Destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos. Não devem ser

⁸ ICOMOS (1964) *Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*, Artigo 9.º.

empreendidos restauros quando se está em presença de hipóteses visando reconstituições conjecturais. Nestes casos, qualquer acrescento ou complemento que se reconheça indispensável, por razões estéticas ou técnicas, deverá harmonizar-se arquitetonicamente com o existente e deixar clara a sua contemporaneidade. O restauro deve ser sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.” (Barranha, 2016, p. 88)

4. REABILITAÇÃO

A reabilitação é um conceito mais amplo que envolve a adaptação de um edifício ou de um espaço para um novo uso, mantendo a sua integridade histórica. Inclui a introdução de características modernas, a atualização dos sistemas e a garantia de que o edifício respeita os padrões de segurança e a atual legislação de construção, enquanto preserva a herança do bem intervencionado.

Quanto à reabilitação poder-se-á referir que existem diversas definições, nomeadamente segundo o ICOMOS-Canada⁹ que a descreve como “a modificação de um recurso segundo padrões funcionais contemporâneos, envolvendo a eventual adaptação a um novo uso.” (Barranha, 2016, p. 85).

Por fim, após a apresentação dos conceitos atuais da conservação, do restauro e da reabilitação, poder-se-á referir que as opções metodológicas das propostas de intervenção deverão ter por base uma investigação prévia que seja dirigida aos seguintes aspetos, nomeadamente: análise de integridade, análise do estado de conservação e estudos reais de possibilidades de uso. (Lopes, 2020) Também conforme refere o professor Flávio Lopes,

“A reabilitação arquitetónica ou urbana difere substancialmente da intervenção de conservação e restauro do património monumental. Tal como o notou Javier Rivera Blanco¹⁰, a conservação e o restauro procuram recuperar as características fundamentais do objeto arquitetónico e o maior número possível de elementos originais, enquanto a reabilitação, apesar de atuar sobre o objeto com base nos seus valores patrimoniais, procura implementar funcionalidades contemporâneas, mais ou menos adaptadas às características preexistentes.” (Lopes, 2020, p. 78)

⁹ ICOMOS-Canada (1983). Appleton Charter – The Appleton Charter for the Protection and Enhancement of the Built Environment, “B. Framework” [trad.].

CAPÍTULO III - O CASO DO EDIFÍCIO NA RUA DOS ANJOS

1. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO URBANO

1.1 TIPO DE TERRENO E EVOLUÇÃO GEOGRÁFICA

Segundo o Engenheiro Vasco Appleton (do Gabinete de Engenharia A2P), que elaborou o *Estudo de diagnóstico Edifício sito na Rua dos Anjos n.º 2 em Lisboa*, pode referir-se que o edifício em análise se situa numa zona de transição geológica. Teoricamente está localizado numa zona de “Calcários de Entrecampos”, com grande proximidade ou mesmo incluído na “zona de Areolas da Estefânia” com aluviões. Dado não existir nenhum relatório geológico-geotécnico do terreno relacionado com o edifício, um estudo de um edifício vizinho serviu como boa ferramenta para o conhecimento do tipo de terreno existente sob o edifício em estudo. Assim, através dos ensaios de prospeção, verificou-se a ocorrência de uma camada de rochas sedimentares, representada pelos Calcários de Entrecampos, coberta por aterros com realocação sedimentar.

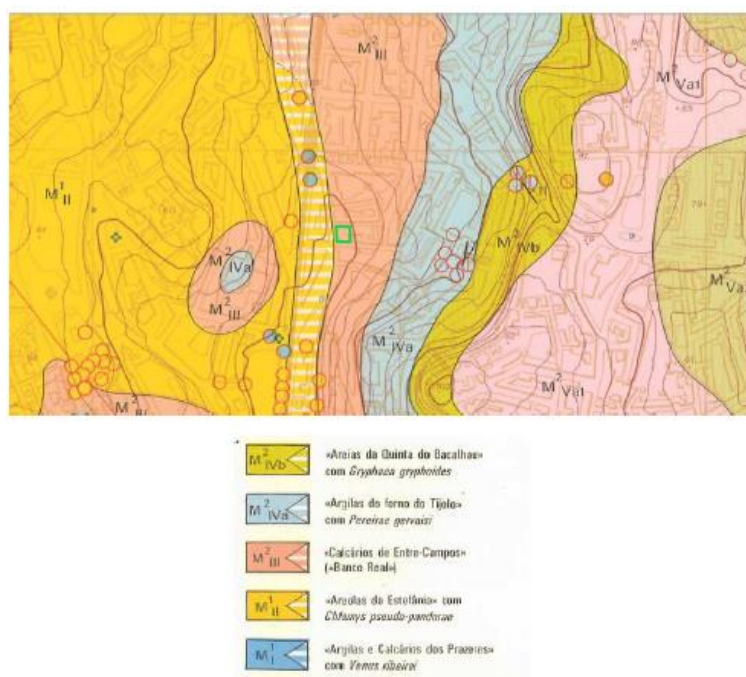


Figura 44 - Extrato da Carta de Lisboa na zona do edifício da Rua dos Anjos 2. O imóvel encontra-se delimitado pelas linhas verdes (A2P, 2019).

Com base numa análise realizada nesse prédio, verificou-se que os aterros eram de grande heterogeneidade, tendo-se notado a existência de siltes areno argilosos.

Ao se verificar uma camada superior aluvionar, de siltes arenosos, de cor castanho-escuro, concluiu-se que existia um comportamento geotécnico muito condicionado, pouco resistente, deformável e de estabilidade precária quando expostos após escavação.

Segundo a “Carta de Solos” (2009) e a “Carta de Permeabilidade relativa do Substrato Geológico” (2021), referidas no site de Lisboa Interativa da Câmara Municipal de Lisboa, o edifício da Rua dos Anjos situa-se numa zona de solos aluvionares e de substrato geológico de elevada permeabilidade.

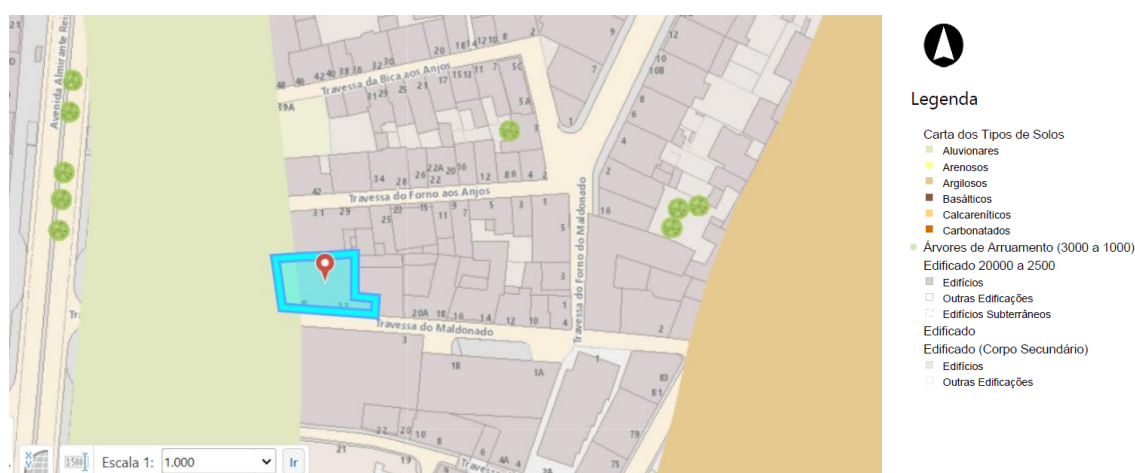


Figura 45 - Carta dos Tipos de Solos. (Site de Lisboa Interativa, 2019)

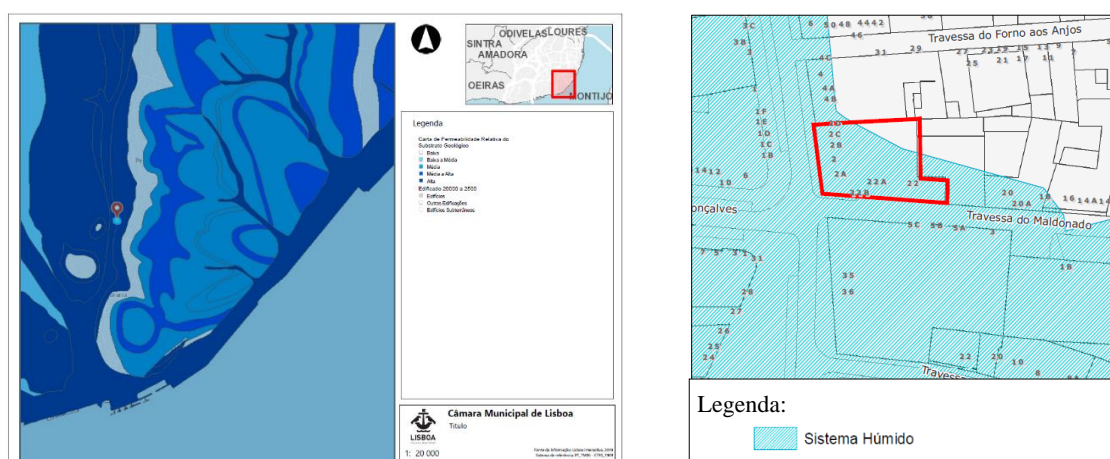


Figura 46 - Carta de Permeabilidade relativa do Substrato Geológico e planta de caracterização em termos ecológicos. (Site de Lisboa Interativa, 2019)

Segundo a A2P (2019), durante a realização das sondagens, em 2017, do ponto de vista hidrogeológico, detetou-se água por volta dos 4.5 m de profundidade.

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA ZONA ENVOLVENTE

Segundo registos antigos (mencionados nos estudos realizados pelos historiadores Jorge Ferreira Paulo e de Ricardo Lucas Branco), o início da rua dos Anjos fazia parte de uma vasta área de campos e hortas designada por Sta. Bárbara, cujo nome se devia a uma ermida muito antiga com o mesmo nome. Nesta capela existia uma imagem de S. Jordão, padroeiro dos casamentos, que por sua vez deu a designação a todo o vale circundante, zona onde se localiza a propriedade do edifício em estudo. Em termos de localização, o vale de S. Jordão corresponde, em parte, ao atual Regueirão dos Anjos.

Na segunda metade do século XVI, foi construída a Igreja Nossa Senhora dos Anjos, que recebeu as duas imagens, a de Santa Bárbara e a de S. Jordão, que estavam colocadas na ermida. Entretanto devido à construção desta igreja, a rua Santa Bárbara passou a designar-se de rua dos Anjos, que ligava a Igreja Paroquial, a norte ao Paço do Benfornoso, a sul. Mais tarde, em 1908, devido ao plano de remodelação da zona com a construção da avenida Almirante Reis, a antiga igreja paroquial foi demolida, sendo substituída pela nova Igreja Paroquial dos Anjos, em outro local, junto à Avenida.

No que se refere ao atual largo do Intendente, poder-se-á dizer que o seu topónimo se deveu ao facto de Diogo Inácio de Pina Manique, nascido a 3 de outubro de 1733, Intendente-Geral da Polícia, ter tido aí o seu palácio. Esta zona, antes da construção da avenida Almirante Reis era muito movimentada. Começou por ser a confluência de diversas vias por onde nomeadamente, se acedia a uma das entradas principais da cidade, vindo de norte até à Mouraria, através da rua dos Anjos e seguindo pela rua do Benfornoso, onde entroncavam diversas travessas que desciam das colinas adjacentes. O Largo do Intendente, propriamente dito, constituiu-se após a alienação de parte da cerca do Convento do Desterro, pois anteriormente o muro da propriedade do Convento de Nossa Senhora do Desterro encontrava-se junto à rua dos Anjos, a poente. Com a criação do largo, a partir de finais do século XVII, começaram a edificar-se diversos palácios e casas nobres, nomeadamente a dos Maldonado a nascente. Começaram a instalar-se diversas figuras ligadas à administração régia, tal como os Maldonado, eclesiásticos e seculares. Posteriormente, no século XIX, fixaram-se na zona diversas entidades fabris, nomeadamente em 1849, uma oficina de olaria que veio dar origem à Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego, instalada num edifício coberto de azulejos localizado no Largo do Intendente.

2. O EDIFÍCIO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE IMPLANTAÇÃO

O edifício objeto do caso de estudo é uma edificação de caráter nobre, com valor cultural no contexto da cidade de Lisboa, com a fachada principal virada para a Rua dos Anjos.

A propriedade onde se encontra construído o edifício é considerada, com base na documentação existente, como sendo de grande antiguidade, remetendo-se pelo menos para o último quartel do século XV.

Esta propriedade era fruto da agregação de vários prazos (propriedades arrendadas), que integrava por sua vez, uma unidade mais ampla, designada por Prazo de S. Jordão por se encontrar localizada no vale com o mesmo nome. O Senhorio direto do Prazo era o Convento da Santíssima Trindade de Lisboa que era responsável pelo loteamento dos quarteirões que se encontravam do lado nascente da rua dos Anjos.

A propriedade onde se localiza o edifício da rua dos Anjos Nº 2, ocupa um quarteirão delimitado pela Rua dos Anjos a poente, pela Travessa do Forno do Maldonado a nascente, pela Travessa do Forno aos Anjos a norte e pela Travessa do Maldonado a sul. As designações das ruas foram sofrendo alterações ao longo do tempo, tal como a Rua dos Anjos, que inicialmente se chamava Rua de Santa Bárbara, mais tarde Rua Direita dos Anjos e por fim só Rua dos Anjos. A Travessa do Maldonado também tinha tido como designação Rua da Cancelaria, tal se devia à atividade aí realizada.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO EDIFÍCIO, EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA

Segundo registo documental, em 1488, o Prazo corresponde ao início da Rua dos Anjos encontrava-se na posse do “Convento da Trindade de Lisboa”. À data, a propriedade era uma horta tendo sido realizado um “contrato de emprazamento em vida” de três pessoas por um foro de 500 reis e duas galinhas a um Gonçalo Gomes. Ao longo dos anos, nessa mesma vasta horta, foram-se construindo casas que deram origem a novos e distintos prazos. De acordo com documentação encontrada, verificou-se que a partir do século XVII já existia a presença da família Maldonado como detentora do domínio útil da propriedade. Segundo registos documentais concluiu-se que o primeiro Maldonado a residir na propriedade foi D. Miguel

Maldonado, fidalgo da Casa Real, ligado à burocracia régia, exercendo o cargo de escrivão da Cancelaria Régia. A sua presença e residência nos Anjos, já datam de 1620 em registos associados à construção da Igreja de nossa Senhora dos Anjos.



Figura 47 - Planta Topográfica - Cartografia Histórica 1812, Duque de Wellington (Site de Lisboa Interativa, consultado em 2023).



Figura 48 - Planta Topográfica - Cartografia Histórica 1856 - 1858, Filipe Folque (Site de Lisboa Interativa, consultado em 2023).

Segundo o *Estudo Histórico e Patrimonial* de Jorge Ferreira Paulo e Ricardo Lucas Branco, a propriedade e a respetiva edificação sofreram ao longo dos tempos diversas alterações, nomeadamente em termos de construção, ampliação, alienação, mudança de detentores do domínio útil e das atividades exercidas, onde se destacou a função de chancelaria, que deu o nome inicial à Travessa do Maldonado.

Assim em termos de História evolutiva do edificado poder-se-á referir:

1730-1740 - Construção do edifício.

Presume-se que o edifício tenha sido construído entre 1730 e 1740.

1736 - Ampliação e atribuição de carácter nobre ao imóvel.

D. Miguel Maldonado, fidalgo e vedor da Chancelaria mor da Corte e do Reino, recebeu a equipa de obras para a realização de uma empreitada nas suas propriedades dos Anjos, que engrandeceu o imóvel, conferindo-lhe um carácter nobre. Foi neste período que construíram os elementos mais antigos, tais como, o andar térreo e o primeiro andar, com a fachada virada para a Rua do Anjos, assim como a escadaria de pedra cuja fachada está virada para a Travessa do Maldonado.

1755 – Terramoto

O Terramoto terá atrasado o projeto de uniformização e de requalificação das fachadas de todo o conjunto, ficando as obras restringidas apenas à zona de habitação, que dava para a Rua dos Anjos.

1760-1770 - Continuação das obras de remodelação da edificação.

1775-1800 - Reconstrução após o Terramoto de 1755.

Altura em que se configurou o segundo andar virado à Rua dos Anjos.

1874 -Realização da primeira descrição da propriedade em sede de Registo Predial.

Ao se realizar a consulta da planta cartográfica histórica de Filipe Folque (1856-58) com informação sobre este local, verifica-se que os quarteirões da envolvência da edificação já se apresentam bem delimitados, o que comprova a data de origem da mesma.

1882 – Alienação do imóvel.

Escritura da venda da propriedade dos Anjos ao comendador José Daniel da Silva Pereira Tavares com descrição da propriedade em sede de Registo Predial.

1883-1887 - Realização de obras de transformação e ampliação da propriedade.

Foi realizado um Projeto de uniformização da edificação que abrangeu a fachada da Rua do Anjos e dois vãos da fachada da Travessa do Maldonado. Em 1883, o comendador

Daniel Tavares realizou a modificação da fachada do imóvel onde acrescentou uma platibanda e transformou os vãos da janela do piso térreo em portas. Em 1887, é realizada um acrescento de um piso ao edifício e uma regularização parcial dos vãos sobre a Travessa do Maldonado.

1925 - Auto de vistoria.

Realizou-se um Auto de vistoria que referia um “telhado arruinado” com vários danos por “passagem e infiltração” de águas. Sucedeu-se uma intimação para realização de obras.

1926 - Obras diversas.

1928 - Obras interiores na loja 2B.

1929 - Pedido de prorrogação de obras de beneficiação geral.

1930 - Obras de beneficiação geral.

1936 - Obras de beneficiação geral.

1939 – Pequenas obras.

1943 – Licença para obras interiores;

1946 – Licença para obras interiores feitas em 1943 que não tiveram folha de fiscalização.

1946-56 – Processo de intimação até à execução das obras de beneficiação geral.

1948 – Licença para pequenas obras no interior do 22ªA na Travessa do Maldonado.

1952 – Projeto de uma retrete na barbearia localizada no piso térreo (Rua dos Anjos, 2ªA).

1956 – Reprovado o projeto de alterações.

O projeto de alterações foi reprovado porque se concluiu que “não é mais que a reconstrução total do prédio”. Ao se observarem os alçados e as plantas aperceberam-se que o objetivo era demolir a totalidade e fazer fachadas típicas dos anos 40.

1956 – Obras de beneficiação geral.

1957 – Obras de alteração no 1º andar (Externato Lusitano do Comércio).

1958 - Armazém nas traseiras, realização de uma pequena alteração em obra no 1º andar e Certidão do número de polícia.

1959 - Torneira de suspensão do abastecimento.

1960 - Pequenas obras de conservação na loja 2B.

1966 - Obras de conservação no R/C.

1971 - Alteração no 2º andar, escritório: aberturas e fecho de vãos e novas casas de banho.

1978 - Denúncia por infiltração do 1º andar para o R/C, “cano roto”.

1979 - Intimação para demolição de obras realizadas ilegalmente no logradouro, 1º andar.

1981 - Pedido de emissão de certificado de comerciante por parte de um dos lojistas.

1988 - Obras de beneficiação geral.

1993 - Intimação para obras de beneficiação geral arquivada em 2003.



Figura 49 - Fachada principal – A existente versus a proposta de alteração e construção de platibanda (Arquivo CML, 1883).

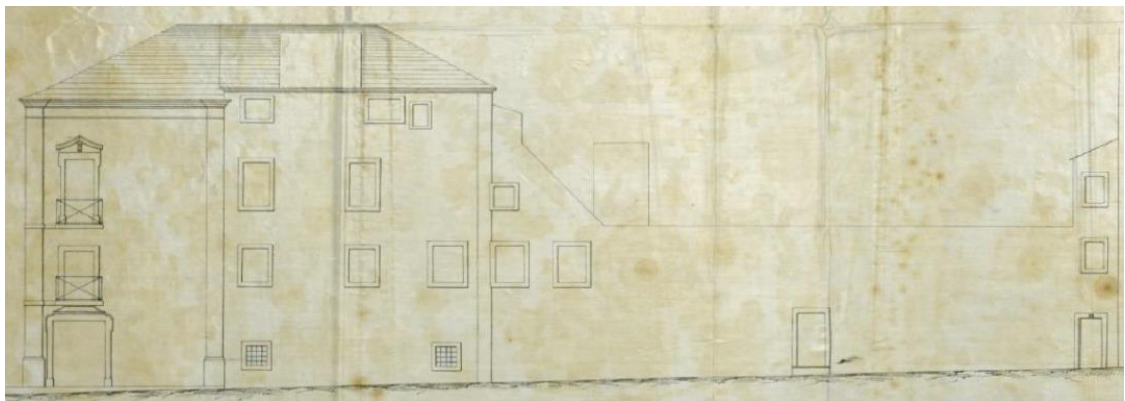


Figura 50 - Fachada lateral existente (Arquivo CML, 1883).

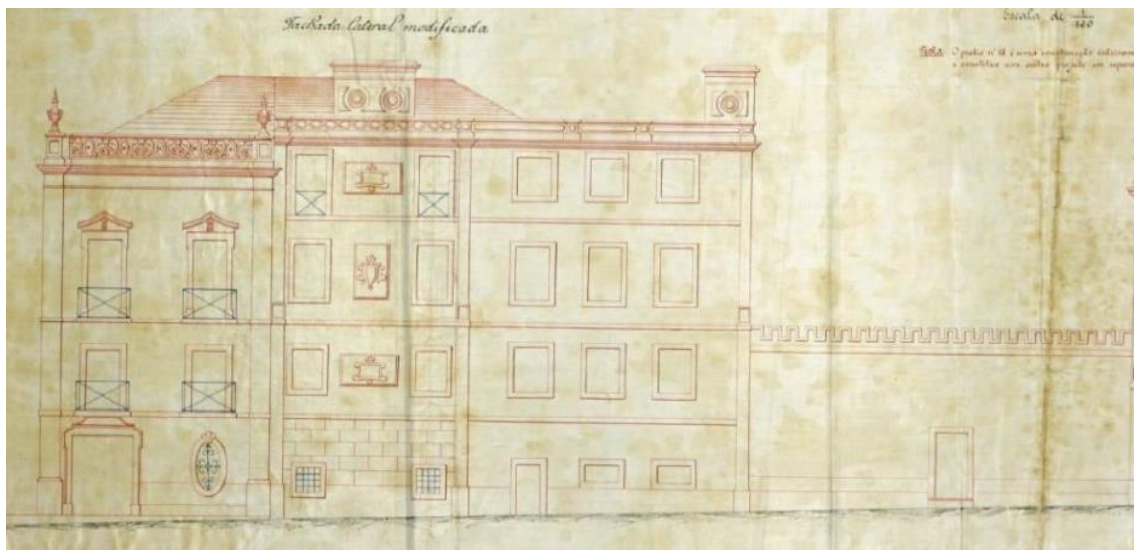


Figura 51 - Fachada lateral - Proposta de alteração e construção de platibanda (Arquivo CML, 1883).

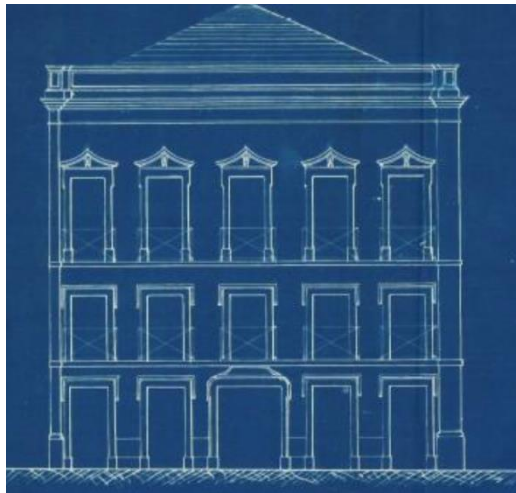


Figura 52 - Fachada principal existente antes do projeto de ampliação (Arquivo CML, 1887).

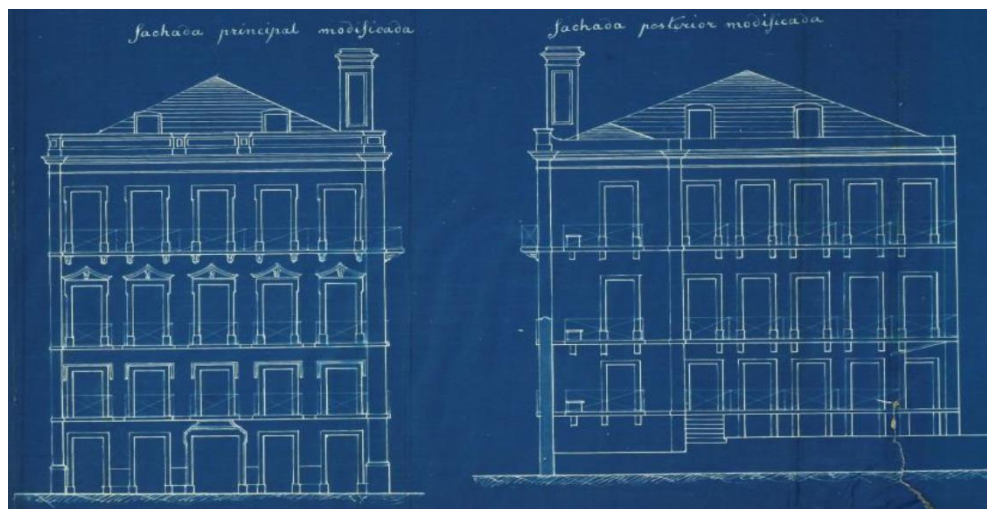


Figura 53 - Fachadas principal e posterior após projeto de ampliação (Arquivo CML, 1887).

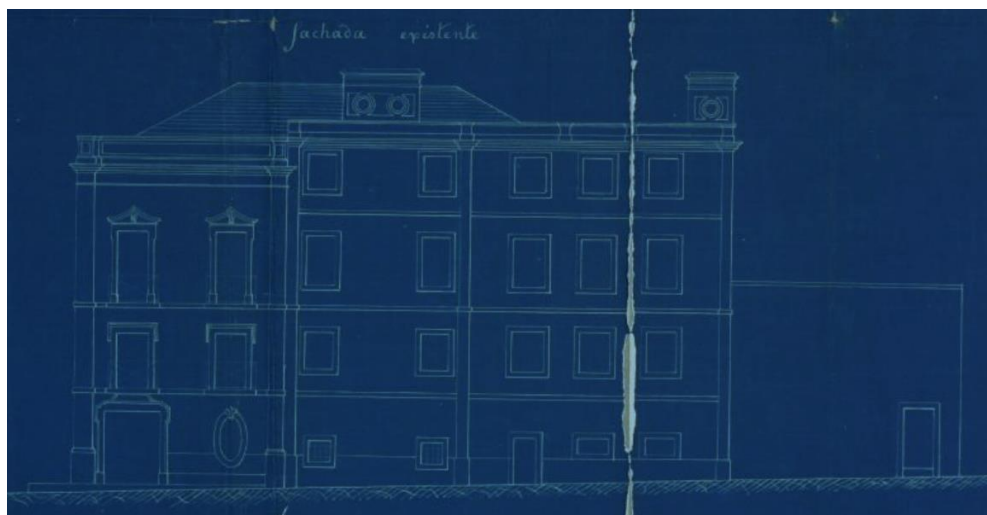


Figura 54 - Fachada lateral antes da alteração (Arquivo CML, 1887).



Figura 56 - Fachada lateral após projeto de ampliação (Arquivo CML, 1887).

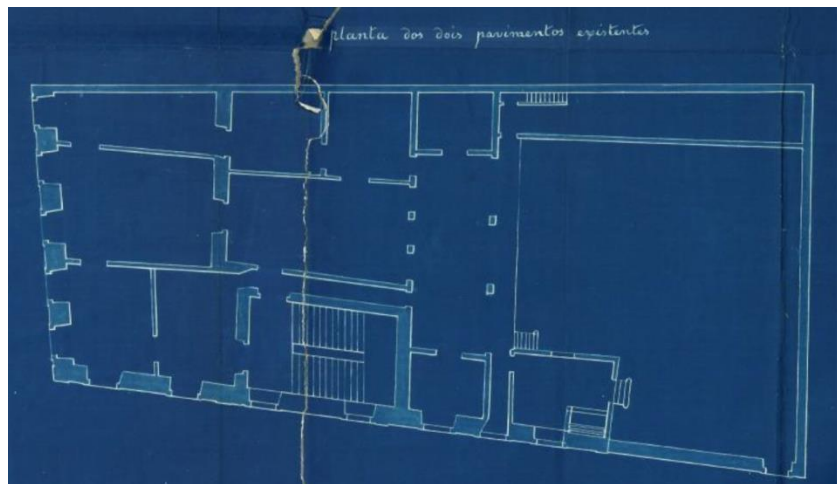


Figura 57 - Planta antes da modificação (Arquivo CML, 1887).

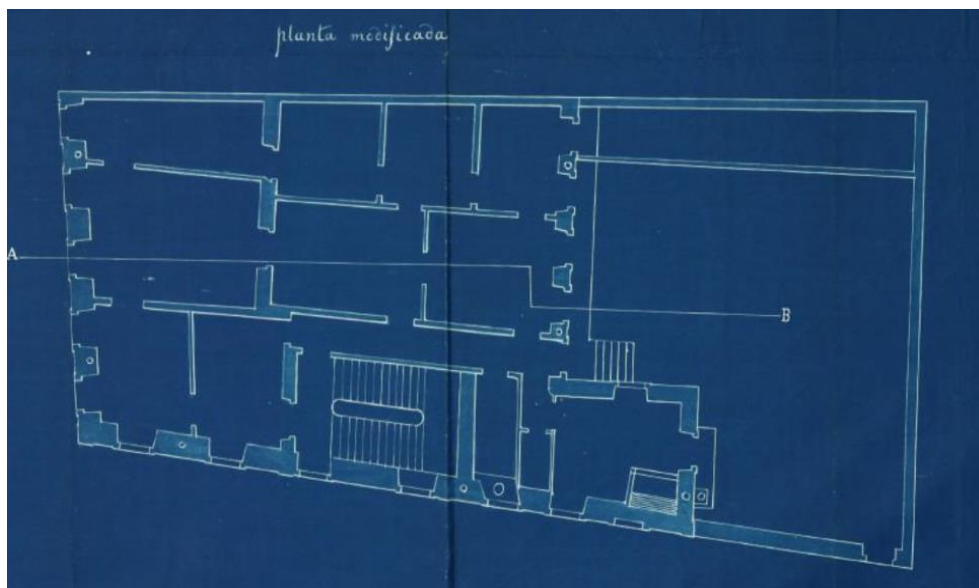


Figura 58 – Planta modificada (Arquivo CML, 1887).

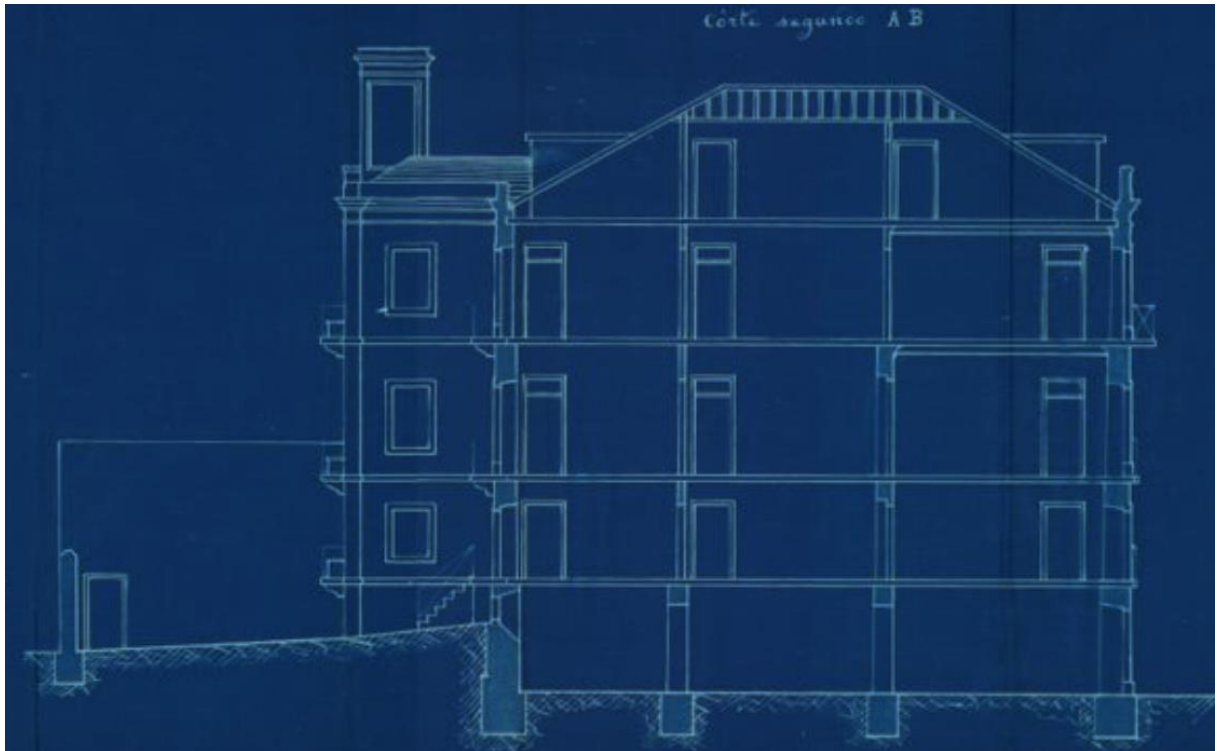


Figura 61 - Corte A-B (Arquivo CML, 1887).

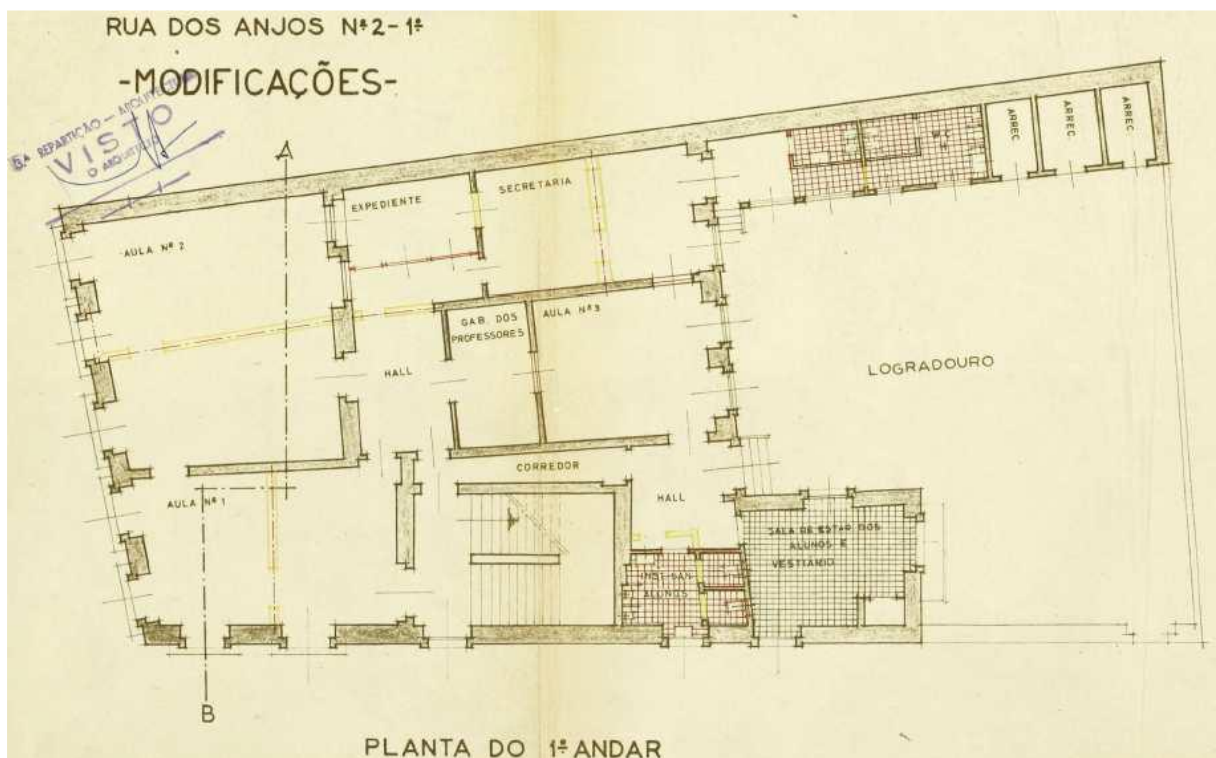


Figura 62 - Planta do 1º andar da proposta de alteração para utilização do piso como Externato (Arquivo CML, 1957).

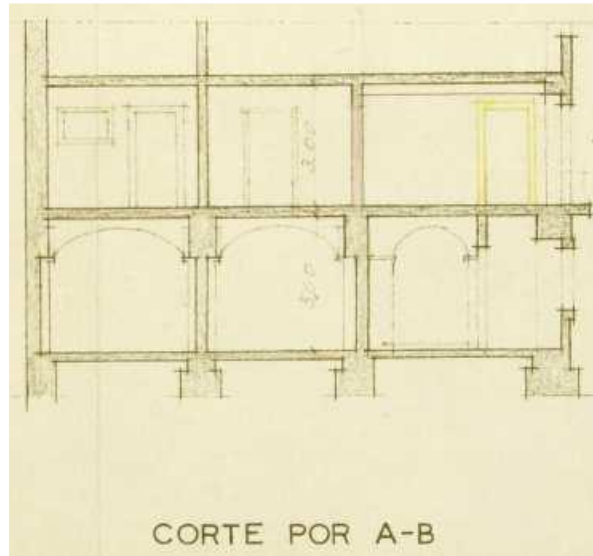


Figura 63 - Corte A-B (Arquivo CML, 1957).

4.3 DESCRIÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL

O edifício em estudo, de características palacianas, é um imóvel de gaveto com a fachada principal virada a poente para a Rua dos Anjos. A fachada lateral, virada a sul, encontra-se virada para a Travessa do Maldonado. A empena a norte, adjacente a outro edifício, está virada para a Travessa do Forno aos Anjos e a fachada de tardoz, virada a nascente, situa-se paralelamente à Travessa do Forno do Maldonado. Na Rua dos Anjos, o edifício ocupa os números de polícia, do 2 ao 2D e na Travessa do Maldonado do 22 ao 22B. Conforme referido anteriormente, a edificação, que sofreu diversas modificações ao longo da sua história, caracteriza-se pelos vestígios pré-pombalinos e pela posterior reconstrução pombalina.

O edifício, que sobressai em altura face à sua largura, é constituído pelo piso térreo, por três pisos elevados e pela sua cobertura de quatro águas, onde se localiza o sótão. No referente à área, estima-se que cada piso tenha aproximadamente 340 m².

4.4 CARATERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA E ESTRUTURAL

Segundo a A2P (2019), em termos de caraterização estrutural e construtiva, o edifício é composto por elementos estruturais do séc. XVIII, nomeadamente vigamentos de madeira suportados por uma estrutura composta por paredes de alvenaria de pedra e por paredes mistas

de alvenaria e madeira. As de alvenaria de pedra estão construídas nas fachadas e empena, e as paredes mistas de alvenaria e madeira, no interior, sendo conhecidas como paredes de frontal, que são próprias do período pombalino.

O piso térreo é totalmente construído com elementos em alvenaria, obedecendo às boas regras de construção deste período. A não utilização de elementos de madeira no piso térreo devia-se ao facto de haver a possibilidade de apodrecimento do material devido à ascensão de humidade proveniente do solo.

Apoiados nas paredes e nos arcos de alvenaria de pedra do piso térreo, encontram-se os pavimentos do primeiro piso elevado, constituídos por vigamentos de madeira. Também das paredes e dos arcos do piso inferior, nascem as paredes interiores em estrutura mista de alvenaria e madeira, que constituem divisões interiores do piso em questão.

Os pavimentos dos restantes pisos elevados, também compostos por vigamentos de madeira apoiam-se nas paredes estruturais do edifício, quer em paredes de alvenaria de pedra, quer em paredes de frontal. As restantes paredes divisórias são de tabique em madeira.

Em termos de estrutura vertical interior, verifica-se no edifício um núcleo de escadas em alvenaria de pedra até ao segundo piso, e em estrutura mista de alvenaria de pedra e madeira a partir do mesmo. Existindo:

“dois alinhamentos principais perpendiculares à fachada principal que dão para a Rua dos Anjos, em alvenaria de pedra no piso térreo e em frontal de madeira nos pisos elevados, e com um alinhamento principal segundo a direção perpendicular à fachada lateral que dá para a Travessa do Maldonado, em alvenaria de pedra até ao piso 3, e do piso 3 para cima em frontal de madeira.”
(A2P, 2019, p 18)

A cobertura do edifício é composta por uma estrutura de madeira com quatro águas. A mesma está sustentada por paredes das fachadas e da empena, de alvenaria de pedra e por paredes interiores do 4.º andar.

Segundo a A2P (2019), a caracterização acima mencionada, foi resultado da realização de um conjunto de sondagens estruturais no edifício que se apresentam de forma resumida nas figuras abaixo apresentadas.

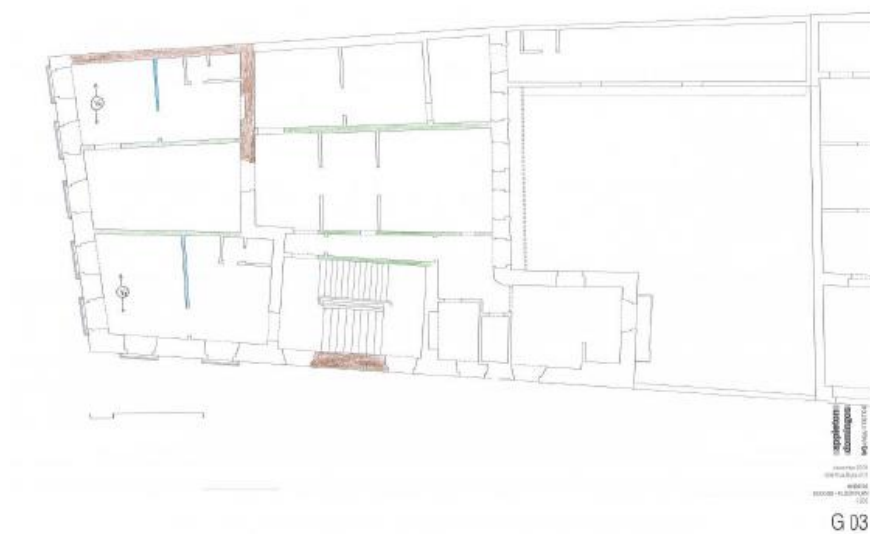


Figura 64 – Piso 2. Caracterização estrutural com base em sondagens realizadas. As paredes de frontal encontram-se a verde; as paredes de tabique a azul; as paredes de alvenaria de pedra, a castanho. Orientação dos vigamentos sondados :V1 e V2 (A2P, 2019).

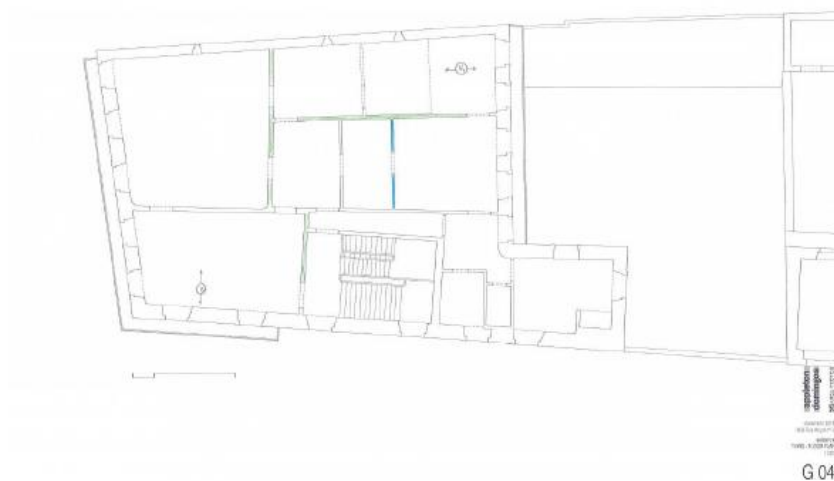


Figura 65 – Piso 3. Caracterização estrutural com base em sondagens realizadas. As paredes de frontal, a verde e as paredes de tabique a azul. Orientação dos vigamentos sondados:V3 e V4 (A2P, 2019).



Figura 66 – Piso 2. Sondagem estrutural numa parede de frontal e numa parede de tabique (A2P, 2019).



Figura 67 – Piso 2. Sondagem estrutural numa parede de alvenaria de pedra e no pavimento (A2P, 2019).

4.5 VERIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E ANÁLISE DE PATOLOGIAS

O levantamento do estado de conservação do edifício foi realizado com base em diversas fontes, nomeadamente no estudo de diagnóstico realizado pelo A2P (2019) onde se realizaram algumas sondagens ao edifício, no relatório prévio elaborado pela Patrícia Mestre (2020) e na observação direta de alguns espaços na visita efetuada ao local em 2023.

Após a análise do interior do edifício, excetuando o primeiro andar e algumas áreas do piso térreo, por falta de acesso aos mesmos, verificou-se que o edifício se encontrava em geral, num estado de conservação considerado como razoável, apesar de apresentar diversos sinais de degradação evidentes. Concluiu-se que as anomalias encontradas no edifício eram resultantes de vários tipos de fatores, tais como:

- Deterioração natural dos materiais por falta de manutenção;
- Infiltrações de água que ocorriam principalmente da cobertura e dos vãos exteriores;
- Intervenções estruturais inapropriadas que foram sendo feitas ao longo dos anos no edifício.

Atualmente o edifício, dada a falta de utilização e de manutenção, encontra-se ainda mais exposto aos fatores ambientais de degradação.

Ao se efetuar o levantamento do estado de conservação do edifício, piso a piso, constataram-se diversas patologias, nomeadamente:

- Piso térreo – Constatou-se que as lojas 2A e 2B se encontravam aparentemente em bom estado, dado terem sido sujeitas a uma maior conservação por terem funcionado até mais tarde como espaços comerciais. A entrada principal do edifício apresentava anomalias ao nível das paredes e dos tetos. Atualmente, as lojas já não se encontram em funcionamento e não são objeto de qualquer tipo de manutenção.



Figura 68 – Imagens da fachada principal virada a poente e do piso térreo, fendilhação na parede da escada do piso térreo e entrada principal (autoria própria, 2023).

- Primeiro andar – Segundo o estudo realizado por Patrícia Mestre (2020), identificaram-se neste piso diversas patologias. Há que referir que este piso sofreu obras para instalação de um Externato, o que levou a diversas alterações. Assim, ao nível deste piso no espaço exterior coberto, verificou-se a instalação de diversas divisórias e de uma cobertura de zinco. Os espaços apresentavam-se deteriorados, nomeadamente os tetos, os pavimentos e os elementos parietais. Existiam vestígios de humidade e as portas, janelas e caixilhos encontravam-se deteriorados. Detetou-se a existência de diversos elementos técnicos, tais como fios de eletricidade e canalizações em más condições e a precisar de substituição.



Figura 69 - Imagem do piso 1 (Patrícia Mestre, 2020).



Figura 70 - Imagens do piso 1 (Patrícia Mestre, 2020).

- Segundo andar - O nível de degradação era superior ao do piso térreo, especialmente em termos de fendilhação em extensos padrões, em diversos elementos, tais como tetos e paredes. Puderam observar-se fendas verticais, horizontais, oblíquas e por vezes cruzadas. Identificaram-se pavimentos inclinados e vãos exteriores com as cantarias fraturadas. Detetou-se também a existência de humidade nas paredes e nos tetos. Tal patologia levou a que os revestimentos se destacassem, situação observada em diversos espaços nomeadamente nas casas de banho. Analisaram-se também as paredes de frontal e os pavimentos, concluindo-se que as madeiras estavam em bom estado.



Figura 71 – Imagens do piso 2: parede da escada, teto fendilhado e Janela de sacada com portadas do piso 2 (autoria própria, 2023).

- Terceiro andar – O estado de conservação era semelhante ao do segundo andar. No entanto, verificou-se um maior estado de degradação ao nível das paredes e dos tetos. Esta deterioração mais evidente era motivada pela falta de manutenção por ausência de utilização. Observaram-se padrões repetidos de fendilhações (verticais, horizontais e oblíquas) nos tetos e nas paredes, salientando-se fendilhações cruzadas em algumas paredes. Identificaram-se neste piso mais vestígios de humidade, nomeadamente nos tetos junto às paredes exteriores, onde se detetaram destacamentos dos tetos e alguns vigamentos com estado de conservação deficiente devido ao ciclo de molhagem e de secagem das madeiras. Tal como no segundo andar, as madeiras das paredes e dos pavimentos estavam em razoável estado de conservação.



Figura 72 – Imagens do piso 3: pavimento degradado com estrutura de apoio à vista (barrotes), fendilhação na parede do piso 3 e reforço do teto com problemas estruturais (autoria própria, 2023).

- Quarto andar – Este piso apresentava um razoável estado de conservação por ter tido obras recentes de conservação. Detetaram-se revestimentos com bom aspeto, de uma forma geral, havendo alguma fendilhação nos tetos e paredes. Alguns rebocos encontravam-se degradados e o pavimento de madeira apresentava-se um pouco afetado por xilófagos. No exterior, verificou-se que as trapeiras se encontravam degradadas ao nível da pintura das chapas e que existe contaminação biológica ao nível das telhas de cobertura.

ELEMENTOS PRIMÁRIOS

Quanto ao estado de conservação dos diversos elementos e com base na classificação apresentada pelo professor João Appleton e Isabel Domingos, onde se especifica que os elementos primários são os estruturais e os que definem a compartimentação do edifício (Appleton & Domingos, 2009), poder-se-á referir:

- Fundações – Dado algumas das fendilhações verificadas nas paredes e nos tetos de diversos pisos, na inclinação dos pavimentos e das vergas, na fratura de cantarias, segundo o estudo da A2P (2019), suspeita-se da existência de assentamentos das fundações, nomeadamente junto à empena. Para a sua confirmação teriam de ser realizadas sondagens às mesmas, onde estas seriam analisadas bem como ao tipo de terreno onde as mesmas assentam, se aterros, se aluviões ou se outro tipo de terreno suscetível a assentamentos.
- Pavimentos (de madeira) – Apresentam deformações causados por assentamentos, vibração elevada e perda de rigidez. Estas patologias são causadas por diversos fatores, tais como deterioração dos elementos de madeira. Nas zonas húmidas do edifício, tais como casas de banho e junto às paredes das fachadas e dos respetivos vãos, verifica-se deterioração dos pavimentos em madeira causada pela humidade proveniente das diversas infiltrações. Os tetos, por sua vez, que estão fixados a esses pavimentos acabam por apresentar sinais de fendilhação. Ao nível do terceiro andar, com o destacamento do teto, verificou-se que os vigamentos de madeira que se encontravam visíveis apresentavam-se em mau estado de conservação. Ao nível do pavimento, os vigamentos do mesmo piso encontravam-se em bom estado de conservação.
- Paredes (periféricas, de frontal e de tabique) – As paredes de alvenaria de pedra, as paredes de frontal e as de tabique apresentavam-se em bom estado, apesar se terem identificado algumas anomalias. As paredes apresentam algumas patologias tais como, fendilhação vertical, horizontal e oblíqua, que está associada aos movimentos do edifício. Nalgumas paredes surgiam fendilhações cruzadas, resultantes de movimentos provocados por sismos. Muitas das fendilhações dos diversos pisos foram provocadas por assentamentos que poderão estar relacionados com as fundações, com o excesso de carga, com a retirada das paredes de frontal ou com o tipo de material usado na construção das paredes. Para além de deformações, identificaram-se deslocamentos de paredes estruturais tais como de alvenaria ou de frontal acompanhados por deformações locais de vergas e de pavimentos. Outros problemas detetados encontravam-se relacionados com a humidade.

- Coberturas (águas e trapeiras) – As trapeiras encontravam-se degradadas ao nível da pintura das chapas, com contaminação biológica ao nível das telhas de cobertura e na guarda. Detetou-se a acumulação de lixo e poeiras provocando alguma contaminação biológica nas telhas cerâmicas.
- Escadas (de pedra e de madeira) – Não é visível qualquer tipo de patologia estrutural importante.
- Varandas (consolas de pedra) – Apresentavam algumas anomalias, nomeadamente fraturas de cantarias, fissuras, desnivelamentos e colonização biológica.

ELEMENTOS SECUNDÁRIOS

No respeitante aos elementos não estruturais e não relacionados com a compartimentação, poder-se-á referir:

- Carpintarias em vãos (Caixilharia, portas e portadas) – Verificou-se que as madeiras das janelas, das portas e das portadas, originalmente de boa qualidade, se encontravam empenadas com anomalias devido à humidade, identificando-se também diversas camadas de tinta em que grande parte dela se encontrava destacada. A caixilharia apresentava-se degradada devido à humidade, com desenvolvimento de fungos e de podridão, verificando-se o envelhecimento do revestimento devido à falta de manutenção.
- Cantarias em vãos – Detetaram-se diversos tipos de anomalias, nomeadamente fraturas, devido a movimentos das estruturas, erosão, lacunas, colonização biológica, utilização de materiais inadequados, marcas de vandalismo e falta de manutenção.
- Guardas de serralharia – Apresentavam várias camadas de tinta e falta de alguns elementos constituintes, por oxidação e destacamento.
- Ferragens – Os materiais ferrosos, onde se pode referir o óculo do piso térreo, o gradeamento das janelas e as guardas metálicas das escadas encontravam-se com algumas anomalias apesar de parcialmente funcionais. Os mesmos apresentam várias camadas de tinta e na escada detetou-se a ausência de parte da guarda da escada.
- Elementos pétreos – O estado dos diversos elementos pétreos diferia consoante se encontrassem no interior ou no exterior do edifício. No interior os elementos pétreos estavam revestidos de forma policromática e apresentam diversas anomalias tais como:

fraturas, erosão, lacunas, colonização biológica, utilização de materiais inadequados, marcas de vandalismo e falta de manutenção

REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS

Quanto aos revestimentos e acabamentos realizados no edifício, poder-se-á referir que:

- Revestimentos em paredes (rebocos, estuques, azulejos, pedra e madeira) - Os revestimentos das paredes também se encontravam em mau estado de conservação, estando as superfícies muito desgastadas e picadas. O reboco tradicional feito de cal e areia, encontrava-se em más condições, em desagregação, situação agravada com a colocação de revestimentos de cimento. Os rodapés apresentavam também grandes camadas de tinta. Quanto ao revestimento em azulejo, verificou-se que existiam diversas anomalias nomeadamente a ausência de alguns azulejos, destacamentos do suporte, azulejos fraturados, vidrados estilhaçados e colonização biológica.
- Revestimentos de pavimentos (pedra, madeira, mosaico hidráulico) – As superfícies pétreas encontravam-se em situação de grande fragilidade. Os pavimentos de mosaicos hidráulicos também se encontravam em mau estado de conservação.
- Revestimentos de tetos (rebocos, estuques, estafes, madeira) – Os tetos em estuque encontravam-se num estado de conservação médio, com várias camadas de tinta, com fissurações e fraturas, com perda pontual de elementos decorativos e apodrecimento do fasquiado.

4.6 ELEMENTOS DE VALOR PATRIMONIAL

Neste edifício identificaram-se, segundo observação direta e segundo o relatório realizado pela Patrícia Mestre (2020), diversos elementos decorativos e ornamentais com valor histórico-artístico e com qualidade do ponto de vista patrimonial. Dado o seu valor, os mesmos devem ser preservados através de uma cuidadosa intervenção de conservação e de restauro de modo a corrigir os danos causados por diversos agentes, tais como os biológicos, os de ação humana e os erosivos. Os elementos de valor identificados poderão dividir-se nos seguintes tipos:

- Elementos pétreos - Existentes no interior e no exterior, tais como em pavimentos, colunas, cunhais, pilastras, arcos, degraus de escadas, vãos de portas e de janelas e muretes das escadas.
- Elementos em madeira – Presentes em pavimentos, rodapés, portas, portadas, janelas e respectivas molduras sendo observados em grande parte do piso térreo até ao piso dois.
- Elementos em material cerâmico – Verificados em revestimentos exteriores de azulejo, azulejos do átrio de entrada, rodapés das escadas, chaminés do piso quatro, pavimentos em mosaico hidráulico que vão do piso térreo ao piso 2, elementos de cerâmica vidrada (faiança) na platibanda e nos elementos sob as varandas.
- Elementos em reboco – Constituídos por base de cal aérea, apresentam-se nos revestimentos parietais interiores e exteriores.
- Elementos em estuque – Encontram-se nos tetos, molduras e frisos.
- Elementos em material metálico – Verificam-se nas guardas das varandas, ferragens das portas e corrimãos da escada.
- Elementos em argamassa – Identificaram-se no exterior do edifício nas cornijas e pilastras.



Figura 73 - Teto trabalhado em estuque. Edifício da rua dos Anjos nº2 com visualização da platibanda, cunhal, guardas de varandas, carantonhas em faiança nas goteiras, cornijas, pilastras e platibanda com florões em cerâmica vidrada. Azulejo da fachada do séc. XIX (Patrícia Mestre, 2020).

4.7 VALORES DE USO: VANTAGENS E DESVANTAGENS

A arquitetura, a espacialidade, a organização do interior e os seus acessos determinam o valor que um edifício tem para satisfazer as suas novas necessidades. No edifício em estudo foram analisadas as várias vantagens e desvantagens que permitiam a identificação dos valores de uso.

Em termos de vantagens foram identificadas:

- A localização do edifício – Por se situar no centro da cidade de Lisboa, conta com a proximidade a vários transportes públicos e com vias hierarquicamente cruciais para a movimentação dentro da cidade. Este edifício tanto por via pedonal como por automóvel é de fácil acesso.
- Baixo fluxo automóvel - Aspeto positivo comparado com as ruas envolventes.
- Proporção dos vãos nos alçados a poente e nascente – Verificados no 1º e 2º andares, onde já é possível uma ventilação cruzada e a insolação dos espaços interiores.
- As paredes exteriores de alvenaria – São uma das vantagens deste edifício, não só porque as mesmas possuem uma durabilidade elevada, mas porque também apresentam uma boa inércia térmica e um bom isolamento acústico relativamente aos ruídos exteriores.
- Pés-direitos altos – Maior volumetria disponível, melhor ventilação e insolação.
- Presença de elementos de valor artístico, histórico e patrimonial, como por exemplo os azulejos – Aumento de valor patrimonial e artístico o que enriquece o espaço expositivo.

Em termos de desvantagens foram identificadas:

- Tanto o isolamento térmico como o acústico (devido sobretudo a janelas pouco eficientes), foram considerados como uma desvantagem, dado o estado de degradação dos vãos.
- A fraca exposição solar é outra das desvantagens deste edifício, que apesar de contar com um alçado virado a sul, o mesmo encontrava-se também sob a sombra de um outro edifício.
- No piso térreo, devido à organização interna do edifício, depara-se com espaços isentos de vãos, ou seja, sem insolação e em que a ventilação cruzada se encontra interrompida. Esta característica, considerada como uma desvantagem, acentua a existência de humidades e assim uma maior mais rapidez na degradação do espaço.
- Existência de infiltrações e humidade, apresentadas de forma mais visível nas zonas húmidas, tais como casas de banho e junto aos vãos, afetando por sua vez os pavimentos.
- De uma forma geral verificava-se a deterioração das caixilharias e das paredes, quer dos pisos, quer da escada;
- Existência de anomalias estruturais, visualizadas nas fendilhações generalizadas das paredes e tetos e no abatimento de algumas vergas.
- A ausência de um elevador não permite às pessoas com mobilidade reduzida o acesso aos diversos pisos.
- Constatou-se a existência de diversos elementos decorativos danificados.

5. LEGISLAÇÃO

Ao realizar-se um projeto de reabilitação dever-se-á partir sempre do conhecimento e do respeito por todas as condicionantes legais aplicáveis.

No caso específico do edifício da Rua dos Anjos No 2, que se encontra localizado na zona histórica da Mouraria, embora não se trate de um imóvel classificado, é considerado como tendo valor patrimonial. Com base em todas as informações relacionadas com o edifício e com o local onde se situa, verificou-se que o mesmo estaria sujeito a um conjunto de normas pertencentes às seguintes medidas legislativas:

- Plano Diretor Municipal de Lisboa.
- Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria.
- Regras impostas pela Lei do Património Cultural.

5.1 NORMAS URBANÍSTICAS

O edifício da rua dos Anjos, 2, Lisboa, está sujeito a um conjunto de normas que limitam fortemente as possibilidades de modificação. Essas normas têm por objetivo proteger o património urbano da cidade, tendo sido importante conhecê-las para balizar as opções de reabilitação.

5.2 PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA

Segundo o Regulamento do PDM, instrumento legal fundamental na gestão do território do município de Lisboa, o edifício da Rua dos Anjos 2–2D inclui-se na esfera dos Imóveis e dos conjuntos arquitetónicos da “Carta Municipal do Património”, sendo assim está abrangido por um conjunto de normas que regulamentam e restringem a atuação sobre o mesmo.

No que se refere aos Imóveis incluídos na Carta, é importante referir que :

“Os Imóveis da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (CMP) correspondem a edificações com especial valor e relevância no âmbito, da arquitetura, e/ou urbanismo, e/ou história, e/ou cultura do local em que se inserem. Devem por este motivo ser especialmente tratados e preservados de forma a manter a identidade de todas as suas características intrínsecas e extrínsecas (decorre do disposto no art. 26º e seguintes do RPDML, publicado em 30-08-2012).”

Âmbito e os princípios dos valores culturais – Artigo 26º do RPDML

O artigo 26º nos seus diversos números transmite o âmbito e os princípios dos valores culturais, ao referir:

“ (...) A estrutura patrimonial municipal integra os bens culturais imóveis de interesse arquitetónico, histórico, paisagístico, arqueológico e geológico que, pela sua particular relevância, devem ser especialmente tratados e preservados no âmbito dos atos de gestão e planeamento, com vista à respetiva valorização e integração urbana, (...) “

Segundo a alínea a) do nº 1 do Artigo 26º:

“Os bens culturais imóveis de interesse predominantemente arquitetónico, histórico e paisagístico, que incluem:

- i) Imóveis e conjuntos arquitetónicos;
- ii) Objetos singulares e lojas de referência histórica e/ou artística;
- iii) Património paisagístico.”

Segundo os números 2,3,5 e 8 do Artigo 26º, refere:

“ (...) As intervenções sobre os bens da estrutura patrimonial municipal devem privilegiar a sua conservação e valorização, a longo prazo, de forma a assegurar a sua identidade e a evitar a sua destruição, descaracterização ou deterioração.”

“ (...) A Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico, de ora em diante designada por Carta Municipal do Património, é constituída pelos bens mencionados na alínea a) do n.º 1, que incluem os bens imóveis de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, classificados ou em vias de classificação como tal, e por outros bens culturais imóveis que revestem especial interesse nos termos do número anterior, identificados no Anexo III, que faz parte do presente Regulamento, e assinalados na Planta de qualificação do espaço urbano.”

“ (...) Não poderá realizar-se qualquer intervenção ou obra, no interior ou no exterior de monumentos, conjuntos ou sítios classificados como de interesse nacional ou de interesse público, ou em vias de classificação como tal, nem mudança de uso suscetível de os afetar, no todo ou em parte, sem autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração central.”

“ (...) As operações urbanísticas sobre os bens classificados ou em vias de classificação como de interesse municipal e sobre os outros bens culturais imóveis da estrutura patrimonial municipal, não classificados, nem em vias de classificação, estão sujeitas a vistoria e parecer patrimonial e carecem de estudo de caracterização histórica, construtiva, arquitetónica, de valores técnico-industriais, arqueológica e decorativa do bem que justifica a adequação das intervenções propostas.”

Princípios orientadores das intervenções em imóveis da “Carta Municipal do Património”, Artigo 27º do RPDML

Segundo os números 6 e 7 do artigo nº 27º, que traçam os princípios orientadores, determinou-se que:

“ (...) A adaptação a novas funcionalidades deverá ter em conta o significado histórico do imóvel ou do conjunto, o estudo estrutural do edificado, a compatibilização de materiais e a utilização de uma linguagem arquitetónica que promova a harmonização com a envolvente.”

“ (...) O restauro de elementos patrimoniais deve basear-se no respeito pelas estruturas pré-existentes e ter por objetivo a sua conservação a longo prazo.”

Obras de conservação, alteração e de ampliação - Artigo 28º do RPDML

São estabelecidas no nº1 as condições para a realização das obras de conservação, alteração e de ampliação, tais como:

“ (...) Para adaptação do imóvel ou do conjunto a novo uso ou a novas exigências legais relativas ao uso existente, adequada às características substanciais e valores autênticos do passado do imóvel ou do conjunto;”

“ (...) Para melhoria do desempenho estrutural e funcional dos imóveis, sem prejuízo das suas características substanciais e valores autênticos do passado;”

Obras de demolição - Artigo 29º do RPDML

São estabelecidas no nº 1, as condições para a realização de obras de demolição, a referir como exemplo:

“ (...) Para valorização do imóvel ou do conjunto em que se insere, através da supressão de partes sem valor arquitetónico e histórico;”

Determinando-se que:

“ (...) Em situações de demolição parcial e de demolição total para reconstrução, quando se considerar que na fachada ou no interior do edifício existem elementos decorativos que importa salvaguardar, tais como cantarias, portas, serralharias, azulejaria e outros elementos decorativos, deve ser prevista a sua reintegração e ou a adequada conservação por entidade competente.”

Usos - Artigo 30º do RPDML

Estabelece que:

“Nos imóveis e conjuntos arquitetónicos da Carta Municipal do Património é admitida a mudança de uso desde que não comprometa a manutenção das respetivas características urbanas e paisagísticas, históricas, construtivas, arquitetónicas e decorativas.”

O facto deste edifício estar incluído na Carta Municipal do Património, prevista no regulamento do PDM de Lisboa, implica várias restrições relativamente a possíveis mudanças. O objetivo é o de tentar preservar o património urbano de Lisboa, permitindo a existência de novos usos compatíveis com as características intrínsecas históricas, construtivas e estéticas destes imóveis.

Traçados Urbanos - Artigo 40º do RPDML

Segundo o atual artigo, constata-se que o edifício do caso de estudo se situa no Traçado urbano A. Assim, mencionando os números 1 e 2:

“1 - Os traçados urbanos, cartografados na Planta de qualificação do espaço urbano, compreendem os espaços centrais e residenciais onde, pela singularidade dos respetivos traçados e características de

ocupação urbana, devem ser preservadas as características morfológicas, ambientais e paisagísticas e elementos mais relevantes, no sentido da sua qualificação.

Identificam-se os seguintes traçados:

2 - Traçados urbanos A – correspondem a traçados orgânicos ou regulares que abrangem essencialmente o centro da formação da cidade, as frentes ribeirinhas e os antigos núcleos rurais. Os traçados orgânicos caracterizam-se por um traçado de carácter espontâneo adequado às condições e topografia do terreno com ruas estreitas e sinuosas: Castelo, Alfama, Mouraria; os traçados regulares caracterizam-se pela implementação de quarteirões retangulares que sofrem torções pela adaptação da sua implantação à topografia e preexistências: Bairro Alto, Madragoa e Lapa; “

Âmbito, objetivos e usos - Artigo 41º do RPDML

No que respeita à alteração do uso no traçado urbano onde o edifício da rua dos Anjos Nº2 se insere, refere-se:

“ (...)No traçado urbano A todas as mudanças de uso são admitidas, mas a mudança de habitação para outros usos só é admitida numa das seguintes situações:

- a) Para qualquer uso, desde que abranja a totalidade das frações existentes ou a totalidade do edifício, com exceção para os empreendimentos turísticos que poderão ocupar apenas parte do edifício;”

“Unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG)” - Artigo 81º do RPDML

Conforme o nº1,

“As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) correspondem à aglutinação de áreas territoriais com identidade urbana e geográfica, apresentando um nível significativo de autonomia funcional e constituindo as unidades territoriais de referência para efeitos de gestão municipal.”

Conclui-se com base no nº 3 do artigo 81º, que o edifício da Rua dos Anjos, Nº 2, por pertencer à Mouraria, está incluído na UOPG 07- Centro Histórico.

3.3 PLANO DE URBANIZAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DA MOURARIA

Tal como citado anteriormente, o edifício da Rua dos Anjos encontra-se abrangido pelo Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria.

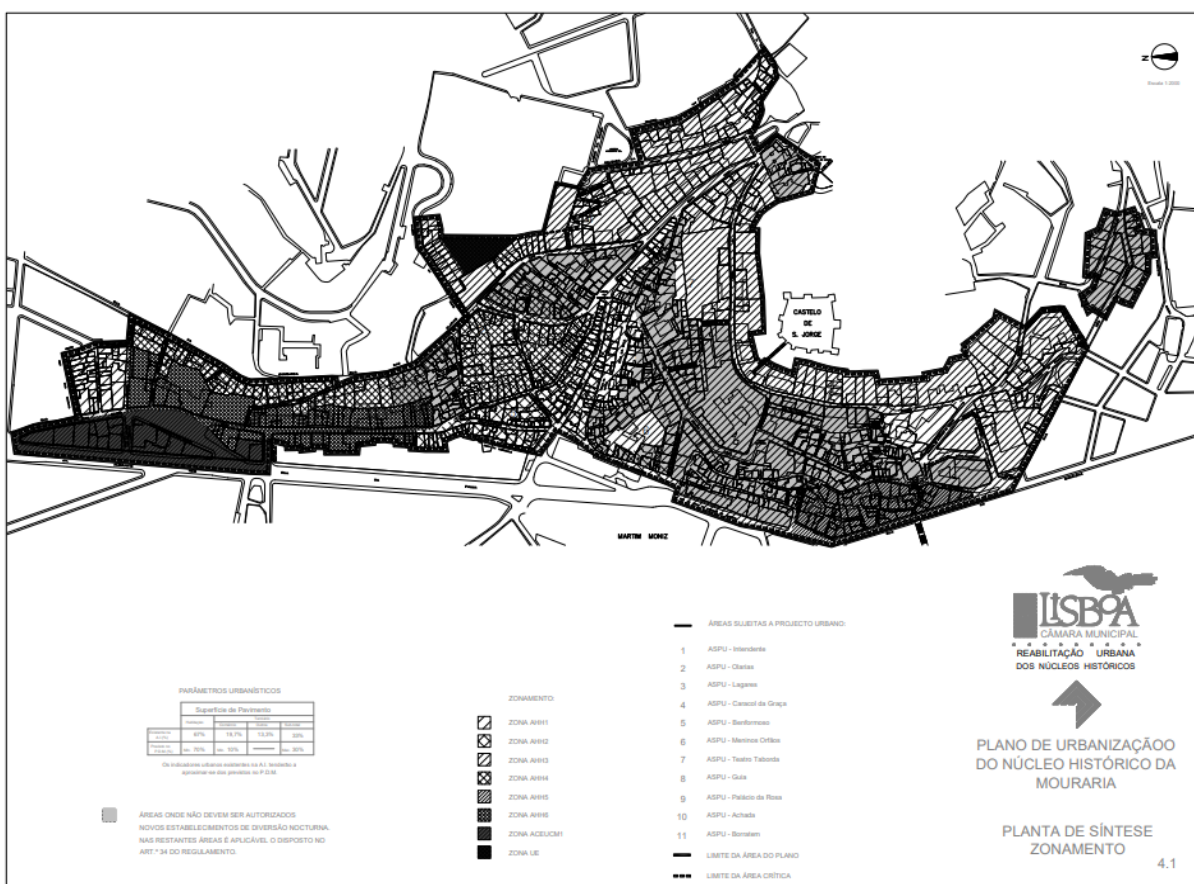


Figura 74- Planta de síntese de Zonamento - Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria (Regulamento publicado no Diário da República n.º 239, 2ª Série de 15 de outubro de 1997 sob a Declaração n.º 265/97 (2.ª série)).

No que se refere ao núcleo da Mouraria, poder-se-á referir que se encontra limitado:

“a norte - Avenida do Almirante Reis, Rua dos Anjos e Travessa da Bica aos Anjos;

a sul - Rua de São Mamede e Rua de Augusto Rosa;

a nascente - Rua da Bombarda, Rua das Olarias, Calçada do Monte, Calçada da Graça, Travessa das Mónicas e Castelo de São Jorge.

a poente - Avenida do Almirante Reis, Rua da Mouraria, Rua do Arco Marquês do Alegrete, Poço do Borratém e Rua da Madalena;”

Uso – Artigo 24º do “Regulamento do Plano de Urbanização do Núcleo da Mouraria”

Quanto à definição de zonas homogéneas, o atual artigo refere:

“Com base nas características específicas do tecido urbano e das tipologias construtivas, bem como da utilização dos espaços, e de acordo com o ponto 6.º, alínea III, do preâmbulo do Regulamento do PDM, os limites da área consolidada de edifícios de utilização coletiva mista da área histórica da Baixa e da área de usos especiais são alterados conforme planta de zonamento do PU da Mouraria.”

No caso do edifício da rua dos Anjos poder-se-á alegar que o mesmo se situa na zona delimitada em planta com a designação ZAHH1.

“Similares de Hotelaria e Salões de Jogos do Regulamento do Plano de Urbanização do Núcleo da Mouraria” - Artigo 34º

No que respeita ao uso, o nº 1 refere para os “Similares de hotelaria e salões de jogos”, que:

“Não serão concedidas, em toda a área de intervenção do PU, licenças para obras e alvarás sanitários para a instalação e funcionamento de novos bares, restaurantes e outros estabelecimentos similares de hotelaria e de diversão noturna integrados na classe especial a que se refere a Portaria n.º 6065, de 30 de Março de 1929.”

e no nº 2 do mesmo artigo, adiciona que:

“Excetua-se ao disposto no número anterior os casos considerados de interesse cultural e social nas seguintes condições:

Desde que devidamente acompanhados e justificados por um programa de atividades de manifesto interesse cultural e social, de valorização turística e de dinamização da população residente;

Desde que não apresentem prejuízo para a qualidade ambiental urbana, nomeadamente circulação viária e estacionamento, ruído e segurança para os residentes.”

Casos omissos - Artigo 38º do “Regulamento do Plano de Urbanização do Núcleo da Mouraria”

Segundo o artigo,

“Todos os casos omissos que suscitem dúvidas e não estejam contidos no articulado do presente Regulamento serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor, designadamente com o Regulamento do Plano Diretor Municipal da cidade de Lisboa.”

3.4 LEI DO PATRIMÓNIO CULTURAL

No que respeita à planta de Condicionantes Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, poder-se-á referir que o edifício da Rua dos Anjos n.º 2, apesar de não ser um imóvel classificado nem em vias de classificação, está abrangido por uma Zona de Proteção a imóvel classificado. Esta zona de proteção decorre da classificação da Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego, como um imóvel de interesse público.

Segundo a informação retirada do Site de Lisboa interativa da Câmara de Lisboa (2023):

“O património edificado e paisagístico obedece a regras de classificação e proteção fundamentadas na Lei de bases do Património - Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, onde se estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, e no Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de Outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de

CAPÍTULO IV - PROPOSTA DE REABILITAÇÃO FÍSICA E FUNCIONAL – EDIFÍCIO NA RUA DOS ANJOS

1. ALTERAÇÕES - FACHADAS E EMPENAS

- **Fachada principal (Rua dos Anjos)** - No Piso térreo serão mantidos os vãos, alterando algumas portas para janelas, excetuando a porta principal que se manterá tal como existia anteriormente.
- **Fachada lateral direita (Travessa do Maldonado)** - Irá manter-se o número de vãos no local existente.
- **Empena lateral esquerda (virada para a Travessa do Forno aos Anjos)** - Irá manter-se a empena com a forma existente.
- **Fachada de tardoz (Travessa do Forno aos Anjos)** - Irão eliminar-se as gaiutas colocadas em diversos pisos na fachada de tardoz.

De modo a preservar a imagem consolidada do edifício, irá manter-se a cor, os azulejos, os materiais pétreos e as ferragens.

2. ALTERAÇÕES - ESTRUTURAIS E ESPACIAIS POR PISOS

Piso térreo:

- Funcionalmente, este piso integra a receção, uma loja, uma área expositiva e uma área de apoio. Serão retiradas algumas paredes interiores para adequação do espaço à nova funcionalidade. Os alinhamentos estruturais serão mantidos, apesar de se propor a supressão de uma parede em alvenaria de pedra perpendicular à rua dos Anjos.
- Os arcos existentes serão preservados. A estrutura do prédio será reforçada com uma viga em aço perpendicular à fachada principal, suportada por pilares cilíndricos também em aço.

Primeiro andar:

- É proposta a supressão do barracão existente no logradouro. Nessa área é proposta uma pequena zona de cafetaria e uma esplanada.
- Tal como no piso térreo, são mantidos os alinhamentos estruturais e propostas algumas alterações para permitir a criação de uma área expositiva e uma área de apoio destinada aos serviços.
- Como reforço estrutural irão instalar-se vigas em aço perpendiculares à fachada principal e à fachada de tardoz.

Segundo e terceiro andares:

- A distribuição funcional e as alterações previstas seguem os critérios mencionados para o primeiro andar.

Piso da cobertura:

- O piso da cobertura, ou quarto andar é objeto de modificação profunda, atendendo a que se prevê a construção de uma nova cobertura.
- Este piso destina-se aos serviços administrativos e de apoio do centro expositivo.

3. AÇÕES PREVISTAS – RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO

O projeto prevê um conjunto de ações que abrangem quer o exterior, quer o interior do edifício. Pretende-se optar pela recuperação e restauro dos elementos arquitetónicos em detrimento da sua substituição, sendo esta última via usada só no caso de não existir outra forma de recuperação. Assim, as ações a realizar serão:

Fundações:

- Irá ser realizada uma análise aprofundada às fundações do edifício de modo a perceber-se exatamente o tipo de problema estrutural existente, de modo a avaliar a necessidade de realização de obras de reforço.
- **Fachadas** - Todas as fachadas, nomeadamente a empena virada para a Travessa do Forno aos Anjos, serão alvo de trabalhos de restauro. As paredes de alvenaria, nas zonas em que estão pintadas, irão ser impermeabilizadas e pintadas na cor existente. Os azulejos, a

platibanda e todos os elementos decorativos serão mantidos e restaurados. Os azulejos e os materiais pétreos irão ser lavados e tratados, sendo alguns substituídos ou colocados de novo, caso não sejam recuperáveis. No que respeita aos vãos, é proposta a substituição das caixilharias de madeira com melhor comportamento térmico e acústico. As madeiras das portas serão tratadas, impermeabilizadas e pintadas. As cantarias serão lavadas e serão fechadas as juntas ou fissuras existentes. Os gradeamentos de ferro serão restaurados e pintados.

- **Pavimentos** - Os pavimentos irão ser analisados e recuperados, nomeadamente os pétreos. Os mosaicos, nomeadamente os hidráulicos irão ser recuperados e as madeiras irão ser tratadas e substituídas caso não possam ser devidamente tratadas. Será realizada uma análise aos barrotes de madeira que suportam os pavimentos, nomeadamente para verificar o estado de conservação da madeira. Este estudo permitirá determinar o grau da intervenção a efetuar. A supressão de algumas paredes no interior dos diversos pisos será compensada pela colocação de vigamentos de aço de modo a reforçar e garantir a segurança estrutural do edifício.

- **Paredes, arcos tetos e rodapés** - Serão suprimidas algumas paredes interiores sem função estrutural, com o objetivo de ampliar os espaços, permitir a entrada de luz e melhorar a ventilação interior.

As paredes interiores em alvenaria irão a ser rebocadas e pintadas. As paredes interiores de frontal, irão ser analisadas para verificar o tipo de intervenção adequada, quer em termos de estrutura interior, quer em termos de reboco e pintura. As paredes de tabique serão também analisadas e caso possam ser recuperadas irão ser tratadas, rebocadas e pintadas. As paredes construídas de novo, que irão permitir a criação de uma nova divisão de espaços, irão ser construídas em gesso cartonado (pladur). Os azulejos com valor cultural serão mantidos nos locais existentes e na sua impossibilidade, serão colocados noutras paredes ou expostos em painéis. Os mesmos serão alvo de tratamento no âmbito do restauro. Os tetos decorados que têm valor cultural serão recuperados, sofrendo um conjunto de trabalhos nomeadamente de pintura. Os rodapés serão restaurados, ou substituídos em caso de impossibilidade de preservação.

- **Portas interiores** – Serão tratadas e as não recuperáveis serão substituídas por outras semelhantes.
- **Circulação Vertical** - O edifício será servido por uma escada que ligará o piso térreo a todos os pisos elevados, tal como existe atualmente, não sofrendo quaisquer alterações no seu alinhamento. O material pétreo, após respetiva análise será conservado e restaurado. As madeiras também serão tratadas e caso haja necessidade, serão substituídas. Os materiais férreos e outros elementos decorativos serão objeto de restauro. São propostos dois elevadores, um para utilização do público e outro para serviço interno.
- **Instalações sanitárias** - As atuais instalações serão demolidas, sendo construídas novas instalações em todos os pisos e uma no exterior para dar apoio à cafetaria. Apresentarão materiais contemporâneos que respeitem critérios de qualidade, de segurança e funcionalidade.
- **Cafetaria** – A proposta inclui a instalação de uma cafetaria, no primeiro andar, em ligação com o logradouro, onde está prevista uma esplanada. O piso da área exterior será realizado em plataforma de madeira, mantendo o solo permeável. A porta que dá acesso direto ao logradouro, através da Travessa do Maldonado, será apenas para utilização do próprio museu.
- **Piso de Cobertura** – As modificações funcionais previstas implicam a criação de paredes novas.
- **Cobertura** - O telhado de quatro águas será reconstruído, mantendo a forma geométrica e o mesmo tipo de revestimento em telha sobre a subtelha. Serão também realizados trabalhos de isolamento térmico e acústico. A chaminé após a respetiva verificação irá ser limpa, consolidada e recuperada.

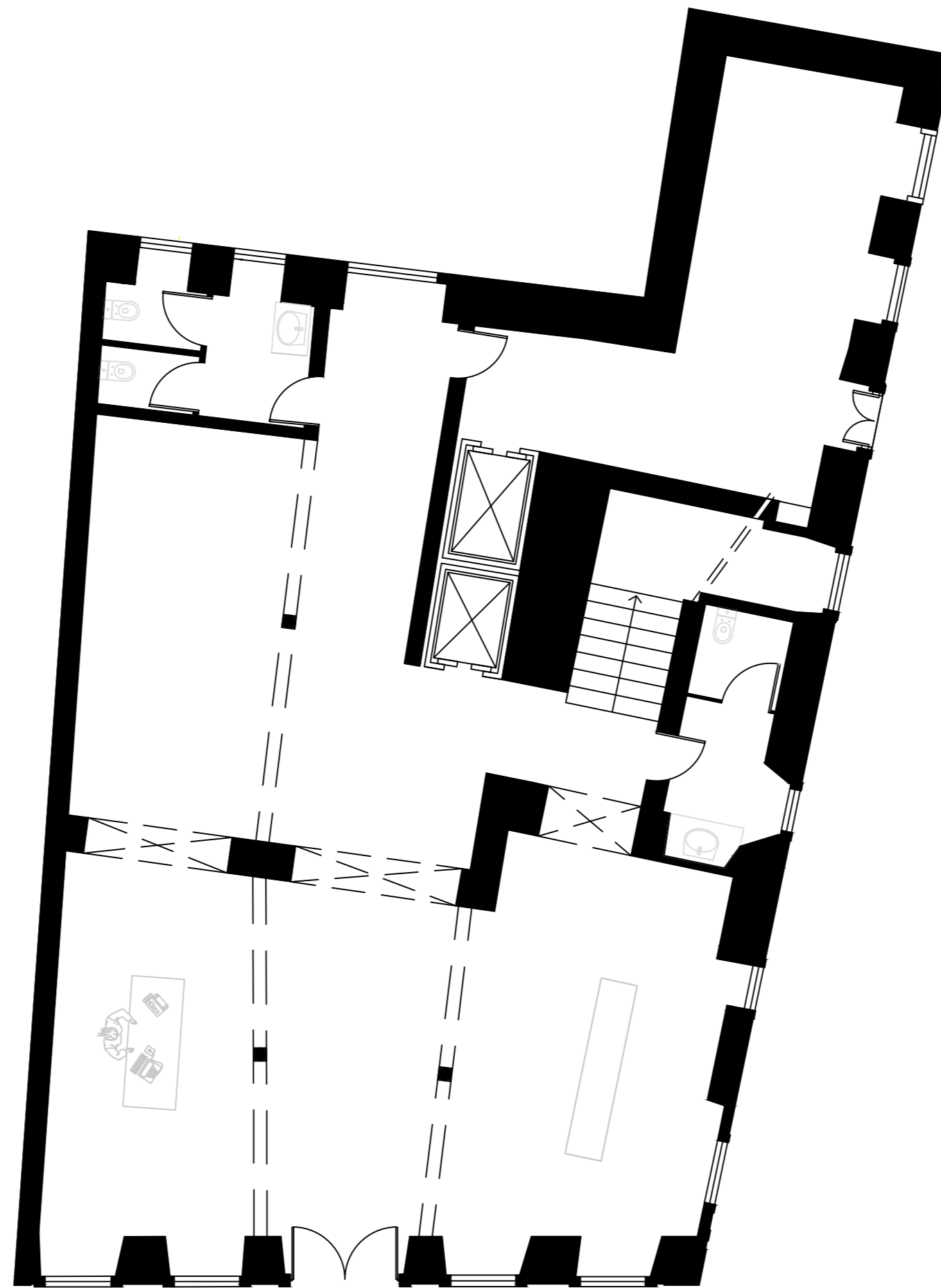
a. INSTALAÇÕES TÉCNICAS

No projeto estarão presentes diversas preocupações, tais como a temperatura, a humidade, a qualidade do ar, o conforto visual e o conforto acústico. A saída de fumos será outra das

preocupações, com incidência na zona de cafeteria, bem como o abastecimento de água no espaço de cafeteria e nas instalações sanitárias. A segurança, quer a nível de incêndio, quer ao nível de intrusão tem de ser assegurada em todos os pisos. Assim, de modo a responder a todos estes desafios, ir-se-á instalar:

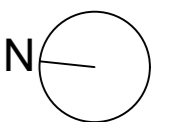
- Meios de arejamento e de ventilação com a colocação de tubagens. Será instalado um sistema de saída de fumos.
- Infraestruturas de aquecimento e refrigeração, com a colocação de tubagens e respetivos aparelhos.
- Redes elétricas com iluminação adequada ao centro de exposições e ao respetivo auditório.
- Novas canalizações de modo a criar uma rede de abastecimento de água aos diversos pisos, eliminando a canalização já existente.
- Uma nova rede de esgotos, eliminando a existente.
- Uma rede de sistemas de segurança contra incêndios, tais como, detetores, alarmes e extintores em todos os pisos do edifício, nomeadamente no espaço de cafeteria e junto nas instalações sanitárias.
- Sinalização de saídas de emergência.
- Sistemas de segurança contra intrusão com instalação de alarmes e colocação de câmaras de vigilância nos diversos pisos, de modo a evitar o acesso indevido e a preservar o património existente.
- Redes informáticas instaladas nos diversos pisos que servem tanto aos serviços expositivos, como aos administrativos, como aos de segurança.
- Previsão de caminhos de cabos para a passagem da cablagem elétrica.

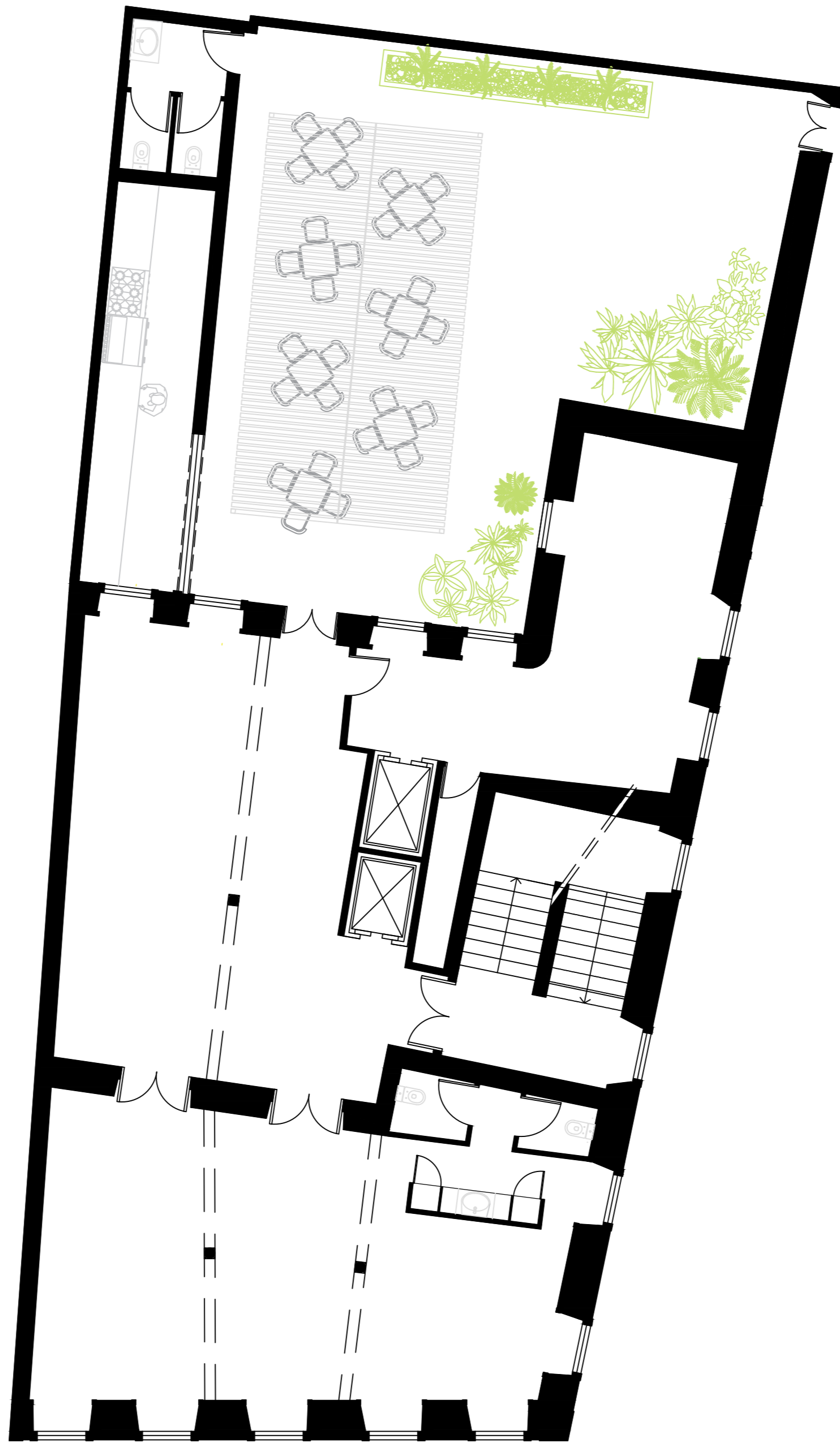
4. PLANTAS, CORTES E ALÇADOS



PLANTA DO R/CHÃO

ESCALA 1/100

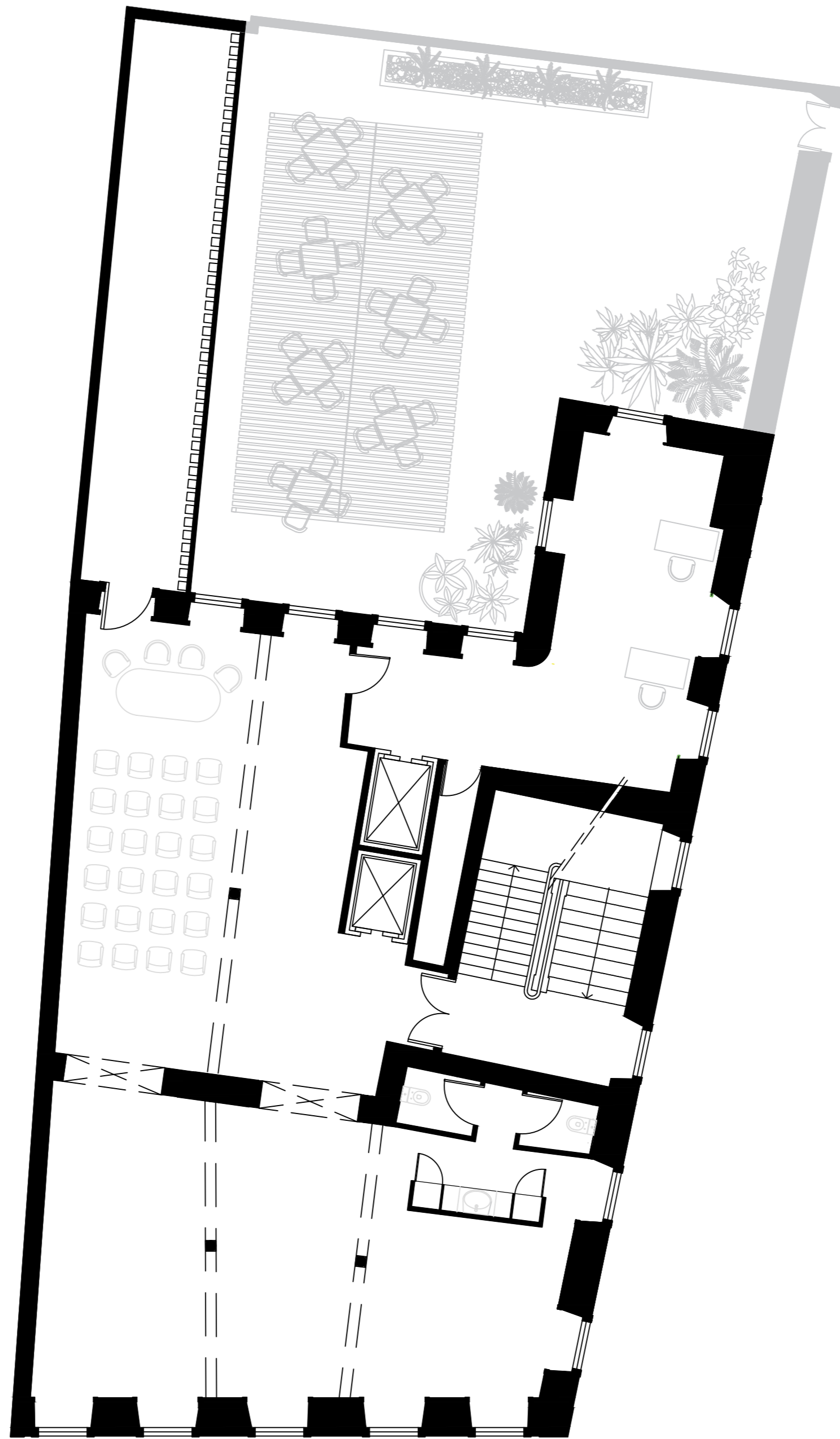




PLANTA DO PISO 1

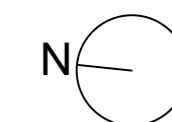
ESCALA 1/100

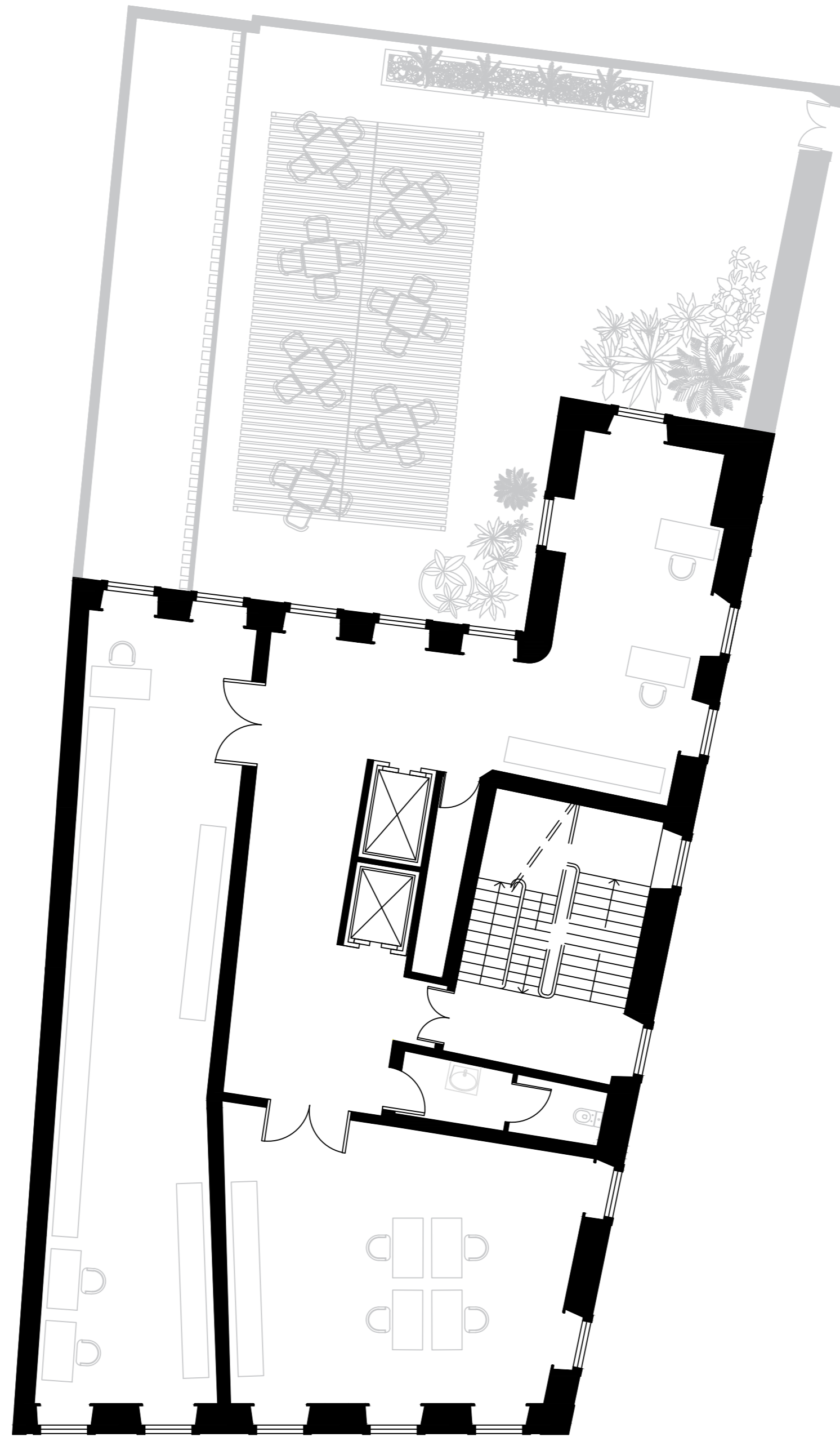




PLANTA DO PISO 2

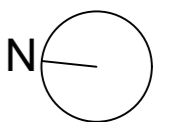
ESCALA 1/100

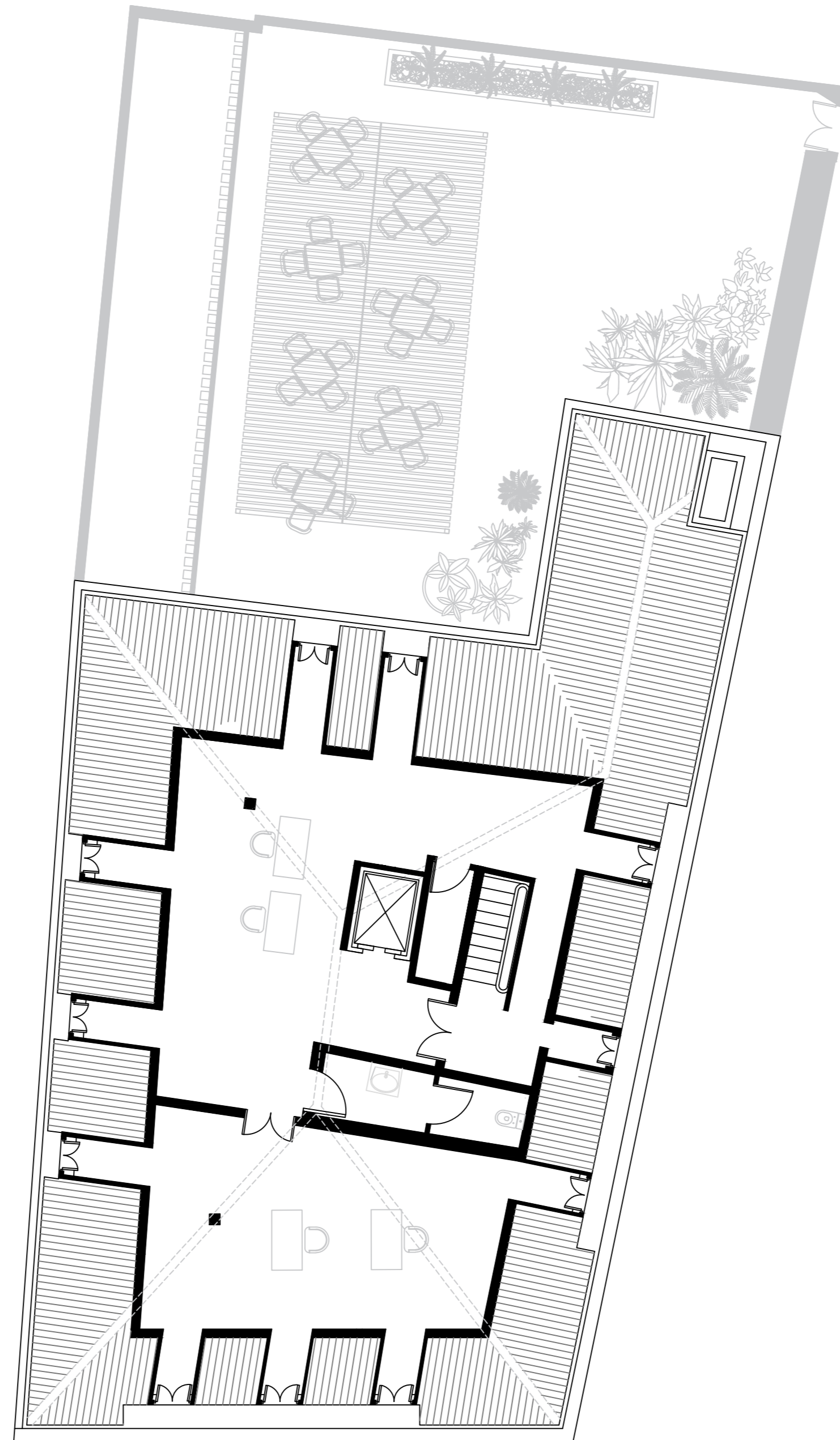




PLANTA DO PISO 3

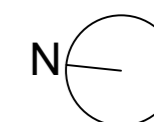
ESCALA 1/100





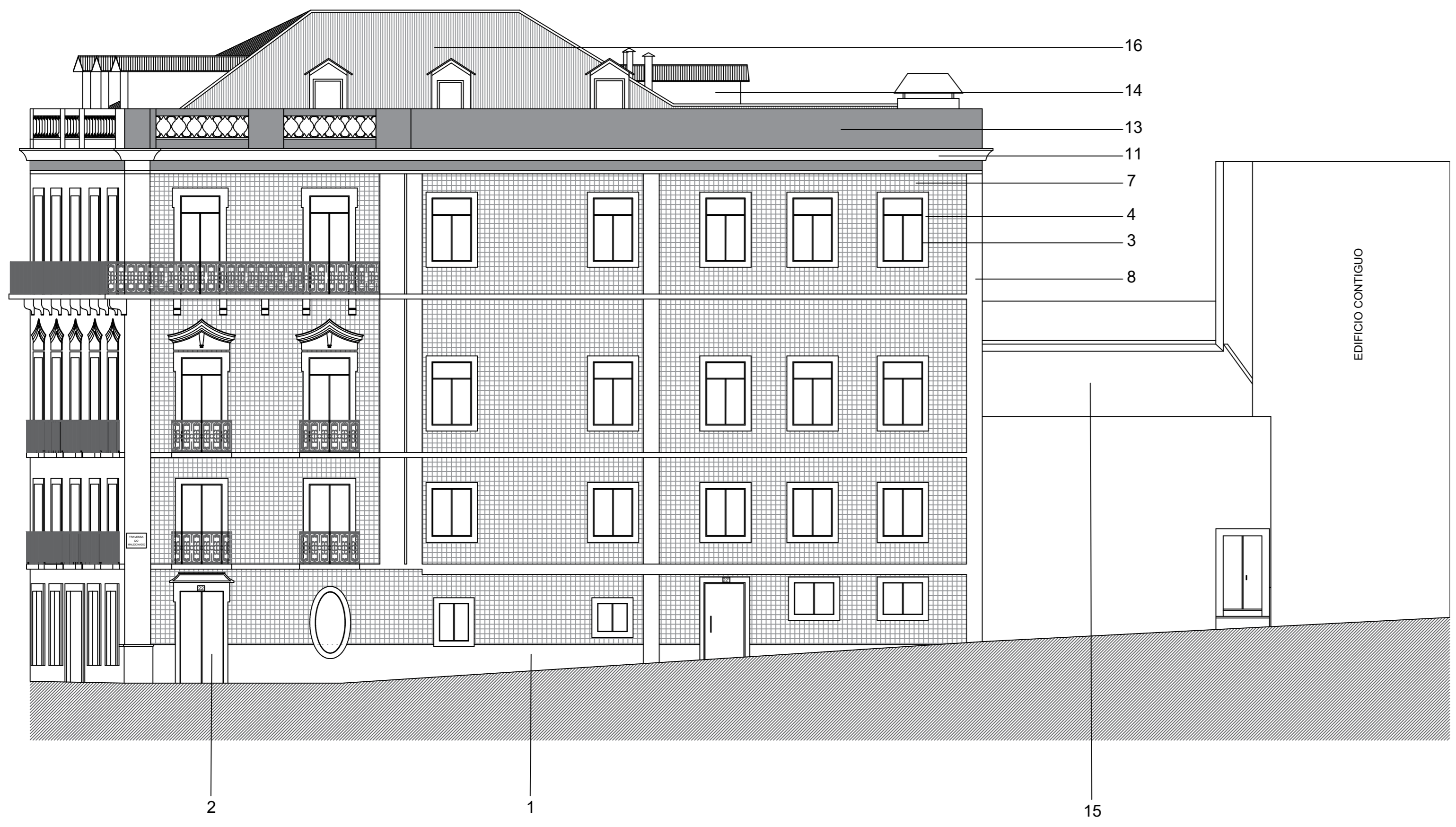
PLANTA DO PISO 4

ESCALA 1/100

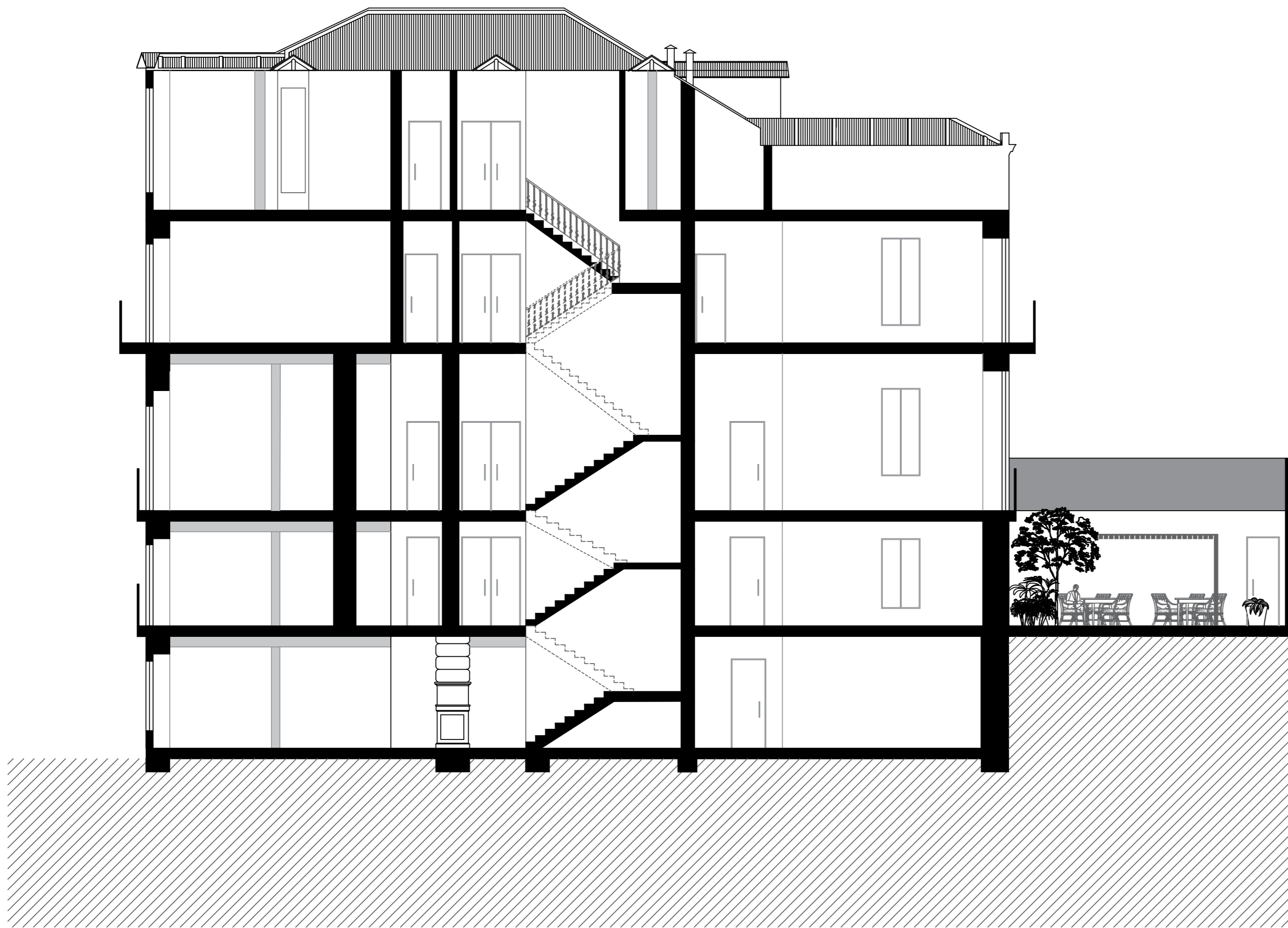




1. Soco existente em pedra a restaurar;
2. Porta em madeira maciça a pintar de cor castanha (RAL 3004)
3. Caixilharia em madeira maciça a pintar de cor branca com aros fixos de cor castanha-avermelhada (RAL 3004)
4. Cantaria de pedra existente a limpar e restaurar;
5. Gradeamento metálico existente a limpar, recuperar e pintar de cor castanha (RAL 3004)
6. Pilastra em pedra a limpar e restaurar;
7. Azulejo existente a restaurar, substituindo-se as peças danificadas por réplicas;
8. Cunhal existente em pedra a limpar e recuperar;
9. Frontão existente em pedra a limpar e recuperar;
10. Varanda existente em pedra a limpar e recuperar;
11. Friso e cornija existentes a limpar e recuperar, pintado de cor pétreo;
12. Balastrada com elementos cerâmicos existente a limpar e recuperar;
13. Platibanda existente pintada de cor pétreo;
14. Revestimento de trapeira em zinco de cor cinzenta;
15. Reboco pintado com tinta de cor bege;
16. Telha cerâmica de canudo.

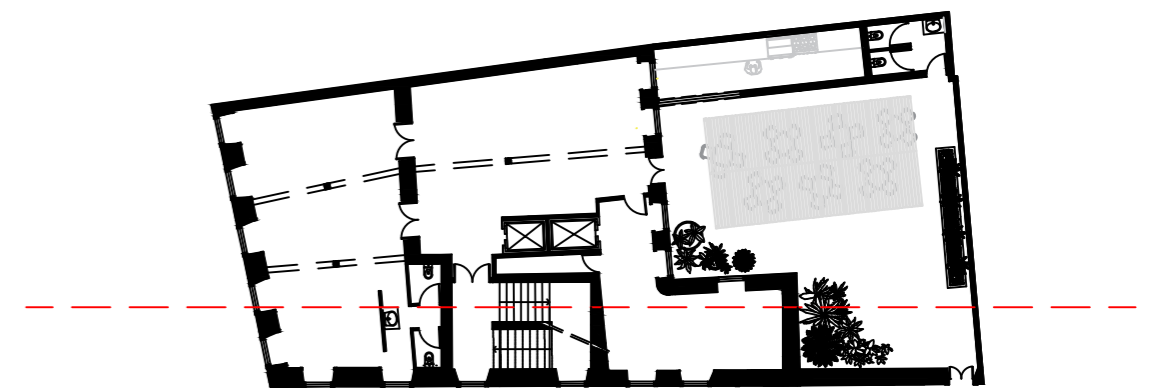


1. Soco existente em pedra a restaurar;
2. Porta em madeira maciça a pintar de cor castanha (RAL 3004)
3. Caixilharia em madeira maciça a pintar de cor branca com aros fixos de cor castanha-avermelhada (RAL 3004)
4. Cantaria de pedra existente a limpar e restaurar;
5. Gradeamento metálico existente a limpar, recuperar e pintar de cor castanha (RAL 3004)
6. Pilastra em pedra a limpar e restaurar;
7. Azulejo existente a restaurar, substituindo-se as peças danificadas por réplicas;
8. Cunhal existente em pedra a limpar e recuperar;
9. Frontão existente em pedra a limpar e recuperar;
10. Varanda existente em pedra a limpar e recuperar;
11. Friso e cornija existentes a limpar e recuperar, pintado de cor pétreo;
12. Balastrada com elementos cerâmicos existente a limpar e recuperar;
13. Platibanda existente pintada de cor pétreo;
14. Revestimento de trapeira em zinco de cor cinzenta;
15. Reboco pintado com tinta de cor bege;
16. Telha cerâmica de canudo.



CORTE LONGITUDINAL

ESCALA 1/100



CONCLUSÃO

A realização deste trabalho permitiu verificar que os projetos arquitetónicos de conservação, restauro e reabilitação de edificações pré-existentes com valor cultural, permite e exige, tais como na criação de novas construções, uma grande criatividade. Apesar do objeto de estudo ser um edifício sujeito a um conjunto de restrições, há espaço para a realização de um projeto que o torne mais adaptado à vida contemporânea e mais seguro sem prejuízo fundamental das suas características.

Na alteração do programa funcional do edifício houve a preocupação em manter e recuperar os elementos existentes que expressam o seu valor. Assim, ao se propor a reabilitação, pretendeu-se manter a “alma do edifício”, ou seja todos os elementos com relevância história e artística, transformando-o, em simultâneo, num espaço expositivo que poderá ser dedicado às arquitetas portuguesas.

A metodologia de intervenção para a adaptação do imóvel ao centro expositivo, incluiu uma observação cuidada do edifício no seu todo e nos seus elementos em pormenor, onde se identificaram diversas patologias. Tal estado de deterioração foi-se agravando ao longo dos anos, quer por intervenções inadequadas, quer por falta de manutenção ou por abandono.

A análise do edifício permitiu também identificar os elementos históricos e culturais, nomeadamente, as fachadas, o sistema construtivo e estrutural, a geometria da cobertura, a caixa de escadas, os elementos pétreos e cerâmicos, tais como os azulejos da fachada e os materiais da platibanda.

O estudo da legislação aplicável, nomeadamente a que decorre dos instrumentos urbanísticos em vigor na cidade de Lisboa, foi relevante para a perceção das condicionantes a que o projeto deveria ficar sujeito. O estudo do valor de uso, com a identificação dos valores positivos e negativos, permitiram a escolha dos procedimentos a incluir na proposta.

Para o estudo do tema relacionado com a reabilitação do edifício da Rua dos Anjos n.º 2 e sua transformação para centro expositivo, foi de grande importância a investigação feita a outros locais recentemente reabilitados em Lisboa. A análise desses edifícios permitiu a compreensão dos diversos procedimentos a considerar no âmbito de um projeto de reabilitação, que envolve trabalhos de recuperação, renovação, consolidação e restauro, mantendo-se os principais valores dos imóveis.

Como etapa final do trabalho é apresentada uma estratégia de reabilitação do edifício objeto de estudo, onde se desenha de forma harmoniosa um espaço expositivo que respeita o valor patrimonial pré-existente. De acordo com o objetivo proposto, reorganiza-se o espaço,

aumentando a sua funcionalidade, a luminosidade e a ventilação. Criam-se diversas áreas de apoio ao espaço expositivo e são propostas ações de âmbito estrutural, de manutenção e de recuperação dos elementos arquitetônicos e decorativos.

Com a realização desta dissertação foi possível aprofundar muitas questões associadas à metodologia do projeto arquitetônico aplicado a edifícios com valor cultural.

BIBLIOGRAFIA

- A2P. (2019). *Edifício da Rua dos Anjos, 2*.
- Agarez, R. (2003). *Cadeia do Aljube: Portugal, Lisboa, Lisboa, Santa Maria Maior: Arquitectura prisional, seiscentista e do séc. XX. Prisão eclesiástica*. Obtido em 03 de setembro de 2023, de Sistema de Informação para o Património Arquitetónico: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16319
- Appleton, J., & Domingos, I. (2009). *Biografia de um Pombalino* (1ª ed.). Amadora: Edições Orion.
- Barata, A. J. (15 de 09 de 2011). *MYGUIDE*. Obtido em 02 de 09 de 2023, de PRISÕES DE PORTUGAL -ALJUBE - EXPOSIÇÃO A VOZ DAS VITIMAS: <http://myguide.iol.pt/profiles/blogs/pris-es-de-portugal-aljube-exposi-o-a-voz-das-vitimas>
- Barranha, H. (2016). *Património cultural: Conceitos e critérios fundamentais*. (1ª). Lisboa: IST Press; ICOSMOS-Portugal. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/311327029_Patrimonio_Cultural_conceitos_e_criterios_fundamentais
- Câmara Municipal de Lisboa. (s.d.). *Antiga Cadeia do Aljube*. Obtido em 04 de Setembro de 2023, de Informações e serviços: <https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/antiga-cadeia-do-aljube>
- Câmara Municipal de Lisboa. (s.d.). *Lisboa Interativa*. Obtido em 09 de 2023, de Lisboa interativa: Câmara Municipal de Lisboa: <https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi>
- Carvalho, P. M. (2020). *Rua dos Anjos, 2 , Programas decorativos : Relatório prévio - especialidade de conservação & restauro*.
- Choay, F. (2021). *Alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.
- Coelho, A. (2015). *joaomorgado.com*. Obtido em 27 de 04 de 2023, de <https://www.joaomorgado.com/pt/reportagens/reabilitacao-de-edificio-no-porto>.
- Contemporânea, Lda. (2012). *Museu do Aljube: Resistência e liberdade: Estudo Prévio_Maio 2012*. Lisboa.
- Ferreira, C. H. (2018). *Reabilitação urbana e património: Arquiteturas da memória*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- França, J. A. (1989). *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. Amadora: Bertrand.

- José Adrião Arquitetos. (2015). *Projeto de reabilitação de edifício pombalino: Memória descritiva e justificativa*.
- Lisboa, C. M. (s.d.). *1812 - Duque Wellington*. Obtido em 12 de 09 de 2023, de Cartografia histórica de Lisboa: https://dados.cm-lisboa.pt/dataset/cartografia-historica-de-lisboa/resource/255df3ed-c0ec-421b-9d62-2ad3c4e9c95c?inner_span=True
- Lopes, F. (2020). *Lisboa: Arquitetura contemporânea e cidade antiga*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Martins, A. R. (2015). *A musealização de heranças difíceis: o caso do Museu do Aljube Resistência e Liberdade*. Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Mascaranhas, J. (2014). *Sistemas de Construção: XIV - Construção e reabilitação sustentáveis*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mascarenhas, J. (2009). *Sistemas de construção V: O Edifício de Rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa: Processo evolutivo dos edifícios: inovações técnicas; sistema construtivo: Materiais básicos (3ª parte): o vidro (3ª ed.)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mascarenhas, J. (2018). *Sistemas de construção XIII: Reabilitação urbana (2ª ed.)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mascarenhas, J. (2019). *Sistemas de construção XVI: Técnicas de reabilitação de edifícios (1ª ed.)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Matos, S. (2023). *Arte e Arquitetura (1a ed.)*. Lisboa: Atelier-Museu Júlio Pomar.
- Mestre, P. (2020). *Rua dos Anjos, 2, Lisboa*. Programas Decorativos: Relatório Prévio - Especialidade de Conservação & Restauro.
- Museu do Aljube: Resistência e Liberdade. (s.d.). Museu do Aljube: Resistência e Liberdade. Lisboa.
- Paulo, J., & Branco, R. (2019). *Estudo histórico e patrimonial: Casas Nobres da Rua dos Anjos / Travessa do Maldonado - As casas da Chancelaria*.
- Pereira, P. (2022). *Arquitetura portuguesa: História essencial*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores.
- Portuguese Matters. (s.d.). *Júlio Pomar - Álvaro Siza Vieira*. Obtido em 19 de setembro de 2023, de Portuguese matters: <https://www.portuguesematters.com/blog/2016/6/28/julio-pomar>
- Riegl, A. (2020). *O culto moderno dos monumentos*. Lisboa: Edições 70.

Seixas, J., Carita, H., Rossa, W., Tavares, R., Lourenço, T., & Silva, R. (2018). *Projeções de Lisboa: Utupias e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Sobre o Museu. (s.d.). Obtido em 10 de 08 de 2023, de Museu do Aljube - Resistência e Liberdade: <https://www.museudoaljube.pt/sobre-o-museu/>

Vieira, A. S. (s.d.). *Atelier-Museu*. Obtido em 20 de setembro de 2023, de Fundação Júlio Pomar: <https://fundacaojulioanmar.org/atelier-museu/>

ANEXOS

FOTOGRAFIAS DA MAQUETE

